

Carnê de pagamento para o MEI

A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional informou que está sendo efetuada a remessa pelos Correios dos carnês de pagamento contendo os Documentos de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) – modelo abaixo – para os Microempreendedores Individuais (MEI), relativos ao ano de 2014, nos termos da Resolução nº 112 (nesta edição página 19).

O cronograma de envio dos carnês para os contribuintes nos Estados é o seguinte:

- **Março/2014:** Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima, contendo as guias com vencimento entre Março/2014 a Janeiro/2015 (competências 02/2014 a 12/2014);

- **Abril/2014:** Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo e Minas Gerais, contendo as guias com vencimento entre Abril/2014 a Janeiro/2015 (competências 03/2014 a 12/2014);

- **Maió/2014:** Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, contendo as guias com vencimento

entre Maio/2014 a Janeiro/2015 (competências 04/2014 a 12/2014);

- **Junho/2014:** São Paulo, contendo as guias com vencimento entre Junho/2014 a Janeiro/2015 (competências 05/2014 a 12/2014).

O MEI que recebeu benefício previdenciário de salário-maternidade, auxílio doença ou auxílio reclusão, durante todo o mês, deve gerar novo DAS para cada mês abrangido pelo benefício no aplicativo **PGMEI – Programa Gerador do Documento de Arrecadação (DAS)** para o MEI no Portal do Simples Nacional. Ao gerar o DAS, o contribuinte deve informar que está usufruindo benefício previdenciário para que o valor do INSS não seja incluído no DAS.

Se o MEI perder o prazo para pagamento, pode gerar novo DAS no aplicativo PGMEI.

O contribuinte que deixar de ser MEI durante o ano, seja por ter dado baixa no CNPJ ou por ter sido desengradado do regime, não deve pagar os DAS relativos às competências seguintes ao mês da baixa ou do desengradamento.

Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)



MINISTÉRIO
DA FAZENDA -
CGSN

CNPJ

[REDACTED]

Nome

PR & WW KWNHQM DVNW - PH

OBSERVAÇÕES

CPF: [REDACTED] Tributos (R\$): INSS 36,20 ICMS 1,00 ISS 0,00

JUNHO/2014

CNPJ: [REDACTED]
NÚMERO: 07.19.14048.0769273-2
COMPETÊNCIA: Junho/2014
Pagar até: 21/07/2014
Valor: 37,20
85890000000-0 37200328142-2 02071914048-4 07692732320-6

via contribuinte (autenticação verso)

Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)

Número: 07.19.14048.0769273-2 Valor: 37,20
CNPJ: [REDACTED] Pagar até: 21/07/2014
85890000000-0 37200328142-2 02071914048-4 07692732320-6



via banco

MAIO/2014

CNPJ: [REDACTED]
NÚMERO: 07.19.14048.0769272-4
COMPETÊNCIA: Maio/2014
Pagar até: 20/06/2014
Valor: 37,20
85860000000-4 37200328141-4 71071914048-1 07692724436-5

via contribuinte (autenticação verso)

Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)

Número: 07.19.14048.0769272-4 Valor: 37,20
CNPJ: [REDACTED] Pagar até: 20/06/2014
85860000000-4 37200328141-4 71071914048-1 07692724436-5



via banco

OBRIGAÇÕES DO MÊS

Imposto de renda retido na fonte

TRABALHO ASSALARIADO (Código do DARF: 056 I)

- Recolhimento até o **dia 17** deste mês do imposto descontado na fonte sobre os rendimentos do trabalho assalariado pagos por pessoas físicas ou jurídicas. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto podem ser deduzidas a partir de 1.1.2014: a) quantia de R\$ 179,71 por dependente; b) o valor de até R\$ 1.787,77 correspondente à parcela isenta dos rendimentos de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 anos de idade; c) contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; d) importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais; e) contribuições para entidade de previdência privada e para FAPI, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, cujo titular ou quitista seja trabalhador com vínculo empregatício ou administrador.

**Tabela do imposto na fonte - A partir de 1º de janeiro
Lei nº 12.469/11 (MF 610, página 8)**

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.787,77	Isento	-
De 1.787,78 até 2.679,29	7,5	134,08
De 2.679,30 até 3.572,43	15	335,03
De 3.572,44 até 4.463,81	22,5	602,96
Acima de 4.463,81	27,5	826,15

TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO (Código: 0588) – Até o **dia 17** deste mês recolhimento do imposto retido na fonte sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas, a título de trabalho sem vínculo empregatício, inclusive fretes e carretos em geral. No caso de prestação de serviços de transporte, em veículo próprio, locado ou adquirido com reserva de domínio ou alienação fiduciária, o rendimento tributável corresponde a: 10% do rendimento decorrente do transporte de carga e de serviços com trator, máquina de terraplenagem, colheitadeira e assemelhados (ver Lei nº 12.794, art. 18); 60%

do rendimento decorrente do transporte de passageiros. O imposto é calculado pela tabela progressiva acima.

ALUGUÉIS E ROYALTIES PAGOS À PF (Código: 3208)

- Recolhimento até o **dia 17** deste mês do imposto retido na fonte sobre esses rendimentos, sendo que em relação a alugueis de imóveis, podem ser deduzidos os seguintes encargos, desde que o ônus seja exclusivamente do locador: impostos, taxas e emolumentos sobre o bem que produzir o rendimento; aluguel pago pela locação de imóvel sublocado; despesas pagas por cobrança ou recebimento do rendimento; despesas de condomínio. O imposto é calculado pela tabela acima.

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA (Código: 1708) - Pagamento até o **dia 17** deste mês do imposto retido na fonte, à alíquota de 1,5%, sobre as importâncias pagas ou creditadas por pessoa jurídicas a pessoas jurídicas, civis ou mercantis pela prestação de serviços profissionais (ver lista no MF nº 480, página 18) e a sociedades civis prestadoras de serviços relativos ao exercício de profissão regulamentada.

LIMPEZA, VIGILÂNCIA E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (Código: 1708) – Até o **dia 17** deste mês recolhimento do imposto descontado na fonte, à alíquota de 1%, sobre importâncias pagas ou creditadas a pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra.

DEMAIS RENDIMENTOS (Código: 8045) – Recolhimento até o **dia 17** deste mês do imposto retido na fonte, à alíquota de 1,5%, sobre importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, a título de comissões, corretagens ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis ou comerciais, bem como por serviços de propaganda e publicidade.

PAGAMENTO DE PJ À COOPERATIVA DE TRABALHO (Código: 3280) – Até o **dia 17** deste mês recolhimento do imposto retido na fonte à alíquota de 1,5%, sobre importâncias pagas ou creditadas pelas pessoas jurídicas a cooperativas de trabalho, associações de profissionais ou assemelhados, relativas a serviços pessoais prestados por associados destas ou colocados à disposição.

ATENÇÃO: Constam acima alguns recolhimentos, consultar a Agenda Tributária completa, em nosso site. Em caso de feriado, os vencimentos devem ser antecipados ou prorrogados, de acordo com a legislação de regência.

Imposto de renda pessoa física

RECOLHIMENTO MENSAL – CARNÊ LEÃO (Código: 0190) – Pagamento, até o **dia 30** deste mês, do imposto da pessoa física que recebeu em março de outras pessoas físicas ou de fontes situadas no exterior, rendimentos sujeitos ao recolhimento mensal (carnê leão), com base na tabela progressiva. Para cálculo do imposto podem ser deduzidas as seguintes parcelas do rendimento tributável:

I – as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo com o homologado judicialmente ou de escritura pública; II – a quantia de R\$ 179,71 por dependente; III – as contribuições para a Previdência

Social; IV – as despesas escrituradas no livro Caixa. As deduções referidas nos incisos I a III somente podem ser utilizadas quando não tiverem sido deduzidas de outros rendimentos auferidos no mês, sujeitos à tributação na fonte.

GANHOS LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM BOLSAS (Código: 6015) – Pagamento até o **dia 30** deste mês, do imposto da pessoa física, que auferiu em março, ganhos líquidos em operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

GANHOS DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Código: 4600) - Recolhimento até o **dia 30** deste mês, do imposto da pessoa física que recebeu, em março, ganhos de capital na alienação de bens e direitos de qualquer natureza.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica

Até o **dia 30** deste mês, recolhimento:

IRPJ RELATIVO A FATO GERADOR DE MARÇO:

PJ obrigadas à apuração com base no lucro real – Estimativa mensal – entidades financeiras (código 2319); demais empresas (código 2362).

PJ não obrigadas à apuração com base no lucro real - optantes pela apuração com base no lucro real-estimativa mensal (código 5993).

FINOR/Estimativa (código 9017); **FINAM/Estimativa** (código 9032); **FUNRES/Estimativa** (código 9058).

IRPJ REFERENTE A FATO GERADOR DE JANEIRO A MARÇO (1ª quota):

PJ obrigadas à apuração com base no lucro real – Balanço trimestral - entidades financeiras (código 1599); demais empresas (código 0220).

PJ não obrigadas à apuração com base no lucro real-optantes pela apuração com base no lucro real- Balanço trimestral (código 3373). **Lucro presumido** (código 2089). **Lucro arbitrado** (código 5625).

FINOR/Balanço Trimestral (código 9004); **FINAM/Balanço Trimestral** (código 9020); **FUNRES/Balanço Trimestral** (código 9045).

Ganho de Capital (código 0507) - alienação de ativos ME/EPP optantes do Simples Nacional, referente a março.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Pagamento até o **dia 30** deste mês:

REFERENTE A FATO GERADOR DE MARÇO:

Pessoas jurídicas que apuram o IRPJ com base no lucro real – Estimativa mensal – entidades financeiras (código 2469); demais empresas (código 2484).

RELATIVO A FATO GERADOR DE JANEIRO A MARÇO (1ª quota):

Pessoas jurídicas que apuram o IRPJ pelo lucro real - Balanço trimestral – entidades financeiras (código 2030); demais empresas (código 6012). **Pessoas jurídicas que apuram o IRPJ pelo lucro presumido ou arbitrado** (código 2372).

Declarações na Receita Federal

Até o **dia 30** deste mês, entrega da Declaração de Ajuste Anual e pagamento da 1ª cota do IRPF 2014 (ver tabela completa na pág. 80).

Apresentação da DCTF

A Declaração de Débitos e Créditos Federais (**DCTF**) deve ser entregue até o 15º dia útil do 2º mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

Retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP

Até o **último dia útil da quinzena subsequente** à quinzena em que ocorrer o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço, devem ser recolhidos os valores de CSLL, COFINS e PIS/PASEP (alíquota de 4,65% - código 5952). Dispensada a retenção para pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5 mil.

Prazos para recolhimento do IPI

- Até o **10º dia do mês** subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores (cigarros do código 2402.20.00).

- Até o **25º dia do mês** subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores (demais produtos). Ver MF 582, página 20.

Códigos: Bebidas, **0668**. Veículos, **0676**. Cigarros do código 2402.20.00, **1020**. Produtos das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11, **1097**. Cigarros do código 2402.90.00, **5110**. Demais produtos, **5123**.

Empresas optantes pelo Simples Nacional

Até o **dia 22 deste mês** deve ser efetuado o recolhimento pelo DAS, relativo a fato gerador de março, das optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, bem como pelos microempreendedores individuais optantes do SIMEI.

Porto Alegre: Tributos Municipais e Declaração ISSQN

ISSQN – Até o **dia 10** deste mês, recolhimento do imposto sobre serviços de qualquer natureza relativo a março, das atividades sujeitas à tributação com base na receita bruta. Até o **dia 30**, pagamento da 4ª parcela referente a trabalho pessoal (profissional autônomo).

IPTU/Taxa de Lixo – Pagamento até **dia 8 deste mês**, da 2ª parcela do imposto e taxa.

Declaração do ISSQN eletrônico – Até o **dia 10 deste mês**, referente ao mês anterior (empresas em geral). Até **dia 20 deste mês** dos optantes pelo Simples Nacional. Até o **dia 15**, relativo a janeiro/março, de sociedades de profissionais.

INFORMES ECONÔMICOS - 2014

SALÁRIO MÍNIMO

A partir de janeiro R\$ 724,00

TJLP

1º de janeiro a 31 de março 0,4167% a.m./5% a.a

1º de abril a 30 de junho 0,4167% a.m./5% a.a

SALÁRIO-FAMÍLIA

A partir de janeiro: Remuneração até R\$ 682,50 R\$ 35,00

Remuneração de R\$ 682,51 até R\$ 1.025,81 R\$ 24,66

PISO SALARIAL (RS)

A partir de fevereiro: R\$ 868,00 - R\$ 887,98 - R\$ 908,12 - R\$ 943,98 - R\$ 1.100,00 conforme a categoria.

IPCA/IBGE

Janeiro 0,55%

Fevereiro 0,69%

TAXA DE JUROS (SELIC)

Janeiro 0,85%

Fevereiro 0,79%

Março 0,77%

INPC/IBGE

Janeiro 0,63%

Fevereiro 0,64%

UPC/Banco Central

Janeiro a março R\$ 22,36

Abril a junho R\$ 22,40

IPC/FIPE

Janeiro 0,94%

Fevereiro 0,52%

Março 0,74%

UPF/RS

Ano de 2014 R\$ 14,5459

IGPM/FGV

Janeiro 0,48%

Fevereiro 0,38%

Março 1,67%

UIF-RS

Janeiro R\$ 19,10

Fevereiro R\$ 19,28

Março R\$ 19,39

Abril R\$ 19,52

UFIR

Último valor R\$ 1,0641

UFM/PORTO ALEGRE

Ano de 2014 R\$ 3,1005

Juros de mora sobre tributos federais

Sobre os tributos e contribuições federais, relativos a fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/95, os juros de mora deverão ser cobrados, **no mês de ABRIL/2014**, nos percentuais abaixo indicados (divulgados pela Receita Federal), conforme o mês em que se venceu o prazo legal para pagamento (1995 a 1997 - em nosso site):

Ano/Mês	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Jan	236,33	211,24	188,94	172,94	156,60	138,50	118,04	102,79	85,18	71,40	60,30	48,36	39,25	29,68	18,61	10,73	2,56
Fev	234,20	208,86	187,49	171,92	155,35	136,67	116,96	101,57	84,03	70,53	59,50	47,50	38,66	28,84	17,86	10,24	1,77
Mar	232,00	205,53	186,04	170,66	153,98	134,89	115,58	100,04	82,61	69,48	58,66	46,53	37,90	27,92	17,04	9,69	1,00
Abr	230,29	203,18	184,74	169,47	152,50	133,02	114,40	98,63	81,53	68,54	57,76	45,69	37,23	27,08	16,33	9,08	-
Mai	228,66	201,16	183,25	168,13	151,09	131,05	113,17	97,13	80,25	67,51	56,88	44,92	36,48	26,09	15,59	8,48	
Jun	227,06	199,49	181,86	166,86	149,76	129,19	111,94	95,54	79,07	66,60	55,92	44,16	35,69	25,13	14,95	7,87	
Jul	225,36	197,83	180,55	165,36	148,22	127,11	110,65	94,03	77,90	65,63	54,85	43,37	34,83	24,16	14,27	7,15	
Ago	223,88	196,26	179,14	163,76	146,78	125,34	109,36	92,37	76,64	64,64	53,83	42,68	33,94	23,09	13,58	6,44	
Set	221,39	194,77	177,92	162,44	145,40	123,66	108,11	90,87	75,58	63,84	52,73	41,99	33,09	22,15	13,04	5,73	
Out	218,45	193,39	176,63	160,91	143,75	122,02	106,90	89,46	74,49	62,91	51,55	41,30	32,28	21,27	12,43	4,92	
Nov	215,82	192,00	175,41	159,52	142,21	120,68	105,65	88,08	73,47	62,07	50,53	40,64	31,47	20,41	11,88	4,20	
Dez	213,42	190,40	174,21	158,13	140,47	119,31	104,17	86,61	72,48	61,23	49,41	39,91	30,54	19,50	11,33	3,41	

Prazos para recolhimento do ICMS/RS

(Principais prazos, conforme o RICMS - ver tabela completa em nosso site)

Prazos* (referentes ao mês de ocorrência do fato gerador)	Operações/ prestações
Até o dia 12 do mês subsequente Comércio	Saídas promovidas por estabelecimento comercial. Demais operações e prestações de serviços sujeitas ao pagamento do imposto e que não estejam enquadradas nos itens seguintes.
Até o dia 20 do mês subsequente	Saídas promovidas pela CONAB/PGPM e CONAB/PAA.
Até o dia 21 do mês subsequente Indústria	Saídas sujeitas ao IPI (inclusive com alíquota zero). Saídas, promovidas por produtor e as promovidas por empresa extratora de substâncias minerais. Saídas, promovidas por estabelecimento abatedor, de carne verde de caprinos e suínos, inclusive as simplesmente temperadas. Prestações de serviços de transporte.
Até o dia 27 do mesmo mês (saídas de 1º a 15 de cada mês) Até o dia 12 do mês subsequente (período de 16 no último dia de cada mês).	Saídas promovidas por supermercados e minimercados classificados no CAE 8.03.
Até o dia 20 do mesmo mês (saídas do período de 1º a 10) Até o último dia do mês (saídas de 11 a 20) Até o dia 10 do mês subsequente (saídas de 21 ao último dia de cada mês)	Saídas promovidas por refinaria de petróleo. Saídas de cimento.
Até o dia 27 do mês da quantificação (período de 1º a 20) Até o dia 10 do mês da subsequente (período de 21 ao último dia de cada mês)	Fornecimento de energia elétrica, promovido pelos distribuidores.
Até o dia 10 do mês da quantificação dos serviços (50%) e o saldo no dia 27	Prestações de serviços de comunicação por empresas de telecomunicações.
Até o dia fixado para pagamento das operações e/ou prestações do estabelecimento onde ocorreu a entrada ou do que utilizou o serviço	Nos casos de entrada de mercadorias ou utilização de serviços, provenientes de outra unidade da Federação, e que não estejam vinculadas à operação ou prestação subsequente.
Até o dia 10 do segundo mês subsequente	Saídas promovidas por estabelecimentos abatedores de carne verde de aves
Até o dia 9 do mês subsequente	Regra geral, nos casos de substituição tributária não especificados nos demais itens.
Até o dia 20 do mês subsequente	Operações e prestações em que o substituto tributário é a CONAB/PGPM, ou CONAB/PAA; refinarias de petróleo.
Até o dia fixado para o pagamento do débito próprio do responsável	Responsabilidade decorrente de prestações de serviços de transporte executadas por transportadores não estabelecidos no Estado. Quando referente às situações de responsabilidade decorrente de diferimento.

*Fica prorrogado para o 1º dia útil subsequente o término do prazo de pagamento do imposto que recair em dia que não seja de expediente normal do estabelecimento arrecadador.

DESTINAÇÃO DAS VIAS DA NOTA FISCAL – Nas saídas internas, as Notas Fiscais serão emitidas, no mínimo, em três vias com a seguinte destinação: a 1ª acompanhará as mercadorias e será entregue, pelo transportador, ao destinatário; a 2ª permanecerá fixa ao bloco; a 3ª acompanhará as mercadorias e será recolhida no primeiro Posto Fiscal por onde passar o transportador, ou pela Fiscalização de Tributos Estaduais ou por unidade de apoio à Fiscalização de mercadorias, se por essas interceptado.

Nas saídas para outras unidades da Federação, as Notas Fiscais serão emitidas, no mínimo, em quatro vias que terão o seguinte destino: a 1ª acompanhará as mercadorias e será entregue, pelo transportador, ao destinatário; a 2ª permanecerá fixa ao bloco; a 3ª acompanhará as mercadorias para fins de controle do fisco da Unidade da Federação de destino; a 4ª acompanhará as mercadorias e será recolhida no primeiro Posto Fiscal por onde passar o transportador, ou pela Fiscalização de Tributos Estaduais ou por unidade de apoio à Fiscalização no trânsito de mercadorias, se por essas interceptado. Se o contribuinte utilizar Notas Fiscais impressas em 3 vias, poderá usar, em substituição à 4ª via, cópia da 1ª via.

GUIA DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS – Até o dia 12 deste mês, entrega da GIA pelos contribuintes enquadrados na categoria geral, exceto os que tenham prazo especial, com informações do mês anterior.

Escrituração Fiscal Digital (EFD) - Até o dia 15, envio dos arquivos (Ver alterações no MF 638, pág. 51).

GIA-SN - Até o dia 30 deste mês envio da Guia de Informação e Apuração do ICMS - Simples Nacional, relativo ao mês anterior.

ÍNDICE

IR

- Entrega da declaração do imposto de renda da pessoa física	8 a 19
- Rendimentos pagos a pessoas jurídicas no exterior	20 a 25
- Soluções de consultas sobre IRPJ e CSLL	26 e 27
- Parcelamento de débitos do IRPJ e CSLL	32

SIMPLES NACIONAL

- Carnê de pagamento para o MEI via postal	1 e 19
- Modificações no Simples Nacional e microempreendedor individual ...	34
- Imunidade tributária de livros, jornais e papel	41

IPI

- Crédito de documentação técnica que acompanha o produto	28 e 29
- Valor tributável de conjunto com unidades armazenadas	30
- Crédito de etiquetas aplicadas em produtos tributados	31
- Valor tributável de despesas acessórias na industrialização	33

PIS/COFINS

- Crédito presumido sobre operações com álcool	35
- Informação na DCTF sobre compensação de créditos	49

RECEITA FEDERAL

- Manual das entidades de previdência complementar	25
- Alterações no parcelamento de débitos fiscais	27
- Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	29
- Obrigatoriedade de informações no Siscoserv	32
- Moratória e remissão de débitos de entidades sem fins lucrativos ..	42 a 44
- Declarações na Receita Federal em abril	80

CONTÁBEIS

- Aplicação geral de norma por profissionais da contabilidade	36 a 40
---	---------

AMBIENTE

- Atividades poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais	46 a 49
---	---------

ICMS

- Redução da base de cálculo de monitoramento de veículo e carga	41
- Obrigatoriedade de nota fiscal de consumidor eletrônica	50 e 51
- Aliquota sobre veículos para transporte de mercadorias	51
- Crédito fiscal a produtos de informática	52 e 53
- Diferimento do pagamento do imposto na importação	53
- Saídas promovidas por microprodutor rural	54
- Redução do imposto de estruturas pré-fabricadas	54
- Diferimento do imposto na importação de fios têxteis	55
- Nota fiscal eletrônica nas saídas de arroz em casca	55
- Diferimento na importação de zinco em lingotes	55

TRABALHO/PREVIDÊNCIA

- Exames para exercício da profissão de vigilante	56 a 63
- Alteradas disposições sobre código sindical	64
- Avaliação médica pericial das funções da visão	64
- Suspensa Portaria sobre distribuição da contribuição sindical	64
- Autorização para trabalho aos domingos e feriados	65
- Seguro garantia para parcelamento de débitos do FGTS	66 a 68
- Contribuição previdenciária na industrialização por encomenda	69
- Comercialização da produção rural por cooperativa	69
- Crédito nas contas vinculadas do FGTS	69
- Cadastro de empreendimentos econômicos solidários	70 a 72
- Fiscalização indireta do Ministério do Trabalho	72
- Prorrogação consulta pública de norma regulamentadora	72
- Tabela para atualização de débitos trabalhistas	73
- Fatores de atualização da Previdência Social	74 e 75
- Acréscimos legais sobre contribuições previdenciárias	77

EMPRESARIAIS

- Obrigações do mês	2, 3, 5 e 79
- Informes econômicos e juros sobre tributos federais	4
- Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	31
- Registro, produção e comercialização de vinho colonial	45
- Valor da Unidade Padrão de Capital – UPC	54
- Percentuais da TR/TBF e juros sobre parcelas do Refis	76
- Valor reajustado dos Títulos da Dívida Agrária	78

Atos Oficiais

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei

- nº 12.959, de 19.3.2014	45
---------------------------------	----

Decreto

- nº 8.212, de 21.3.2014	35
--------------------------------	----

MINISTÉRIO DA FAZENDA Portarias Conjuntas PGFN/RFB

- nº 2, de 26.2.2014	27
- nº 3, de 26.2.2014	42 a 44
- nº 4, de 14.3.2014	32

Portaria PGFN

- nº 164, de 27.2.2014	66 a 68
------------------------------	---------

Portaria STN

- nº 153, de 1.4.2014	78
-----------------------------	----

Instrução Normativa RFB

- nº 1.455, de 6.3.2014	20 a 25
-------------------------------	---------

Pareceres Normativos RFB

- nº 1, de 25.3.2014	30
- nº 2, de 25.3.2014	28 e 29
- nº 3, de 25.3.2014	33
- nº 4, de 25.3.2014	31

Atos Declaratórios Executivos COFIS

- nº 21, de 13.3.2014	25
- nº 24, de 28.3.2014	25

Ato Declaratório Executivo CODAC

- nº 12, de 25.3.2014	49
-----------------------------	----

Soluções de Consultas COSIT

- nº 36, de 18.2.2014	26
- nº 37, de 19.2.2014	26
- nº 51, de 20.2.2014	41
- nº 52, de 20.2.2014	69
- nº 53, de 20.2.2014	32
- nº 55, de 20.2.2014	26 e 27
- nº 56, de 20.2.2014	69
- nº 58, de 20.2.2014	27
- nº 63, de 7.3.2014	29

Resoluções CGSN

- nº 112, de 12.3.2014	19
- nº 113, de 27.3.2014	34

Resolução BACEN

- nº 4.321, de 27.3.2014	31
--------------------------------	----

Comunicado BACEN

- nº 25.386, de 6.3.2014	54
--------------------------------	----

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Portarias Ministeriais

- nº 287, de 27.2.2014	72
- nº 373, de 21.3.2014	64
- nº 374, de 21.3.2014	70 a 72
- nº 375, de 21.3.2014	65
- nº 376, de 21.3.2014	64

Portaria SIT

- nº 425, de 18.3.2014	72
------------------------------	----

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Portaria Ministerial

- nº 101, de 13.3.2014	74 e 75
------------------------------	---------

Resolução INSS

- nº 396, de 18.3.2014	64
------------------------------	----

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Instrução Normativa IBAMA

- nº 3, de 28.2.2014	46 a 49
----------------------------	---------

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Instrução Normativa DPF

- nº 78, de 10.2.2014	56 a 63
-----------------------------	---------

ENTIDADE DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Norma Brasileira de Contabilidade

- nº 100, de 24.1.2014	36 a 40
------------------------------	---------

LEGISLAÇÃO ESTADUAL/RS

Decretos

- nº 51.244, de 5.3.2013	52 e 53
- nº 51.245, de 5.3.2014	50 e 51
- nº 51.246, de 5.3.2014	41
- nº 51.266, de 10.3.2014	51
- nº 51.292, de 13.3.2014	55
- nº 51.296, de 17.3.2014	53
- nº 51.297, de 17.3.2014	55
- nº 51.298, de 17.3.2014	54
- nº 51.309, de 20.3.2014	55

SECRETARIA DA FAZENDA

Instrução Normativa RE

- nº 16, de 10.3.2014	54
-----------------------------	----

Entidades de Economia Solidária

CÁLCULO DO IRPJ E CSLL NA ATIVIDADE GRÁFICA - A Coordenação-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal emitiu a Solução de Consulta nº 45 (DOU de 31.3.2014), que trata da apuração da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido na receita obtida pela impressão gráfica, por encomenda de terceiros.

MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAL DE EMBALAGEM - Na Solução de Consulta nº 68 (DOU de 31.3.2014) a Coordenação-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal analisa dispositivos do IPI sobre aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem.

COMPACTAÇÃO OU PRENSAGEM DE SUCATA DE METAL - A simples redução do volume, por compactação ou prensagem, de sucata de metal adquirida para revenda, sem que haja qualquer modificação em sua aparência, natureza, funcionamento ou acondicionamento, não constitui operação de industrialização para efeito do IPI, conforme esclarecimento da Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal, na Solução de Consulta nº 67 (DOU de 31.3.2014).

PERÍODO DE CARÊNCIA DE BENEFÍCIOS DO INSS - Modificados dispositivos da Instrução Normativa INSS nº 45/10 (texto em nosso site), referentes a período de carência de benefícios concedidos pela Previdência Social, conforme a Instrução Normativa nº 73 (DOU de 28.3.2014).

NOVAS DISPOSIÇÕES DA RECEITA ESTADUAL/RS - Expedida a Instrução Normativa nº 18 (DOE de 27.3.2014), com as seguintes providências:

- relativamente às operações com mercadorias destinadas a revendedores para serem vendidas porta-a-porta, divulgado contribuinte que teve seu catálogo ou lista de preço aprovados pela Receita Estadual/Rio Grande do Sul;

- acrescentar o valor da Unidade Padrão de Capital (UPC) referente aos 3º e 4º trimestres de 2013 e 1º e 2º trimestres de 2014;

- divulgar códigos de lançamento na Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA;

- percentuais da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) referentes aos meses de julho a dezembro de 2013 e janeiro a março de 2014;

- e o valor da Unidade de Incentivo do FUNDOPEM-RS (UIF-RS) para o mês de abril.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 24 de março a Portaria nº 373 (texto nesta edição, páginas 70 a 72), instituindo o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

O objetivo do Cadastro - que dará publicidade aos empreendimentos econômicos solidários em atividade no país - é permitir aos empreendedores solidários o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas e a programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços entre outras ações.

Outros objetivos do Cadastro são:

I - dar reconhecimento público aos Empreendimentos Econômicos Solidários para acesso às políticas públicas;

II - favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;

III - fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais, territoriais e municipais, a fim de facilitar processos de comercialização;

IV - constituir uma base nacional de informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários;

V - subsidiar a formulação de políticas públicas;

VI - subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à Economia Solidária.

O Cadsol aproveitará a experiência adquirida pelo MTE na construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que agregado ao Cadsol permitirá a orientação das políticas públicas voltadas para os atores da Economia Solidária no país. O Cadastro já se inicia contando com uma base de 19.847 empreendimentos econômicos solidários identificados pela SENAES.

A instituição do Cadsol faz parte do processo de implantação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) que vai fornecer um selo a ser utilizado nos produtos oriundos de empreendimentos solidários com certificação. "O próximo passo é a publicação do Manual de Orientações, que regulamentará o procedimento entrada de novos empreendimentos no Cadsol", observa.

Economia Solidária - É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver em sistema de cooperação. Criada em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES/MTE implementa o Programa Economia Solidária e Desenvolvimento com o fim de divulgar e promover a Economia Solidária mediante políticas integradas que visam o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Fonte: Assessoria de Comunicação/MTE

Entrega da declaração do imposto de renda da pessoa física

Até o dia 30 deste mês deve ser apresentada a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2014, ano-calendário de 2013, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.445/14 (edição anterior, páginas 8 a 12). Sobre a matéria a Receita Federal divulgou as orientações abaixo reproduzidas.

NOVIDADES DA DIRPF 2014

A declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física 2014 apresenta algumas novidades, dentre as quais destacam-se:

- Declaração Pré-Preenchida do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física

A partir do exercício 2014, ano-calendário 2013, a RFB disponibiliza ao contribuinte a Declaração Pré-Preenchida do IRPF. O arquivo desta declaração, contendo informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais, está disponível para download no Portal e-CAC a contribuintes que possuam certificação digital ou a representantes com procuração eletrônica ou procuração RFB. Após importação do arquivo da Declaração Pré-Preenchida no Programa IRPF 2014, o contribuinte poderá fazer qualquer tipo de declaração, optando pela tributação por deduções legais (modelo completo) ou por desconto simplificado (modelo simplificado).

- Apresentação da declaração utilizando dispositivos móveis (tablets e smartphones)

Agora, os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis de pessoas físicas no país e que tenham se sujeitado ao recolhimento mensal obrigatório (Carnê-leão) também podem apresentar a

declaração por meio do m-IRPF. Para facilitar o preenchimento, está disponível a opção de importar a declaração enviada no ano anterior.

- Comunicado da condição de não residente às Fontes Pagadoras

O contribuinte que sair do país poderá gerar pelo aplicativo de Comunicação de Saída Definitiva do País 2014 ou pelo Programa IRPF 2014 um Comunicado da Condição de Não Residente para ser entregue às suas fontes pagadoras, informando a data de saída do país.

- Possibilidade de importação dos Comprovantes eletrônicos de Rendimentos e de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde

As fontes pagadoras e os serviços médicos e de saúde poderão disponibilizar os comprovantes do ano-calendário 2013 em formato eletrônico. Esse arquivo poderá ser importado pelo Programa IRPF 2014 e as informações serão adicionadas à declaração, sem comprometimento dos demais dados preenchidos anteriormente.

- a declaração não poderá mais ser entregue em mídia removível na Caixa Econômica Federal nem no Banco do Brasil, devendo ser apresentada pela internet ou pelo m-IRPF.

Informação	Alterações implementadas em 2014
Obrigatoriedade na declaração	A pessoa física residente no Brasil que recebeu, em 2013, rendimentos tributáveis de até R\$ 25.661,70 e não se enquadrar em nenhuma outra condição de obrigatoriedade, não precisa apresentar a declaração. Receita com atividade rural – Fica obrigado a apresentar a declaração em 2014, o contribuinte que obteve, em 2013, receita bruta em valor superior a R\$ 128.308,50
Deduções	O limite anual de dedução por dependente passou a ser de R\$ 2.063,64 . O limite anual de dedução de despesas com educação passou para R\$ 3.230,46 . Na forma de tributação utilizando o desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração (desconto simplificado), a dedução está limitada a R\$ 15.197,02 .
Apresentação da Declaração	A declaração não poderá mais ser entregue na Caixa Econômica Federal nem no Banco do Brasil, devendo ser apresentada somente pela internet.

OBRIGATORIEDADE

Pessoas obrigadas a apresentar a declaração de ajuste anual do IRPF 2014

Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste

Anual do Imposto sobre a Renda referente ao exercício de 2014, a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2013:

Crítérios	Condições
Renda	- recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 25.661,70 ; - recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00 .
Ganho de capital e operações em bolsa de valores	- obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; - optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja destinado à aplicação na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
Atividade rural	- relativamente à atividade rural: a) obteve receita bruta anual em valor superior a R\$ 128.308,50 ; b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2013 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2013.
Bens e direitos	- teve a posse ou a propriedade, em 31 de dezembro de 2013, de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 .
Condição de residente no Brasil	- passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição se encontrava em 31 de dezembro de 2013.

AVISO

- O contribuinte que, no ano-calendário de 2013, recebeu rendimentos tributáveis sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma anual foi superior a R\$ 10 milhões, rendimentos isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R\$ 10 milhões, rendimentos tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 10 milhões, realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas, quando constituam dedução na declaração, ou a pessoas físicas, quando constituam, ou não, dedução na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 10 milhões, em cada caso ou no total, deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual com a utilização de certificado digital.

A pessoa física está dispensada da apresentação da declaração, desde que:

a) não se enquadre em nenhuma das hipóteses

de obrigatoriedade da tabela anterior, ou

b) conste como dependente em declaração apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos caso os possua.

c) teve a posse ou a propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, quando os bens comuns forem declarados pelo cônjuge, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 300.000,00, em 31 de dezembro de 2013.

AVISO

- Mesmo que não esteja obrigada, qualquer pessoa física pode apresentar a declaração. desde que não tenha constado em outra declaração como dependente. Exemplo: uma pessoa que não é obrigada, mas teve imposto sobre a renda retido em 2013 e tem direito à restituição, precisa apresentar a declaração para recebê-la.

Pessoas que podem ser declaradas como dependentes na declaração do IRPF 2014

Relação com o titular da declaração	Condições necessárias para que possam ser declarados como dependentes
Cônjuge ou companheiro	- companheiro com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge.
Filhos e enteados	- filho ou enteado, de até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho; - filho ou enteado, de até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.
Irmãos, netos e bisnetos	- irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, de até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho; - irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, de até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos.
Pais, avós e bisavós	- na Declaração de Ajuste Anual: pais, avós e bisavós que, em 2013, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 20.529,36. - na Declaração de Saída Definitiva do País: pais, avós e bisavós que, em 2013, receberam rendimentos, tributáveis ou não, não superiores à soma do limite de isenção mensal de R\$ 1.710,78, correspondente aos meses abrangidos pela declaração.
Menor Pobre	- menor pobre, de até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque, desde que detenha sua guarda judicial.
Tutelados e curatelados	- pessoa absolutamente incapaz da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

AVISOS

- Podem ser consideradas dependentes as pessoas que, de acordo com a tabela acima, mantiveram relação de dependência com o declarante, mesmo que por menos de doze meses no ano-calendário de 2013, como nos casos de nascimento e falecimento. O valor da dedução anual é de R\$ 2.063,64 por dependente.

- No caso de dependentes comuns e declarações em separado, cada titular pode deduzir os valores relativos a qualquer dos dependentes comuns, desde que cada dependente conste em apenas uma declaração.

- É obrigatório informar o número de inscrição no CPF de dependentes relacionados na declaração com dezoito anos ou mais, completados até 31/12/2013.

- Os rendimentos, bens e direitos dos dependentes devem ser relacionados na declaração em que constem como dependentes.

Declarante em conjunto

Somente é considerado declarante em conjunto, cônjuge, companheiro ou dependente, cujos rendimentos sujeitos ao ajuste anual estejam sendo oferecidos à tributação na declaração apresentada pelo contribuinte titular.

A declaração em conjunto supre a obrigatoriedade da

apresentação da declaração a que porventura estiver sujeito o cônjuge, o companheiro ou o dependente.

Pessoas consideradas residentes no Brasil para fins tributários

Considera-se residente no Brasil para fins tributários a pessoa física:

- que resida no Brasil em caráter permanente;
- que se ausente para prestar serviços como assalariada a autarquias ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior;
- que ingresse no Brasil com visto permanente, na data da chegada;

- que ingresse no Brasil com visto temporário:
a) para trabalhar com vínculo empregatício, na data da chegada ou atuar como médico bolsista no âmbito do Programa Mais Médicos de que trata a Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na data da chegada;

b) na data em que complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;

AVISO

- Para fins do disposto no item "b", caso, dentro de um

período de doze meses, a pessoa física não complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, novo período de até doze meses será contado a partir da data do ingresso seguinte àquele em que se iniciou a contagem anterior.

c) na data da obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício, se ocorrida antes de completar 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de até doze meses;

- brasileira que adquiriu a condição de não residente no Brasil e retorne ao País com ânimo definitivo, na data da chegada;

- que se ausente do Brasil em caráter temporário, ou

se retire em caráter permanente do território nacional sem apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País, durante os primeiros doze meses consecutivos de ausência.

AVISO

- A partir do momento em que a pessoa física adquira a condição de residente ou de não residente no País, dar-se-á o retorno à condição anterior somente quando ocorrer qualquer das hipóteses que fundamente a nova condição.

A declaração de contribuinte residente no Brasil que esteja no exterior pode ser transmitida pela internet até as 23h59min59s (horário de Brasília) do dia 30 de abril de 2014.

FORMAS DE ELABORAÇÃO

A declaração deve ser elaborada obrigatoriamente com o uso de computador, mediante utilização do programa do IRPF 2014 (PGD) ou com o uso de dispositivos móveis tablets e smartphones, mediante

utilização do m-IRPF, no APP Pessoa Física.

AVISO

- Desde o exercício de 2012, **não** há mais a **possibilidade de apresentar a declaração em formulário**.

PRAZO DE APRESENTAÇÃO

Prazo e locais de apresentação

As pessoas físicas que são obrigadas devem apresentar a declaração no período de 06 de março até 30

de abril de 2014.

Veja as formas, locais e horários de apresentação:

Formas de apresentação	Locais e horários de apresentação
Internet	A apresentação deve ser feita a partir de um computador conectado à internet e com o programa Receitanet instalado. O serviço é gratuito. Horário de transmissão: durante todo o dia, exceto no período de 1h às 5h da manhã (horário de Brasília). No último dia, a recepção termina às 23h59min59s (horário de Brasília).
m-IRPF	A apresentação pode ser feita a partir de dispositivos móveis tablets e smartphones, mediante a utilização do m-IRPF.

Informações Adicionais

- A Declaração de Ajuste Anual relativa a espólio, independentemente de ser inicial ou intermediária, ou a Declaração Final de Espólio, que se enquadre nas hipóteses previstas no § 3º do art. 7º da Instru-

ção Normativa RFB nº 1.445, de 17 de fevereiro de 2014, deve ser apresentada, em mídia removível, em uma unidade da RFB, durante o seu horário de expediente, sem a necessidade de utilização de certificado digital.

Apresentação de declaração em atraso

Formas de apresentação	Locais e horários de apresentação
Internet	A apresentação pode ser feita a partir de um computador conectado à internet com o programa Receitanet instalado, mediante a utilização do Programa Gerador da Declaração (PGD) relativo ao exercício de 2014. Horário de transmissão: durante todo o dia, exceto no período de 1h às 5h da manhã (horário de Brasília).

Formas de apresentação	Locais e horários de apresentação
m-IRPF	A apresentação pode ser feita a partir de dispositivos móveis tablets e smartphones, mediante a utilização do m-IRPF.
Mídia removível	A mídia removível (pen drive, disco rígido externo etc.) deve ser apresentada nas unidades de atendimento da Receita Federal. Horário de apresentação: durante o horário de atendimento das unidades da RFB.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

As instruções de preenchimento para as declarações elaboradas no Programa IRPF 2014 estão dispo-

níveis a partir do menu Ajuda ou acionando-se a tecla F1 no campo desejado.

Regime de tributação

Formas de tributação	Regras
Utilizando as deduções previstas na legislação tributária	É obrigatório para o contribuinte que pretenda compensar: a) imposto pago no exterior, ou b) no ano-calendário de 2013, ou posteriores, resultados negativos (prejuízos) da atividade rural de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2013. O contribuinte pode utilizar todas as deduções legais a que tem direito e que possa comprovar.
Utilizando o desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração, limitado a R\$ 15.197,02	Este desconto substitui todas as deduções legais, sem a necessidade de comprovação.

AVISO

- O programa para preenchimento da declaração é o mesmo para as duas formas de tributação (utilizando as deduções legais ou o desconto simplificado). No início do preenchimento são apresentadas orientações sobre as formas de tributação e ao final, quando for gravar a declaração para apresentação à RFB, o programa apresentará quadro comparativo para que o contribuinte possa escolher a opção mais favorável.

Importação dos dados da Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2013

O contribuinte pode fazer a importação de dados de 2013 para facilitar o preenchimento da Declaração do IRPF 2014.

AVISOS

- A importação de dados de 2013 substitui eventuais dados já digitados na declaração de 2014. Para evitar isso, faça a importação antes de iniciar o preenchimento.

- Se a última Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2013 entregue foi uma retificadora *online*, substitua o número do recibo importado pelo programa pelo número do recibo da última retificadora *online* ou deixe-o em branco. Além disso, como alguns dados importados podem ter sido altera-

dos na retificadora *online*, verifique todas as informações importadas e, se necessário, realize as devidas correções.

- Caso necessite, veja como obter uma cópia da declaração do IRPF 2013.

Importação da Declaração Pré-Preenchida do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física

A partir do exercício 2014, ano-calendário 2013, a RFB disponibiliza ao contribuinte a Declaração Pré-Preenchida do IRPF. O arquivo desta declaração, contendo informações relativas a rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais, está disponível para download no Portal e-CAC a contribuintes que possuam certificação digital ou a representantes com procuração eletrônica ou procuração RFB. Após importação do arquivo da Declaração Pré-Preenchida no Programa IRPF 2014, o contribuinte poderá fazer qualquer tipo de declaração, optando pela tributação por deduções legais (modelo completo) ou por desconto simplificado (modelo simplificado).

A DIRPF Pré-preenchida estará disponível, desde que:
- as fontes pagadoras tenham enviado para a RFB a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) referente ao exercício de 2014, ano-calendário de 2013; e

- o contribuinte tenha apresentado a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2013, ano-calendário de 2012.

É de inteira responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na Declaração de Ajuste Anual, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

Importação dos Comprovantes eletrônicos de Rendimentos e de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde

As fontes pagadoras e os serviços médicos e de saúde poderão disponibilizar os comprovantes do ano-calendário 2013 em formato eletrônico. Esse arquivo poderá ser importado pelo Programa IRPF 2014 e as informações serão adicionadas à declaração, sem comprometimento dos demais dados preenchidos anteriormente.

Para importar os Comprovantes eletrônicos de Rendimentos e de Pagamentos de Serviços Médicos e de Saúde:

1. No Programa IRPF, inicie o preenchimento de uma nova declaração;

2. No menu Importações/ Informe de Rendimentos ou Informe de Planos de Saúde, selecione o arquivo disponibilizado pela sua fonte pagadora ou pelo serviço médico e de saúde;

3. Verifique a correção dos dados importados e, se necessário, realize as alterações, inclusões e exclusões das informações devidas. É de inteira responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados

na declaração.

4. Finalize o preenchimento da declaração;

5. No menu Declaração, grave a declaração para entrega à RFB e transmita via ReceitaNet.

É de inteira responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na Declaração de Ajuste Anual, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso.

Preenchimento do número do recibo de entrega da declaração

Na apresentação da declaração original, o preenchimento do número do recibo da última declaração entregue do exercício 2013 é opcional.

No caso de declaração retificadora, o preenchimento do número do recibo da declaração anterior à do exercício 2014 é obrigatório.

AVISO

- Se você fez a importação de dados da Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2013 e sua última declaração entregue em 2013 foi uma retificadora online, substitua o número do recibo importado pelo programa pelo número do recibo da última retificadora online ou deixe-o em branco.

Saldo de imposto a pagar ou imposto a restituir

De acordo com os valores preenchidos, a ficha Resumo da Declaração – Cálculo do Imposto informa se há saldo de imposto a pagar ou imposto a restituir.

Resultado	Procedimentos
Saldo de imposto a pagar	O contribuinte deve escolher o número de quotas para pagamento e poderá optar pelo débito automático. O pagamento pode ser efetuado em até 8 (oito) quotas, mensais e sucessivas, desde que cada quota não seja inferior a R\$ 50,00. O saldo do imposto a pagar que resultar inferior a R\$ 10,00 não deve ser recolhido, devendo ser adicionado ao imposto correspondente aos exercícios subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00, quando, então, deverá ser pago ou recolhido no prazo estabelecido na legislação para esse último exercício.
Imposto a restituir	O contribuinte deve indicar o banco, a agência e conta (corrente ou poupança) para recebimento da restituição. O contribuinte também tem a opção de deixar as informações bancárias em branco, independentemente do motivo. Nesse caso, após a liberação da restituição, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento BB 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (atendimento exclusivo para deficientes auditivos) ou procurar qualquer agência do Banco do Brasil S.A. Importante: - A restituição não pode ser paga em espécie. - O titular da declaração deve possuir conta em banco para o recebimento da restituição. - Não é permitido indicar conta de terceiros para depósito da restituição.

Gravação da declaração para apresentação à RFB

Após preencher toda a declaração, faça a gravação para apresentação à Receita Federal, utilizando o menu *Declaração...Gravar Declaração para Entrega à RFB*.

AVISO

- Se a declaração for alterada após a gravação, será necessário gravá-la novamente.

No momento da gravação da declaração, o programa pode indicar que existem pendências. As pendências podem ser erros ou avisos. Veja abaixo o que significam e o que fazer.

Tipo de pendência	Significado	Impede a transmissão da declaração?
Erros	Os erros são provocados pela falta ou digitação incorreta de informações obrigatórias. Exemplo de erro: data de nascimento inválida.	Sim, faça a correção e grave a declaração novamente.
Avisos	Os avisos significam que informações não obrigatórias foram deixadas em branco. Exemplo de aviso: número do título de eleitor em branco.	Não, os avisos são apenas alertas. Mas, se achar necessário, complemente as informações e grave a declaração novamente.

TRANSMISSÃO

Transmissão da declaração pela internet

Para transmitir a declaração:

- o computador deve estar conectado à internet;
- o programa Receitanet deve estar instalado; *Declaração...Gravar Declaração para Entrega à RFB*).
- a declaração deve ser gravada para a apresentação (no Programa IRPF 2014, utilize a opção "

AVISOS

- O serviço de recepção de declarações não funciona no período entre 1h e 5h da manhã (horário de Brasília). Faça a transmissão em outro horário.

- Não é possível fazer a transmissão da declaração diretamente a partir da cópia de segurança. É preciso restaurar a cópia de segurança antes de transmiti-la.

- Se não conseguir transmitir, grave a declaração em mídia removível (pen drive, disco rígido externo etc.) e tente em outro computador.

Obrigatoriedade de transmissão com certificado digital

Deve transmitir a Declaração de Ajuste Anual, com a utilização de certificado digital, o contribuinte que se enquadrar, no ano-calendário de 2013, em pelo menos uma das seguintes situações:

I - recebeu rendimentos:

a) tributáveis sujeitos ao ajuste anual, cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) isentos e não tributáveis, cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

c) tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); ou

II - realizou pagamentos de rendimentos a pessoas jurídicas, quando constituam dedução na declaração, ou a pessoas físicas, quando constituam, ou não, dedução na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em cada caso ou no total.

Problemas na transmissão provocados por erros no preenchimento

Durante a transmissão, são confirmadas algumas informações prestadas na declaração e realizadas algumas verificações. Caso você receba uma mensagem de erro, providencie as devidas correções na sua declaração.

AVISOS

- Após fazer as correções, grave a declaração novamente antes de transmiti-la.

- Alguns erros são decorrentes da utilização de um Programa Gerador de Declaração (PGD) de um exercício diferente do desejado. Exemplo: utilizar o programa de 2013, para apresentar uma declaração de 2012. Certifique-se de estar utilizando o programa adequado.

- Se quiser transmitir uma declaração retificadora, marque "sim" na opção *Declaração Retificadora* na ficha

de *Identificação do Contribuinte* e informe o número do recibo da declaração enviada anteriormente.

- Erros no endereço podem ser decorrentes de alteração do número de CEP pelos Correios.

Recibo de entrega da declaração

O recibo de entrega será gravado automaticamente após a transmissão da declaração. Para imprimi-lo, utili-

ze a opção *Declaração... Imprimir... Recibo*. Para salvá-lo em PDF, utilize a opção *Declaração... Salvar Imagem em PDF... Recibo*.

Quando o titular da declaração possuir pendências ou débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, avisos serão impressos no recibo, conforme indicado no quadro abaixo:

Aviso	O que fazer
"...constavam débitos em aberto no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional..."	Utilize a Pesquisa de Situação Fiscal para consultar a relação atualizada dos débitos e emita o Darf para pagamento.
"Foi identificada a existência de pendência em declarações de exercícios anteriores..."	Utilize o Extrato do IRPF para identificar e resolver as pendências existentes em declarações de exercícios anteriores.

Arquivamento da declaração e do recibo

Os documentos que comprovem as informações prestadas devem ser guardados à disposição da Receita Federal, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários relativos às situações e aos fatos a que se refiram. Nenhum documento deve ser anexado à declaração. A Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2014 e o recibo de entrega devem ser guardados por um período de 5 anos a partir do ano de sua apresentação.

Transmissão de declaração em atraso

Quando o contribuinte estiver obrigado a apresentar a declaração e a apresentação for realizada após 30/04/2014, será cobrada multa por atraso na entrega da declaração.

AVISO

- A declaração apresentada após 30 de abril de 2014 deve ser transmitida pela internet ou entregue em mídia removível (*pen drive*, disco rígido externo etc.) nas unidades de atendimento da Receita Federal.

RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO

Se, após a apresentação, você encontrar erros ou constatar que a declaração apresentada está incompleta, faça a retificação.

Retificação da declaração	Até 30 de abril de 2014	Após 30 de abril de 2014
É possível retificar?	Sim	Sim, mas no prazo máximo de cinco anos e desde que a declaração não esteja sob procedimento de fiscalização.
É possível trocar a forma de tributação, ou seja, apresentar uma declaração utilizando o desconto simplificado para substituir uma declaração apresentada utilizando as deduções legais ou vice-versa?	Sim	Não
É possível utilizar a retificação online ?	Não	Sim
É possível apresentar a declaração retificadora em mídia removível?	Não	Sim, nas unidades de atendimento da Receita Federal.

AVISOS

- A declaração retificadora tem a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e, portanto, deve conter todas as informações anteriormente declaradas com as alterações e exclusões necessárias, bem como as infor-

mações adicionadas, se for o caso.

- Para fins de priorização no pagamento das restituições será considerada como data de apresentação da declaração a data do envio da retificadora, e não a data de apresentação da declaração original.

- Não é possível retificar a declaração do exercício que estiver sob procedimento de fiscalização.

- O contribuinte com declaração retida em malha, que tenha agendado atendimento, não poderá retificar a declaração do exercício após a entrega dos documentos à Receita Federal.

Retificação utilizando o programa do IRPF

A retificação deve ser feita por meio do programa relativo ao mesmo exercício em que foi elaborada a declaração original.

Para indicar que se trata de uma declaração

retificadora, deve-se responder "sim" à pergunta "Esta declaração é retificadora?" e informar o número do recibo da declaração a ser retificada.

Outras informações sobre como retificar a declaração podem ser obtidas no Perguntão (Perguntas e Respostas), no tópico "Retificação da Declaração".

Retificação online

A retificação online permite a alteração de alguns dados da declaração, diretamente pela internet, sem a utilização do programa IRPF 2014 nem do Receitanet. Não há necessidade de preencher novamente os dados que não se pretende alterar.

AVISO

- A retificação online somente pode ser realizada com a utilização de certificado digital.

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO

A multa por atraso na entrega da declaração é cobrada quando o contribuinte estiver obrigado a apre-

sentar a declaração e a entrega for realizada após 30/04/2014.

Informações sobre a Multa por Atraso na Entrega da Declaração (Maed)	
Valor da multa	Multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o total do imposto devido apurado na declaração, ainda que integralmente pago, sendo que o valor mínimo é de R\$ 165,74 e o valor máximo é de 20% do imposto sobre a renda devido. O termo inicial será o primeiro dia subsequente ao fixado para a entrega da declaração, e o termo final, o mês da entrega ou, no caso de não apresentação, do lançamento de ofício.
Notificação de Lançamento da multa	Assim que transmitir a declaração em atraso, o contribuinte receberá a Notificação de Lançamento da multa. A Notificação de Lançamento pode ser impressa por meio do programa da declaração, utilizando-se a opção Declaração... Imprimir... Recibo ou salva em PDF mediante a opção Declaração... Salvar Imagem em PDF... Recibo. São impressos em sequência: o recibo, a Notificação de Lançamento e o Darf da multa. A segunda via da Notificação de Lançamento da multa pode ser obtida no Extrato da DIRPF.
Pagamento da multa	<i>Declaração...Imprimir...Darf de Multa por Entrega em Atraso.</i> Se preferir, salve-o em PDF por meio da opção Declaração...Salvar Imagem em PDF...Darf de Multa por Entrega em Atraso. O contribuinte tem o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da entrega em atraso, para efetuar o pagamento. Pesquisa de Situação Fiscal. Se a multa não for paga até o vencimento, haverá incidência de juros de mora (com base na taxa Selic). Nesse caso, é possível emitir o Darf atualizado, utilizando o aplicativo AVISO: Para as declarações com direito a restituição, caso a Multa por Atraso na Entrega da Declaração (Maed) não seja paga dentro do vencimento estabelecido na notificação de lançamento, ela será deduzida, juntamente com os respectivos acréscimos legais, do valor do imposto a ser restituído. Após a transmissão da declaração em atraso, o Darf estará disponível para impressão por meio do programa da declaração.
Impugnação do Lançamento	Caso não concorde com o lançamento, o contribuinte poderá impugná-lo no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação de lançamento, em petição dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolizada em unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, nos termos do disposto nos arts. 14 a 16 do Decreto nº 70.235, de 1972.

PAGAMENTO

Emissão de Darf para pagamento das quotas

Quota	Como emitir o Darf
Pagamento da 1ª quota ou da quota única	<i>Declaração...Imprimir...Darf</i> com código de barras. Imprima o Darf diretamente no Programa IRPF 2014, utilizando a opção O pagamento dessa quota até 30/04/2014 não sofre nenhum acréscimo. Após essa data, o pagamento deve ser efetuado com os devidos acréscimos legais.
Pagamento das demais quotas	Imprima o Darf utilizando uma das opções abaixo: 1) Extrato da DIRPF : consulte o "Demonstrativo de Débitos Declarados" para saber o quantitativo de quotas solicitadas e a situação de cada uma delas, e clique no ícone "impressão" para emitir o Darf do mês desejado; 2) Programa para cálculo e emissão do Darf das quotas do IRPF : clique em "cálculo" e siga as instruções para preenchimento dos dados até a impressão do Darf; 3) Preenchimento manual do Darf ATENÇÃO: A segunda quota, quando paga no prazo, será acrescida de 1% de juros. As demais quotas, mesmo quando o pagamento for feito no prazo, serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, do período de 01/05/2014 até o mês anterior ao do pagamento, e acrescido de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento. Ao utilizar as opções 1 e 2, o Darf será impresso com os devidos encargos calculados automaticamente.

AVISOS

- É facultado ao contribuinte:

antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas, não sendo necessário, nesse caso, apresentar declaração retificadora com a nova opção de pagamento;

ampliar o número de quotas do imposto inicialmente previsto na Declaração de Ajuste Anual, até a data de vencimento da última quota desejada, obser-

vado o máximo de 8 quotas, mediante a apresentação de declaração retificadora ou o acesso ao sítio da RFB na internet, opção "Extrato da DIRPF".

- Se o valor do imposto sobre a renda devido for inferior a R\$ 10,00 (dez reais), não efetue o pagamento. Nesse caso, o valor deve ser somado ao imposto dos exercícios seguintes até que alcance o mínimo de R\$ 10,00, quando, então, deve ser pago no prazo estabelecido na legislação referente ao último exercício.

Débito automático das quotas

Ação	Como proceder
Opção	Opção 1: Durante o preenchimento da declaração (original ou retificadora, elaborada em computador, apresentada até 30/04/2014), assinala a opção de débito automático e informe o banco, a agência e o número da conta. A comprovação da opção é formalizada no recibo de entrega da declaração. AVISO: Para solicitar o débito automático da quota única ou a partir da 1ª quota, a declaração deve ser transmitida até 31/03/2014. Caso a declaração seja transmitida no período entre 1º a 30 de abril, somente será possível solicitar o débito automático a partir da 2ª quota. Opção 2: Utilize Extrato da DIRPF (opção disponível após o processamento da declaração). A inclusão do débito automático somente surtirá efeitos no próprio mês se for executada até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 14 desse mês.
Alteração	Opção 1: Retifique a declaração até 30/04/2014. Opção 2: Utilize o Extrato da DIRPF (opção disponível após o processamento da declaração). A alteração do débito automático somente surtirá efeitos no próprio mês se for executada até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 14 desse mês.

Ação	Como proceder
Cancelamento	Utilize o Extrato da DIRPF (opção disponível após o processamento da declaração). O cancelamento do débito automático somente surtirá efeitos no próprio mês se for executado até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 14 desse mês.

AVISOS

- O débito é efetivado no último dia útil do mês e será contínuo até o pagamento total do imposto.

- A 1ª quota ou quota única vence em 30/04/2014.

- O débito automático pode ser estornado, a pedido do contribuinte titular da conta corrente, caso fique comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação.

- É facultado ao contribuinte:

I - antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas, não sendo necessário, nesse caso, apresentar declaração retificadora com a nova opção de pagamento;

II - ampliar o número de quotas do imposto inicialmente previsto na declaração, até a data de vencimento da última quota desejada, observado o máximo de 8 quotas, mediante a apresentação de declaração retificadora ou o acesso ao sítio da RFB na internet, opção "Extrato da DIRPF", no endereço "www.receita.fazenda.gov.br".

Conta bancária a ser utilizada para o débito

Somente pode ser utilizada conta-corrente de titularidade do declarante (individual ou conjunta).

Quando se tratar de conta conjunta, deve ser do tipo solidária, ou seja, aquela que pode ser movimentada em conjunto ou isoladamente pelos titulares. O número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) informado na declaração deve ser o mesmo daquele vinculado à conta corrente bancária.

Acompanhamento do débito automático

Responsabilidade - Em qualquer situação, o contribuinte deve acompanhar se as quotas estão sendo devidamente debitadas em sua conta bancária. Acompanhe o correto pagamento das quotas do imposto no Extrato da DIRPF.

Débito não realizado - O débito em conta está sujeito à exatidão das informações bancárias (banco, agência e conta). Erros nessas informações impedem que o débito ocorra. Caso o débito não seja realizado no prazo por qualquer motivo, o pagamento deve ser efetuado por meio de Darf diretamente na rede bancária autorizada, com os devidos acréscimos legais.

Pagamento em duplicidade - Caso o contribuinte optante pelo débito automático efetue um pagamento adicional por meio de Darf, o pagamento em duplicidade será utilizado para liquidar o saldo devedor de quota a vencer. O débito automático permanecerá ativo para as quotas seguintes, até a penúltima quota. Se o pagamento efetuado por Darf for insuficiente para liquidar a última quota, haverá débito automático em valor parcial correspondente ao saldo devedor.

Exemplo: Se o contribuinte optou pelo débito automático em 8 quotas e pagou adicionalmente a 2ª quota por meio de Darf, esse pagamento duplicado será utilizado para quitar a quota seguinte.

Quando for realizado o débito automático da 3ª quota, o Darf (pago em duplicidade) será utilizado para liquidar a 4ª quota e assim sucessivamente até a última quota, quando então não haverá débito automático e o Darf finalmente quitará a 8ª quota. Sendo o Darf insuficiente para liquidar a última quota, poderá haver débito automático em valor parcial correspondente ao saldo devedor.

Caso o valor seja superior ao saldo devedor, o contribuinte deve solicitar restituição do valor recolhido a maior, em até 5 anos, utilizando o Programa PER/DCOMP.

Datas de vencimento das quotas

Quota	Vencimento	Taxa de juros aplicável para pagamento no prazo
1ª ou quota única	30/04/2014	-
2ª	30/05/2014	1 %
3ª	30/06/2014	Taxa Selic de maio + 1 %
4ª	31/07/2014	Taxa Selic acumulada (maio e junho/2014) + 1 %
5ª	29/08/2014	Taxa Selic acumulada (maio, junho e julho/2014) + 1 %
6ª	30/09/2014	Taxa Selic acumulada (maio, junho, julho e agosto/2014) + 1 %

Quota	Vencimento	Taxa de juros aplicável para pagamento no prazo
7ª	31/10/2014	Taxa Selic acumulada (maio, junho, julho, agosto e setembro/2014) + 1%
8ª	28/11/2014	Taxa Selic acumulada (maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro/2014) + 1%

Emissão de Darf para pagamento em atraso

O pagamento realizado após a data de vencimento deve ser efetuado com os devidos acréscimos legais: multa e juros de mora.

Imprima o Darf utilizando uma das opções abaixo:

1) Extrato da DIRPF: consulte o "Demonstrativo de Débitos Declarados" para saber o quantitativo de quotas solicitadas e a situação de cada uma delas, e clique no ícone "Impressão" para emitir o Darf do mês desejado;

2) Programa para cálculo e emissão do Darf das quotas do IRPF: clique em "cálculo" e siga as instruções para preenchimento dos dados até a impressão do Darf;

3) Preenchimento manual do Darf.

AVISO

- Informações para cálculo manual dos acréscimos legais podem ser obtidas na página Informações úteis sobre o Sicalc

Regularização de pagamento em atraso realizado sem juros ou multa de mora

Se o pagamento em atraso for realizado sem os devidos acréscimos legais ou com o cálculo a menor, o valor do principal não será totalmente quitado, ficando um saldo pendente de quitação.

O contribuinte deve consultar o saldo devedor e emitir o Darf para pagamento no Extrato da DIRPF ou na Pesquisa de Situação Fiscal.

Guia para pagamento do MEI via postal

O DAS gerado para o microempreendedor individual poderá ser enviado por via postal para o domicílio do contribuinte, caso em que conterà, em uma mesma folha de impressão, guias para pagamento de mais de uma competência, alterando a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências.

Neste sentido dispõe a RESOLUÇÃO nº 112, de 12 de março de 2014, publicada no DOU de 17 do mesmo mês e abaixo reproduzida.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Os arts. 39 e 40 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. A ME ou a EPP recolherá os tributos devidos no Simples Nacional por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), conforme modelo constante do Anexo IX, observado o disposto no § 3º do art. 40. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)" (NR)

"Art. 40.

.....
I - para o MEI, por meio do Programa Gerador do DAS para o MEI - PGMEI, que observará:

a) o modelo do Anexo IX, caso emitido pelo Portal do Simples Nacional;

b) o disposto no § 3º deste artigo, na hipótese nele prevista;

.....
§ 3º O DAS gerado para o MEI poderá ser enviado por via postal para o domicílio do contribuinte, caso em que conterà, em uma mesma folha de impressão, guias para pagamento de mais de uma competência, com identificação dos respectivos vencimentos e do valor devido em cada mês. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, inciso I)" (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rendimentos pagos a pessoas jurídicas no exterior

Novas disposições sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, nos casos que menciona, na seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 1.455, de 6 de março de 2014, publicada no DOU de 7 do mesmo mês:

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 10 e 18 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, no art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no art. 20 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, no art. 8º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 1º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 26 e 47 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no art. 9º da Lei nº 11.774, de 17 de dezembro de 2008, no art. 18 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e no Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior por fontes situadas no Brasil estão sujeitos à incidência do imposto exclusivamente na fonte, observadas as disposições desta Instrução Normativa.

Capítulo I

Dos fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamento de embarcações ou aeronaves, aluguel de contêineres, sobrestadia e demais serviços de instalações portuárias

Art. 2º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de receitas de fretes, afretamentos, aluguéis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias.

Parágrafo único. Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependências com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de

dezembro de 1996, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Capítulo II

Das comissões pagas por exportadores

Art. 3º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de comissões por exportadores a seus agentes no exterior.

§ 1º Para efeito do gozo do benefício da alíquota zero, prevista no caput, é necessário que o pagamento esteja estipulado no respectivo Registro de Exportação (RE), contrato mercantil ou documento equivalente.

§ 2º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º As operações referidas no caput serão registradas no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009.

§ 4º Para efeito do disposto no caput, a remessa será efetuada pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mediante comprovação da regularidade tributária e do registro de que trata o § 3º, conforme previsto no inciso I e no caput do art. 3º do Decreto nº 6.761, de 2009.

§ 5º Cabe à instituição interveniente verificar o cumprimento das condições referidas no caput, mantendo a documentação arquivada na forma das instruções expedidas pelo Banco Central do Brasil, conforme dispõe o parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 6.761, de 2009.

Capítulo III

Das despesas com pesquisas de mercado, promoção e propaganda de produtos e serviços brasileiros e com promoção de destinos turísticos brasileiros

Art. 4º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior:

I - em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, bem como aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, inclusive promoção e propaganda no âmbito desses eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros; e

II - por órgãos do Poder Executivo Federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior.

§ 1º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do caput, consideram-se despesas com promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros aquelas decorrentes de participação, no exterior, em exposições, feiras e conclaves semelhantes.

§ 3º Consideram-se serviços destinados à promoção do Brasil no exterior, na hipótese prevista no inciso II do caput, aqueles referentes à consultoria e execução de assessoria de comunicação, de imprensa e de relações públicas.

§ 4º As operações previstas no caput serão registradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom), disponível no sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na Internet, no endereço <<http://www.sisprom.desenvolvimento.gov.br>>, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.761, de 2009.

§ 5º O registro na forma do § 4º, na hipótese de operação referida no inciso I do caput, quando efetuado por organizadora de feira, associação, entidade ou assemelhada, deverá conter a identificação das empresas e entidades participantes que efetuem pagamento com a utilização da alíquota zero do imposto sobre a renda, bem como o valor das despesas correspondentes ao percentual relativo a cada uma das participações.

§ 6º Para efeito do disposto no caput, a remessa será efetuada pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mediante comprovação da regularidade tributária e do registro de que trata o § 4º.

§ 7º Cabe à instituição interveniente verificar o cumprimento das condições referidas no § 6º, man-

tendo a documentação arquivada na forma das instruções expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Capítulo IV

Das operações de cobertura de riscos de variações

Art. 5º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa de valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (hedge).

§ 1º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Para fins de aplicação da redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda prevista no caput, é necessário que as operações sejam comprovadamente caracterizadas como necessárias, usuais e normais, inclusive quanto ao seu valor, para a realização da cobertura dos riscos e das despesas deles decorrentes, obedecida a regulamentação pertinente.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, a remessa será efetuada pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mediante comprovação da regularidade tributária e da legalidade e fundamentação econômica da operação.

§ 4º Cabe à instituição interveniente verificar o cumprimento das condições referidas no § 3º, mantendo a documentação arquivada na forma das instruções expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Capítulo V

Do arrendamento mercantil de bens de capital

Art. 6º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), as contraprestações pagas, creditadas, empregadas, entregues ou remetidas ao exterior, decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de bens de capital, seja do tipo financeiro ou operacional, celebrados com entidades domiciliadas no exterior, inclusive se a empresa arrendadora for domiciliada em país com tributação favorecida.

§ 1º Em relação ao arrendamento mercantil do tipo financeiro admite-se, para fins de determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda na fonte, a exclusão do valor de cada parcela remetida que

corresponder à amortização do bem arrendado, na forma estabelecida no respectivo contrato de arrendamento.

§ 2º Para fins da exclusão prevista no § 1º, a pessoa jurídica remetente deverá demonstrar, com base no contrato de arrendamento, o valor de amortização do bem arrendado e o dos encargos financeiros, correspondentes a cada contraprestação.

§ 3º Fica reduzida a zero, em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2016, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o caput, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto no art. 16 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Capítulo VI

Das comissões e despesas na colocação, no exterior, de ações de companhias abertas

Art. 7º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa para o exterior, de comissões e despesas incorridas nas operações de colocação, no exterior, de ações de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Capítulo VII

Da solicitação, obtenção e manutenção de direitos de propriedades industriais, no exterior

Art. 8º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa para o exterior, decorrentes de solicitação,

obtenção e manutenção de direitos de propriedades industriais, no exterior.

§ 1º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 1999, relativos às operações mencionadas neste artigo, fica garantido o tratamento tributário a eles aplicável naquela data.

Capítulo VIII

Dos juros de empréstimos contraídos em países que mantenham acordos com o Brasil

Art. 9º Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), os juros pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, decorrentes de empréstimos contraídos no exterior, em países que mantenham acordos tributários com o Brasil, por empresas nacionais, particulares ou oficiais.

§ 1º A incidência de imposto sobre a renda na fonte, prevista no caput, aplica-se, inclusive, aos empréstimos contraídos por prazo igual ou superior a 15 (quinze) anos, à taxa de juros do mercado credor, com instituições financeiras tributadas em nível inferior ao admitido pelo crédito fiscal nos respectivos acordos tributários.

§ 2º Aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 1999, relativos às operações mencionadas neste artigo, fica garantido o tratamento tributário a eles aplicável naquela data.

Capítulo IX

Dos juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de colocações no exterior de títulos de crédito internacionais

Art. 10. Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), os juros, comissões, despesas e descontos decorrentes de colocações no exterior, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, de títulos de crédito internacionais, inclusive comercial papers, nas hipóteses de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, inclusive em país com tributação favorecida.

Parágrafo único. Aos contratos em vigor em 31 de dezembro de 1999, relativos às operações mencionadas neste artigo, fica garantido o tratamento tributário a eles aplicável naquela data.

Capítulo X

Dos juros de desconto de cambiais de exportação e comissões inerentes a essas cambiais

Art. 11. Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os juros de desconto de cambiais de exportação e as comissões de banqueiros inerentes a essas cambiais, pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, inclusive se o beneficiário for domiciliado em país com tributação favorecida.

§ 1º O benefício fiscal previsto neste artigo não se aplica aos juros e comissões relativos a créditos obtidos no exterior, cuja vinculação ao financiamento de exportações seja feita mediante contratos de câmbio de exportação vencidos.

§ 2º Considera-se vencido o contrato de câmbio de exportação quando o prazo nele pactuado para entrega de documentos ou para liquidação tenha sido ultrapassado, em 1 (um) ou mais dias.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, a remessa será efetuada pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mediante comprovação da regularidade tributária e da legalidade e fundamentação econômica da operação.

§ 4º Cabe à instituição interveniente verificar o cumprimento das condições referidas no caput, mantendo a documentação arquivada na forma das instruções expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Capítulo XI

Dos juros e comissões relativos a créditos destinados ao financiamento de exportações

Art. 12. Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os juros e comissões, relativos a créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações, recebidos de fontes situadas no Brasil, por pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, inclusive em país com tributação favorecida, na hipótese de pagamento, crédito, emprego, entrega ou remessa desses rendimentos.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, a remessa será efetuada pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, mediante comprovação da regularidade tributária e da legalidade e fundamentação econômica da operação.

§ 2º Cabe à instituição interveniente verificar o cumprimento das condições referidas no § 1º, mantendo a documentação arquivada na forma das instruções expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º A redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda prevista no caput é condicionada a que as importâncias pagas, creditadas, empregadas, entregues ou re-

metidas, por fonte domiciliada no País, a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, destinem-se, efetivamente, ao financiamento de exportações, conforme dispõe o inciso VII do caput do art. 1º do Decreto nº 6.761, de 2009.

§ 4º A comprovação da operação referida no caput pela instituição autorizada a operar no mercado de câmbio será efetuada mediante confronto dos pertinentes saldos contábeis globais diários, observadas as normas específicas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

§ 5º Os juros e comissões correspondentes à parcela dos créditos obtidos no exterior e destinados ao financiamento de exportações, de que trata o caput, não aplicados com tal finalidade, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 6º O imposto a que se refere o § 5º será recolhido até o último dia útil do 1º (primeiro) decêndio do mês subsequente ao de apuração dos referidos juros e comissões.

§ 7º A base de cálculo será apurada mediante a aplicação de taxa de juros sobre o saldo contábil diário da parcela de empréstimo não aplicada nos termos do § 5º.

Capítulo XII

Das despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e emissão de documentos realizadas no exterior

Art. 13. Sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, à alíquota zero, os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior pelo exportador brasileiro, relativos às despesas de armazenagem, movimentação e transporte de carga e emissão de documentos realizadas no exterior.

Parágrafo único. Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Capítulo XIII

Dos juros sobre o capital próprio

Art. 14. As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para beneficiários domiciliados no exterior, a título de juros sobre o capital próprio, estão sujeitas à incidência do imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à

incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Os juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas, calculados sobre os juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por ela distribuídos, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte às alíquotas previstas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Capítulo XIV

Dos serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade e demais procedimentos exigidos por país importador

Art. 15. Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade, metrologia, normalização, inspeção sanitária e fitossanitária, homologação, registros e outros procedimentos exigidos pelo país importador sob o resguardo dos acordos sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e sobre barreiras técnicas ao comércio (TBT), ambos do âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, de que trata a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º não se aplica à remuneração de serviços prestados por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida ou beneficiada por regime fiscal privilegiado, de que tratam os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 1996.

Capítulo XV

Da remuneração de serviços em geral

Art. 16. Os rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e os da prestação de serviços, pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a residentes ou domiciliados no exterior, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), ressalvado o disposto no art. 17.

Capítulo XVI

Da remuneração de serviços técnicos, assistência técnica e administrativa e royalties

Art. 17. As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a pessoa jurídica

domiciliada no exterior a título de royalties de qualquer natureza e de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica, administrativa e semelhantes sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º Para fins do disposto no caput:

I - classificam-se como royalties os rendimentos de qualquer espécie decorrentes do uso, fruição, exploração de direitos, tais como:

a) direito de colher ou extrair recursos vegetais, inclusive florestais;

b) direito de pesquisar e extrair recursos minerais;

c) uso ou exploração de invenções, processos e fórmulas de fabricação e de marcas de indústria e comércio; e

d) exploração de direitos autorais, salvo quando recebidos pelo autor ou criador do bem ou obra;

II - considera-se:

a) serviço técnico a execução de serviço que dependa de conhecimentos técnicos especializados ou que envolva assistência administrativa ou prestação de consultoria, realizado por profissionais independentes ou com vínculo empregatício ou, ainda, decorrente de estruturas automatizadas com claro conteúdo tecnológico; e

b) assistência técnica a assessoria permanente prestada pela cedente de processo ou fórmula secreta à concessionária, mediante técnicos, desenhos, estudos, instruções enviadas ao País e outros serviços semelhantes, os quais possibilitem a efetiva utilização do processo ou fórmula cedido.

§ 2º Os juros de mora e quaisquer outras compensações decorrentes do pagamento em atraso dos rendimentos de que trata o caput sujeitam-se à incidência de imposto sobre a renda na fonte nas mesmas condições dos valores principais a que se refiram.

§ 3º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por pessoa jurídica domiciliada em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Capítulo XVII

Dos direitos pela transferência de atleta profissional

Art. 18. Sujeitam-se à tributação de imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior, pela aquisição ou pela remuneração, a qualquer título, de qualquer forma de direito, inclusive na hipótese de transferência de atleta profissional.

Art. 19. Nos casos em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Capítulo XVIII **Do ganho de capital**

Art. 20. Os ganhos de capital apurados no País por pessoa jurídica domiciliada no exterior estão sujeitos à tributação conforme o disposto neste Capítulo, sem prejuízo dos acordos, tratados e convenções internacionais firmados pelo Brasil.

Art. 21. Estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), os ganhos de capital auferidos no País, por pessoa jurídica domiciliada no exterior, que alienar bens ou direitos localizados no Brasil.

§ 1º O responsável pela retenção e recolhimento do imposto sobre a renda na fonte de que trata o caput será:

I - o adquirente, pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil; ou

II - o procurador, quando o adquirente for residente ou domiciliado no exterior.

§ 2º Deverá ser observado o disposto em convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão

fiscal em relação aos impostos sobre a renda existentes no Brasil e no país de residência do alienante.

Art. 22. O ganho de que trata o art. 21, decorrente de operação em que o beneficiário seja domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 1996, sujeita-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 23. O ganho de capital auferido no País é determinado pela diferença positiva entre o valor de alienação em Reais e o custo de aquisição em Reais do bem ou direito.

§ 1º O valor de aquisição do bem ou direito para fins do disposto neste artigo deve ser comprovado com documentação hábil e idônea.

§ 2º Na impossibilidade de comprovação, o custo de aquisição deve ser:

I - apurado com base no capital registrado no Banco Central do Brasil vinculado à compra do bem ou direito; ou

II - igual a zero, nos demais casos.

Capítulo XIX **Das disposições finais**

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Fica revogada a Instrução Normativa SRF nº 252, de 3 de dezembro de 2002.

Manual das entidades de previdência complementar

O seguinte ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 21, de 13 de março de 2014 (DOU de 14 do mesmo mês), alterado pelo ADE nº 24, de 28.3.2014 (DOU de 1.4.2014), aprova o Manual de Orientações do arquivo digital para apresentação de informações pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e administradoras de Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), no âmbito da Secretaria da Receita Federal:

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 294 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014, declara:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Orientação, constante do anexo único, do arquivo digital que deve ser utilizado pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e administradoras de Fundos de Aposentadoria Programada Individual, para

fornecer à Secretaria da Receita Federal do Brasil as informações sobre o recebimento de contribuições, prêmios e aportes destinados ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária e o pagamento de resgates a participantes e beneficiários, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Nota da Redação: Ver em nosso site o Anexo Único acima referido.

Soluções de consultas sobre IRPJ e CSLL

A Coordenação-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal emitiu os atos a seguir transcritos, publicados no DOU de 10 de março de 2014, esclarecendo dispositivos referentes ao imposto de renda das pessoas jurídicas e contribuição social sobre o lucro líquido.

SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 36, de 18 de fevereiro de 2014:

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. DISPÊNDIOS. DEDUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO. BASE DE CÁLCULO. A pessoa jurídica que tiver optado por capitalizar em seu ativo diferido as despesas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica a que se refere o art. 17, inciso I, da Lei nº 11.196, de 2005, deverá deduzir tais valores do lucro líquido apurado à proporção em que forem incorridas as respectivas quotas de amortização, respeitando-se o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, conforme art. 325, II, "b", c/c art. 327, parágrafo único, do RIR/99.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, inciso I do caput e § 6º; Regulamento do Imposto de Renda, de 1999, arts. 325, II, "b", e 327.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. DISPÊNDIOS. DEDUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO. BASE DE CÁLCULO. A pessoa jurídica que tiver optado por capitalizar em seu ativo diferido as despesas com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica a que se refere o art. 17, inciso I, da Lei nº 11.196, de 2005, deverá deduzir tais valores do lucro líquido apurado à proporção em que forem incorridas as respectivas quotas de amortização, respeitando-se o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, conforme art. 325, II, "b", c/c art. 327, parágrafo único, do RIR/99.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, inciso I do caput e § 6º; Regulamento do Imposto de Renda, de 1999, arts. 325, II, "b", e 327; Lei nº 8.981, de 1995, art. 57.

SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 37, de 19 de fevereiro de 2014:

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

EMENTA: GASTOS COM DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE PRODUTOS. ATIVO INTANGÍVEL. REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO (RTT).

DISPÊNDIOS DEDUTÍVEIS.

Na vigência do RTT, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638, de 2007, e 11.941, de 2009, que modifiquem métodos e critérios contábeis não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Os dispêndios com desenvolvimento experimental de produtos, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 11.196, de 2005, podem ser deduzidos do lucro líquido apurado no período, independentemente de estarem classificados no ativo intangível da pessoa jurídica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.941, arts. 15, § 1º, e 16; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 325, II, "b"; Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, I; Decreto nº 5.798, de 2006, art. 2º, II, "c".

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: GASTOS COM DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL DE PRODUTOS. ATIVO INTANGÍVEL. REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO (RTT). DISPÊNDIOS DEDUTÍVEIS.

Na vigência do RTT, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638, de 2007, e 11.941, de 2009, que modifiquem métodos e critérios contábeis não terão efeitos para fins de apuração da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Os dispêndios com desenvolvimento experimental de produtos, desde que atendidos os requisitos da Lei nº 11.196, de 2005, podem ser deduzidos do lucro líquido apurado no período, independentemente de estarem classificados no ativo intangível da pessoa jurídica.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.941, arts. 15, § 1º, e 16; Decreto nº 3.000, de 1999, arts. 325, II, "b"; Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, I, e § 6º; Decreto nº 5.798, de 2006, art. 2º, II, "c".

SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 55, de 20 de fevereiro de 2014:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA.

Para fins de determinação da base de cálculo presumida do IRPJ, as atividades de fisioterapia e terapia ocupacional são contempladas pelo art. 29 da Lei nº 11.727, de 2008, desde que a prestadora destes serviços esteja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, com alterações, art. 15, § 1º, III, "a"; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. PERCENTUAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA.

Para fins de determinação da base de cálculo presumida da CSLL, as atividades de fisioterapia e terapia ocupacional são contempladas pelo art. 29 da Lei nº 11.727, de 2008, desde que a prestadora destes serviços esteja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.249, de 1995, com alterações, arts. 15, § 1º, III, "a", e 20; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 58, de 20 de fevereiro de 2014:

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: COMÉRCIO DE EMBARCAÇÕES USADAS. VEÍCULOS AUTOMOTORES. EQUIPARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Por não serem consideradas veículos automotores, as vendas de embarcações usadas não se equiparam, para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ, às operações de consignação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.716, de 1998, art. 5º; e IN SRF nº 152, de 1998, art. 2º.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: COMÉRCIO DE EMBARCAÇÕES USADAS. VEÍCULOS AUTOMOTORES. EQUIPARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Por não serem consideradas veículos automotores, as vendas de embarcações usadas não se equiparam, para fins de apuração da base de cálculo da CSLL, às operações de consignação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.716, de 1998, art. 5º; e IN SRF nº 152, de 1998, art. 2º.

Alterações no parcelamento de débitos fiscais

Modificada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 dezembro de 2009 (Mensário Fiscal de janeiro/10, páginas 26 a 31), que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, de acordo com a seguinte PORTARIA CONJUNTA nº 2, de 26.2.2014 (DOU de 28 do mesmo mês):

A Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Secretário da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 14-C e 14-F da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º O art. 29 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 29.

§ 1º Não poderá exceder o valor estabelecido no caput o somatório do saldo devedor dos parcelamentos simplificados em curso, por contribuinte, considera-

dos isoladamente:

I - o parcelamento dos débitos de que trata o § 1º do art. 1º;

II - o parcelamento dos débitos administrados pela RFB relativos aos demais tributos; e

III - o parcelamento dos débitos administrados pela PGFN relativos aos demais tributos.

§ 2º Em virtude do art. 2º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a administração tributária poderá considerar os débitos do inciso I como integrantes de parcelamentos dos débitos dos incisos II e III, hipótese em que comporão, no respectivo parcelamento, o limite de que trata o caput.

§ 3º A RFB divulgará, na internet, as situações que se enquadram no § 2º."

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Crédito do IPI de documentação técnica

O Secretário da Receita Federal aprovou o seguinte PARECER NORMATIVO nº 2, de 25 de março de 2014 (DOU de 26 do mesmo mês), concluindo que o estabelecimento industrial poderá creditar-se do IPI relativo à documentação técnica que acompanha o produto, quando destinada a instruir a sua instalação, utilização ou consumo, tanto a adquirida de terceiros quanto a de fabricação própria, no que se refere aos insumos nela utilizados.

Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA QUE ACOMPANHA O PRODUTO. CREDITAMENTO. POSSIBILIDADE.

O estabelecimento industrial poderá creditar-se do imposto relativo à documentação técnica que acompanha o produto, quando destinada a instruir a sua instalação, utilização ou consumo, tanto a adquirida de terceiros quanto a de fabricação própria, no que se refere aos insumos nela utilizados. Sendo fornecidas em conjunto com o produto, compõe o seu custo o valor tributável.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, art. 25 e § 1º, e Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 (Ripi/2010), arts. 190, II, e 226, I.

Relatório

Cuida-se da atualização e consolidação dos Pareceres Normativos CST nº 218, de 1972, e nº 68, de 1973, que, embora tenham vigorado até a presente data, fazem referência a legislação já modificada ou revogada. O presente Parecer Normativo abordará somente os trechos dos Pareceres citados que ainda estão em vigor.

2. Analisa-se a tributação e a possibilidade de creditamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de terceiros ou na fabricação própria - no que se refere aos insumos nela utilizados - da documentação técnica que acompanha o produto final.

Fundamentos

3. Seja em virtude da variedade de pormenores técnicos, seja pela complexidade e/ou singularidade da sua instalação ou operação, seja em razão dos cuidados especiais no seu consumo, muitas vezes os fabricantes se vêem obrigados a fornecer os seus produtos acompanhados de documentação técnica, indispensável à sua adequada utilização.

4. Entenda-se como "documentação técnica" aquela que efetivamente acompanha, em quantidade apropriada, o produto final, e é constituída de instruções impressas ou gravadas em mídias eletrônicas, cuja

importância é esclarecer a correta utilização do produto. É o conjunto de informações sobre os comportamentos específicos a serem adotados pelos usuários, incluindo-se aí instruções de instalação, layouts, manuais de operação/utilização, descrições técnicas, bulas, recomendações, advertências sobre cuidados especiais, instruções para usos alternativos, termos de garantia - enfim, toda a sorte de informações indispensáveis ao seu pleno e melhor uso.

5. Analisa-se a incidência do IPI sobre esta documentação técnica, bem como sobre a legitimidade do crédito do imposto relativo à sua aquisição de terceiros ou às aquisições de matérias-primas e produtos intermediários para a sua confecção no próprio estabelecimento industrial do produto que ela acompanha.

6. Fornecida com o produto, o custo da documentação comporá o seu valor tributável, pois, se integrante do produto final, não há como dissociá-la do valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial, que é base de cálculo do imposto, conforme dispõe o art. 190, II, do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do IPI (Ripi/2010).

7. Será diverso, todavia, o tratamento a se dispensar quando vendida separadamente do produto final, pois, sendo objeto de outra operação, terá valor tributável próprio e também classificação e alíquota próprias na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi).

8. No que se refere à não-cumulatividade, a legislação complementar, assim como a ordinária e suas normas regulamentares, oferecem a necessária nitidez na sua aplicação a casos concretos.

Uma das características que o princípio constitucional assume na legislação vigente é a de que o seu mais importante instrumento, ou seja, o direito de crédito, somente pode ser exercido quando os itens adquiridos guardarem íntima relação com o processo industrial, quer se incorporem ao novo produto, quer se consumam no processo de fabricação.

9. O art. 25 e seu § 1º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.136, de 07 de dezembro de 1970, estabelecem o seguinte:

"Art. 25. A importância a recolher será o montante do imposto relativo aos produtos saídos do estabelecimento, em cada mês, diminuído do montante do imposto relativo aos produtos nele entrados, no mesmo período, obedecidas as especificações e normas que o regulamento estabelecer.

§ 1º O direito de dedução só é aplicável aos casos em que os produtos entrados se destinem à comercialização, industrialização ou acondicionamento e desde que os mesmos produtos ou os que resultarem do processo industrial sejam tributados na saída do estabelecimento".

10. Observe-se que a lei conferiu ao Executivo o poder de estabelecer, através do Regulamento, especificações e normas relativas ao exercício do direito de dedução.

11. Nos termos do art. 226, I, do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi/2010), os estabelecimentos industriais poderão creditar-se do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, adquiridos para emprego na industrialização de produtos tributados, incluindo-se, entre as matérias-primas e os produtos intermediários, aqueles que, embora não se integrando ao novo produto, forem consumidos no processo de industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo imobilizado.

12. Fica claro, então, que, com exceção das matérias-primas e produtos intermediários que se consomem no processo de industrialização, nesse conceito incluem-se somente aqueles que se integram ao

produto final.

13. Assim, se a documentação contiver explicações indispensáveis à utilização do produto não há como se negar o direito ao crédito, visto aí se configurar a vinculação com o processo de fabricação, pois o novo produto só terá existência, só surgirá como um bem utilizável, se acompanhado daquelas instruções.

14. Noutro giro, o estabelecimento industrial não terá direito ao crédito do imposto pago na aquisição de folhetos explicativos que contenham exclusivamente matéria promocional (propaganda), os quais faça juntar aos produtos de sua fabricação, isto porque tais folhetos não oferecem aquela associação com o processo industrial, bastando lembrar que, não constituindo eles matéria-prima, produtos intermediários ou material de embalagem, não se incorporam ao novo produto nem se consomem no processo de industrialização, inexistindo, em conseqüência, os requisitos básicos para garantir o direito ao crédito.

Conclusão

15. O estabelecimento industrial poderá creditar-se do imposto relativo à documentação técnica que acompanha o produto, quando destinada a instruir a sua instalação, operação, utilização ou consumo, tanto a adquirida de terceiros quanto a de fabricação própria, no que se refere aos insumos nela utilizados. Sendo fornecidas em conjunto com o produto, compõe o seu custo o valor tributável.

16. Ficam revogados os Pareceres Normativos CST nº 218, de 1972, e nº 68, de 1973.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico

A Coordenação-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal emitiu a seguinte SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 63, de 7 de março de 2014 (DOU de 25 do mesmo mês), esclarecendo que a despesa operacional realizada com propaganda e marketing para incrementar a venda de produtos novos ou aprimorados não pode ser considerada como dispêndio em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para fins de fruição dos incentivos fiscais previstos na Lei nº 11.196/05 (Mensário Fiscal de dezembro/05, páginas 8 a 31):

ASSUNTO: Normas Gerais de Direito Tributário
EMENTA: LEI Nº 11.196, DE 2005. INCENTIVO FISCAL. DISPÊNDIOS REALIZADOS COM PESQUISA TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

A despesa operacional realizada com propaganda e marketing para incrementar a venda de produtos novos ou aprimorados não pode ser considerada como dispên-

dio em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para fins de fruição dos incentivos fiscais previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 2005.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.196, de 2005, art. 17, I e art. 19; Decreto nº 5.798, de 2006, art. 2º, II, arts. 3º, 4º e 8º; Instrução Normativa RFB nº 1.187, de 2011, art. 2º, II e arts. 4º, 5º e 7º; art. 96 da Lei nº 5.172, de 1966.

Valor tributável de conjunto com unidades armazenadas

Analisando o valor tributável pelo IPI de um conjunto de várias unidades de um mesmo produto, acondicionadas em uma só embalagem, e dessa forma vendido, foi aprovado pelo Secretário da Receita Federal o seguinte PARECER NORMATIVO nº 1, de 25 de março de 2014 (DOU de 26 do mesmo mês):

Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI.

CONJUNTO COM VÁRIAS UNIDADES ACONDIONADAS EM UMA SÓ EMBALAGEM. VALOR TRIBUTÁVEL.

Conjunto de várias unidades de um mesmo produto, acondicionadas em uma só embalagem e dessa forma vendido. O fato de se anunciar, a título de promoção, que uma das unidades é grátis não implica a adição do valor dessa unidade ao valor tributável, que é o valor do conjunto.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, inciso II, e art. 18; Decreto nº 7.212, de 2010 (RPI/2010), art. 190.

Relatório

Cuida-se da atualização e consolidação do entendimento expresso no Parecer Normativo CST nº 11, de 1970, que, embora tenha vigorado até a presente data, faz referências a legislação já modificada ou revogada.

2. No caso em questão, analisa-se o valor tributável de um conjunto de várias unidades de um mesmo produto, acondicionadas em uma só embalagem, e dessa forma vendido.

3. O estabelecimento faz uma promoção comercial, ofertando, a título promocional, várias unidades de um mesmo produto, acondicionadas em uma caixa (embalagem promocional) formando, portanto, um conjunto. Da referida embalagem consta, além dos dizeres normais e, como apelo promocional, o "slogan": "leve 'x' unidades e ganhe uma grátis".

Fundamentos

4. Salvo disposição em contrário da legislação, constitui valor tributável o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, sem a dedução dos descontos, diferenças ou abatimentos, concedidos a qualquer título, ainda que incondicionalmente.

Art. 190. Salvo disposição em contrário deste Regulamento, constitui valor tributável:

I - dos produtos de procedência estrangeira:

(.....)

b) o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento equiparado a industrial (Lei nº 4.502, de 1964, art. 18); ou

II - dos produtos nacionais, o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial (Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, inciso II).

§ 1º O valor da operação referido na alínea "b" do inciso I e no inciso II compreende o preço do produto, acrescido do valor do frete e das demais despesas acessórias, cobradas ou debitadas pelo contribuinte ao comprador ou destinatário (Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, § 1º).

(.....)

§ 3º Não podem ser deduzidos do valor da operação os descontos, diferenças ou abatimentos, concedidos a qualquer título, ainda que incondicionalmente (Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, § 2º).

5. Apesar de constar no apelo promocional do fabricante o oferecimento de uma unidade grátis, a operação ora descrita não se caracteriza como desconto, diferença ou abatimento. Trata-se do preço do conjunto que é ofertado e praticado com os adquirentes, assim, não há que se cogitar que seja adicionado, ao valor do conjunto, o valor da unidade ofertada, de sorte que o valor tributável é o preço do conjunto.

Conclusão

6. O valor tributável de um conjunto de várias unidades, acondicionadas em uma só embalagem, e dessa forma vendido, é o preço do conjunto.

7. Fica revogado o Parecer Normativo CST nº 11, de 1970.

8. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral da Cosit e Subsecretário de Tributação e Contencioso - Substituto, com proposta de encaminhamento ao Secretário da Receita Federal do Brasil, para aprovação.

Crédito do IPI de etiquetas aplicadas em produtos

Conforme o seguinte PARECER NORMATIVO nº 4, de 25 de março de 2014 (DOU de 26 do mesmo mês), aprovado pelo Secretário da Receita Federal, o estabelecimento industrial poderá creditar-se do IPI relativo a etiquetas compostas de qualquer matéria, adquiridas para serem aplicadas em produtos tributados:

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI.

ETIQUETAS APLICADAS EM PRODUTOS TRIBUTADOS. CREDITAMENTO. POSSIBILIDADE.

Ementa: O estabelecimento industrial poderá creditar-se do imposto relativo a etiquetas compostas de qualquer matéria, adquiridas para serem aplicadas em produtos tributados.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do IPI (Ripi/2010), art. 226, I.

Relatório

Cuida-se da atualização do Parecer Normativo CST nº 248, de 1972, que, embora tenha vigorado até a presente data, faz referência a legislação já modificada ou revogada.

2. Analisa-se a possibilidade de creditamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de etiquetas, compostas de qualquer matéria e seja qual for a sua função, para serem aplicadas nos produtos fabricados.

Fundamentos

3. A questão que se analisa é se as etiquetas - feitas de metal, de plástico, de papel, de tecido, de couro, ou de qualquer outra matéria - aplicadas no produto fabricado para sua identificação ou prestação de informações das mais diversas ao cliente, atendendo ou não a exigências técnicas ou outras constantes de leis e de atos administrativos e até mesmo com fins promocionais, enquadram-se em alguma das categorias de insumos para industrialização que, assim sendo, gerariam direito ao crédito do imposto na sua aquisição.

4. Nos termos do art. 226, I, do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi/2010), os estabelecimentos industriais poderão creditar-se do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, adquiridos para emprego na industrialização de produtos tributados, incluindo-se, entre as matérias-primas e os produtos intermediários, aqueles que, embora não se integrando ao novo produto, forem consumidos no processo de industrialização, salvo se compreendidos entre os bens do ativo imobilizado.

5. A etiqueta não tem a função de acondicionamento do material de embalagem e também não entra na composição do produto final em si, fugindo portanto ao conceito estrito de matéria-prima, mas a ele se integra - seja diretamente, seja pela aposição na sua embalagem - podendo, assim, mais propriamente, ser tida como produto intermediário, para os efeitos em estudo.

6. E se mostra indubitável que a operação de etiquetagem é uma das fases do processo de industrialização, tal como acontece com a rotulagem e a marcação por estampagem, que são análogos.

Conclusão

7. Diante do exposto, concluiu-se que as etiquetas que se empregam na industrialização de produtos tributados, seja qual for o material de que são confeccionadas e seja qual for a sua função, constituem produtos intermediários para os efeitos do dispositivo regulamentar em foco, pelo que há o direito ao crédito do IPI na sua aquisição, desde que para aplicação em produtos tributados.

8. Fica revogado o Parecer Normativo CST nº 248, de 1972.

Taxa de Juros de Longo Prazo

Definida a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2014, pela seguinte RESOLUÇÃO nº 4.321, de 27 de março de 2014 (DOU de 31 do mesmo mês):

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de março de 2014, com base nas disposições da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001, resolveu:

Art. 1º É fixada em 5% a.a. (cinco por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014, inclusive.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de abril de 2014, a Resolução nº 4.293, de 20 de dezembro de 2013.

Parcelamento de débitos do IRPJ e CSLL

Alterada a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9/13 (Mensário Fiscal de novembro/13, páginas 34 a 37), que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e à CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, na forma do art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e outras providências.

Trata da matéria a seguinte PORTARIA CONJUNTA nº 4, de 14 de março de 2014 (DOU de 17 do mesmo mês):

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e no art. 92 da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 18 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do art. 6º-A:

"Art. 6º-A Para os fins do disposto no art. 6º, a liquidação dos valores correspondentes a multas de mora ou de ofício, a juros moratórios e a até 30% (trinta por cento) do valor principal do tributo, inclusive inscrito em DAU, com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras ou controladas em 31 de dezembro de 2012, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pelo parcelamento, será efetuada na forma prevista neste artigo.

§ 1º Em primeiro lugar, os débitos serão consolidados para a data do pedido de parcelamento ou pagamento à vista, aplicando-se as reduções previstas no art. 2º.

§ 2º Sobre os valores apurados na forma do § 1º, será efetuada a amortização dos créditos de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da CSLL declarados, sendo que os valores de multa e de juros poderão ser totalmente amortizados com os créditos, enquanto que o valor principal do tributo somente poderá ser amortizado em até 30% (trinta por cento).

§ 3º O valor a ser pago ou parcelado será apurado subtraindo-se do valor apurado no § 1º aquele apurado no § 2º.

§ 4º Na hipótese de parcelamento, para determinação do valor da entrada de que trata o inciso II do art. 2º, aplica-se o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor apurado no § 3º e o saldo restante será dividido pelo número de prestações solicitadas, descontada a entrada."

Art. 2º O sujeito passivo que solicitou, até 29 de novembro de 2013, o parcelamento de que trata a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 9, de 2013, e não observou, quando do pagamento da entrada de 20% (vinte por cento), as regras contidas no art. 6º-A daquela Portaria Conjunta, poderão, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Portaria Conjunta, regularizar a sua situação, sob pena de exclusão do parcelamento.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Obrigatoriedade de informações no Siscoserv

A seguinte SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 53, de 20 de fevereiro de 2014 (DOU de 10 de março), trata de estabelecimento domiciliado no Brasil, de sociedade estrangeira, que fica obrigado a prestar as informações no Siscoserv:

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

EMENTA: SISCOSERV. ESTABELECIMENTO DE EMPRESA ESTRANGEIRA DOMICILIADO NO BRASIL. OBRIGATORIEDADE.

O estabelecimento, domiciliado no Brasil, de sociedade estrangeira, fica obrigado a prestar as informações no Siscoserv relativas às transações que esta-

belecer com residentes ou domiciliados no exterior, que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no seu patrimônio.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 2012, art. 1º, § 4º, I; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.908, de 2012; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1.895, de 2013.

Valor tributável de despesas acessórias

Ferramentas fabricadas e utilizadas, pelo próprio executor da encomenda, na industrialização de produtos encomendados por terceiros e que, embora não saiam do estabelecimento industrializador, são cobradas ou debitadas ao autor da encomenda. O valor da referida cobrança ou débito deverá ser acrescido, como despesa acessória, no valor da operação para efeito do cálculo do IPI.

Neste sentido o Secretário da Receita Federal aprovou o seguinte PARECER NORMATIVO nº 3, de 25 de março de 2014 (DOU de 26 do mesmo mês):

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA. VALOR TRIBUTÁVEL. DESPESAS ACESSÓRIAS.

Ferramentas fabricadas e utilizadas, pelo próprio executor da encomenda, na industrialização de produtos encomendados por terceiros e que, embora não saiam do estabelecimento industrializador, são cobradas ou debitadas ao autor da encomenda. O valor da referida cobrança ou débito deverá ser acrescido, como despesa acessória, no valor da operação para efeito do cálculo do imposto.

Dispositivos Legais: Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - Ripi/ 2010, art. 190, II, b.

Relatório

Cuida-se da atualização e consolidação do Parecer Normativo CST nº 531, de 1970, que, embora tenha vigorado até a presente data, faz referências a legislação já modificada ou revogada.

2. Em exame, a seguinte situação: na industrialização por encomenda, o executor utiliza na fabricação dos produtos encomendados ferramentas fabricadas por ele e que, embora não saiam do estabelecimento, são cobradas ou debitadas ao autor da encomenda.

Fundamentos

3. Ferramentas fabricadas e utilizadas, pelo próprio executor da encomenda, na industrialização de produtos encomendados por terceiros e que, embora não saiam do estabelecimento industrializador, são cobradas ou debitadas ao autor da encomenda. O valor da referida cobrança ou débito deverá ser acrescido no valor da operação para efeito do cálculo do imposto.

4. Não ocorrendo, como dito acima, a saída física das

ferramentas e sendo vedada a emissão de Nota Fiscal que não corresponda a uma efetiva saída de mercadoria (Ripi/ 2010, art. 41 I), deverá, na hipótese sob exame, ser observado, pelo executor da encomenda, o disposto no artigo 190, II, § 1º, do RIPI/2010:

Art. 190. Salvo disposição em contrário deste Regulamento, constitui valor tributável(...)

II - dos produtos nacionais, o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial (Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, inciso II, e Lei nº 7.798, de 1989, art. 15).

§ 1º O valor da operação referido na alínea "b" do inciso I e no inciso II compreende o preço do produto, acrescido do valor do frete e das demais despesas acessórias, cobradas ou debitadas pelo contribuinte ao comprador ou destinatário (Lei nº 4.502, de 1964, art. 14, § 1º, Decreto-Lei nº 1.593, de 1977, art. 27, e Lei nº 7.798, de 1989, art. 15).

5. Assim, a cobrança ou débito do valor das mencionadas ferramentas ao adquirente dos produtos implicará, automaticamente, o aumento efetivo do preço dos mesmos. Trata-se de despesa acessória que não poderá ser excluída do valor tributável.

Conclusão

6. Ferramentas fabricadas e utilizadas, pelo próprio executor da encomenda, na industrialização de produtos encomendados por terceiros e que, embora não saiam do estabelecimento industrializador, são cobradas ou debitadas ao autor da encomenda. O valor da referida cobrança ou débito deverá ser acrescido, como despesa acessória, no valor da operação para efeito do cálculo do imposto.

7. Fica revogado o Parecer Normativo CST nº 531, de 1970.

Mensário
Fiscal

Utilize nosso site:
www.mensariofiscal.com.br

Nele estão disponíveis atos divulgados pelos órgãos oficiais federais, estaduais/RS-SC e municipais/Porto Alegre, e também as obrigações do mês, tabelas, informes econômicos, perguntas e respostas sobre assuntos fiscais, trabalhistas e previdenciários (publicados no MENSÁRIO FISCAL impresso).

Até chegar a nova edição da revista o site está sendo atualizado diariamente, para que todos os assinantes continuem bem informados. Solicite seu login e senha através do fone 3222-3646 ou e-mail mensario@mensariofiscal.com.br

Modificações no Simples Nacional

Alterada a Resolução CGSN nº 94/11 (em nosso site), que dispõe sobre o Simples Nacional e microempreendedor individual (MEI), segundo a RESOLUÇÃO nº 113, de 27.3.2014 (DOU de 31 do mesmo mês):

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Os arts. 7º e 20 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

§ 3º O agendamento confirmado poderá ser cancelado, até o final do prazo previsto no inciso I do caput, independentemente de notificação, caso tenha ocorrido erro no processamento das informações tempestivamente transmitidas pelos entes federados nos termos do § 6º do art. 6º, sendo a informação do cancelamento divulgada no Portal do Simples Nacional, devendo a empresa proceder na forma do inciso III do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 16, caput)" (NR)

"Art. 20

Parágrafo único. As alíquotas utilizadas no Simples Nacional são denominadas: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)

I - Alíquota Normal, a utilizada no cálculo dos tributos devidos no Simples Nacional, conforme previsto no § 3º do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - Alíquota Máxima, a utilizada no cálculo dos tributos devidos no Simples Nacional nos períodos de apuração que incidirem na hipótese prevista no § 5º do art. 21;

III - Alíquota Majorada Limite Nacional, a utilizada no cálculo dos tributos devidos no Simples Nacional a partir do período de apuração em que a empresa ultrapassar o limite máximo de receita bruta anual, exceto no ano de início de atividades, conforme o § 16-A do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

IV - Alíquota Majorada Limite Nacional Proporcional, a utilizada no cálculo dos tributos devidos no Simples Nacional a partir do período de apuração em que a empresa, no ano de início de atividades, ultrapassar o limite máximo de receita bruta anual, conforme disposto no § 16 do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

V - Alíquota Majorada Sublimite Estadual, os percentuais utilizados no cálculo do ICMS e do ISS devidos no Simples Nacional a partir do período de apuração em que a empresa ultrapassar o sublimite estadual, exceto no ano de início de atividades, conforme disposto no § 17-A do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

VI - Alíquota Majorada Sublimite Estadual Proporcional, os percentuais utilizados no cálculo do ICMS e do ISS devidos no Simples Nacional a partir do período de apuração em que a empresa, no ano de início de atividades, ultrapassar o sublimite estadual, conforme disposto no § 17 do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006." (NR)

Art. 2º A Resolução CGSN nº 94, de 2011, passa a vigorar acrescida dos arts. 80-A e 104-A:

"Art. 80-A. Os documentos emitidos em procedimento fiscal podem ser entregues ao sujeito passivo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - somente em meio impresso;

II - mediante utilização do sistema de comunicação eletrônica previsto no art. 110, observado o disposto em seus §§ 3º e 4º; ou

III - em arquivos digitais, devendo, neste caso, ser entregues também em meio impresso:

a) os termos, as intimações, o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF; ou

b) somente os termos e as intimações, desde que o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF sejam assinados com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e possam ser validados em endereço eletrônico informado pelo autuante.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no inciso III do caput: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)

I - os documentos serão entregues ao sujeito passivo por meio de mídia não regrável; e

II - a entrega dos documentos será feita com o respectivo termo de encerramento e ciência do lançamento, no qual devem constar a descrição do conteúdo da mídia digital, o resumo do crédito tributário lançado e demais informações pertinentes ao encerramento."

"Art. 104-A. A empresa contratante de serviços executados por intermédio do MEI mantém, em relação a essa contratação, a obrigatoriedade apenas de recolhimento da CPP nos termos do inciso III do caput e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, e de cumprimento das obrigações acessórias relativas à contratação de contribuinte individual, na forma disciplinada pela RFB. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18-B)

§ 1º O disposto no caput não se aplica quando presentes os elementos da relação de emprego, hipótese em que a contratante do MEI ou de trabalhador a serviço dele fica sujeita a todas as obrigações decorrentes dessa relação, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; art. 18-B, § 2º)

§ 2º O disposto no caput não se aplica também quando presentes os elementos da relação de emprego doméstico, hipótese em que o empregador doméstico contratante do MEI ou de trabalhador a serviço dele, fica sujeito a todas as obrigações decorrentes dessa relação, inclusive trabalhistas, tributárias e previdenciárias. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Lei nº 8.212, de 1991, art. 24, parágrafo único)"

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o art. 104 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Crédito presumido do PIS/Pasep e Cofins de álcool

Regulamentando o crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e a utilização pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool dos créditos referidos, foi assinado o seguinte DECRETO nº 8.212, de 21 de março de 2014 (DOU de 24 do mesmo mês):

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 15 do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e nos arts. 1º a 3º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, decreta:

Art. 1º A pessoa jurídica importadora ou produtora de álcool, inclusive para fins carburantes, sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o volume mensal de venda no mercado interno do referido produto.

§ 1º O crédito presumido de que trata o caput poderá ser aproveitado em relação a vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º O montante do crédito presumido a que se refere o caput será determinado mediante aplicação das seguintes alíquotas específicas:

I - R\$ 21,43 (vinte e um reais e quarenta e três centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep; e

II - R\$ 98,57 (noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos) por metro cúbico de álcool comercializado, em relação à Cofins.

§ 3º As cooperativas de produtores de etanol responsáveis pelo recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nos termos do art. 66 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, são também responsáveis pela apuração do crédito presumido de que trata o caput, o qual será compensado com as contribuições devidas por suas cooperadas.

§ 4º O crédito presumido de que trata o caput não aproveitado em determinado mês poderá ser aproveitado nos meses subsequentes.

§ 5º O crédito presumido de que trata o caput somente poderá ser utilizado para dedução do valor devido de cada contribuição e não poderá ser objeto de ressarcimento ou compensação com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica a operações que consistam em mera revenda de álcool adquirido no mercado interno.

Art. 2º As disposições do inciso I do § 2º e do § 5º do

art. 1º da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, tiveram aplicação restrita ao período compreendido entre 8 de maio e 31 de agosto de 2013.

Art. 3º O saldo de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurados pelas pessoas jurídicas importadoras ou produtoras de álcool na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, existente em 8 de maio de 2013, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação aplicável à matéria; ou

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação aplicável à matéria.

Parágrafo único. O pedido de compensação ou de ressarcimento dos créditos de que trata o caput somente poderá ser efetuado:

I - relativamente aos créditos apurados até 31 de dezembro de 2011, a partir da data de publicação deste Decreto; e

II - relativamente aos créditos apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 8 de maio de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado pela pessoa jurídica de que trata o caput do art. 1º na forma do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se exclusivamente:

I - durante o prazo de que trata o § 1º do art. 1º; e

II - ao saldo de créditos apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à comercialização de álcool, inclusive para fins carburantes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Aplicação geral de norma por profissionais da contabilidade

Por intermédio da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC PG 100, de 24 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 25 de março e abaixo transcrita, são expedidas novas disposições sobre aplicação geral aos profissionais da contabilidade.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC):

NBC PG 100 - APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

Seção 100 - Introdução e princípios éticos

100.1 Uma marca característica da profissão contábil é a aceitação da responsabilidade de agir no interesse público. Portanto, a responsabilidade do profissional da contabilidade não é exclusivamente satisfazer as necessidades do contratante. Ao agir no interesse público, o profissional da contabilidade deve observar e cumprir esta Norma. O não cumprimento de parte desta Norma por determinação legal ou regulamentar não desobriga o profissional do cumprimento daquilo que não for vedado.

100.2 Esta Norma estabelece a estrutura conceitual que o profissional da contabilidade deve aplicar para:

- (a) identificar ameaças ao cumprimento dos princípios éticos;
- (b) avaliar a importância das ameaças identificadas; e
- (c) aplicar salvaguardas, quando necessário, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável. As salvaguardas são necessárias quando o profissional da contabilidade avalia que as ameaças não estão em nível em que um terceiro com experiência, conhecimento e bom senso concluiria, ponderando todos os fatos e circunstâncias específicas disponíveis para o profissional da contabilidade naquele momento, que o cumprimento dos princípios éticos não está comprometido.

O profissional da contabilidade deve usar julgamento profissional ao aplicar essa estrutura conceitual.

100.3 As NBCs PG 200 e 300 descrevem como essa estrutura conceitual se aplica em determinadas situações específicas, fornecendo exemplos de salvaguardas que podem ser adequadas para tratar ameaças ao cumprimento dos princípios éticos. Além disso, descrevem situações em que não há salvaguardas disponíveis para tratar as ameaças e, conseqüentemente, a circunstância

ou relacionamento que cria as ameaças deve ser evitado. A NBC PG 200 aplica-se ao profissional da contabilidade externo e a NBC PG 300 ao profissional da contabilidade interno, conforme definições desta Norma.

O profissional da contabilidade externo também pode aplicar a NBC PG 300 para circunstâncias específicas.

100.4 O uso da palavra "deve" nesta Norma impõe uma exigência ao profissional da contabilidade, pessoa física ou jurídica, de cumprir as disposições específicas. O cumprimento é exigido a menos que haja uma exceção permitida.

Princípios éticos

100.5 O profissional da contabilidade deve cumprir os seguintes princípios éticos:

- (a) Integridade - ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
- (b) Objetividade - não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.
- (c) Competência profissional e devido zelo - manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.
- (d) Sigilo profissional - respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, a menos que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação, nem usar as informações para obtenção de vantagem pessoal pelo profissional da contabilidade ou por terceiros.

(e) Comportamento profissional - cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

Todos esses princípios éticos são discutidos mais detalhadamente nas Seções 110 a 150.

Abordagem da estrutura conceitual

100.6 As circunstâncias em que o profissional da contabilidade trabalha podem criar ameaças específicas

ao cumprimento dos princípios éticos. É impossível definir todas as situações que criam ameaças ao cumprimento dos princípios éticos e especificar as medidas adequadas. Além disso, a natureza dos trabalhos e das designações de trabalho pode variar e, consequentemente, diferentes ameaças podem ser criadas, o que requer a aplicação de diferentes salvaguardas. Portanto, esta Norma estabelece uma estrutura conceitual que requer que o profissional da contabilidade identifique, avalie e trate as ameaças ao cumprimento dos princípios éticos. A abordagem da estrutura conceitual auxilia o profissional da contabilidade no cumprimento das exigências éticas desta Norma e da responsabilidade de agir no interesse público. Ela comporta muitas variações em circunstâncias que criam ameaças ao cumprimento dos princípios éticos e pode evitar que o profissional da contabilidade conclua que uma situação é permitida se não for especificamente proibida.

100.7 Quando o profissional da contabilidade identificar ameaças ao cumprimento dos princípios éticos e, com base na avaliação dessas ameaças, concluir que elas não estão em nível aceitável, o profissional da contabilidade deve avaliar se as salvaguardas apropriadas estão disponíveis e podem ser aplicadas para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável. Ao fazer essa avaliação, o profissional da contabilidade deve efetuar julgamento profissional e levar em consideração se um terceiro com experiência, conhecimento e bom senso concluiria, ponderando todos os fatos e circunstâncias específicas disponíveis para o profissional da contabilidade naquele momento, que as ameaças seriam eliminadas ou reduzidas a um nível aceitável mediante a aplicação das salvaguardas, de modo que o cumprimento dos princípios éticos não esteja comprometido.

100.8 O profissional da contabilidade deve avaliar quaisquer ameaças ao cumprimento dos princípios éticos quando ele souber ou suspeitar da existência de circunstâncias ou relações que podem comprometer o cumprimento dos princípios éticos.

100.9 O profissional da contabilidade deve levar em consideração os fatores qualitativos bem como os quantitativos ao avaliar a importância de uma ameaça. Ao aplicar a estrutura conceitual, o profissional da contabilidade pode encontrar situações em que as ameaças não podem ser eliminadas ou reduzidas a um nível aceitável, seja porque a ameaça é significativa, seja porque as salvaguardas adequadas não estão disponíveis ou não podem ser aplicadas. Nessas situações, o profissional da contabilidade deve declinar ou descontinuar o serviço profissional específico envolvido, ou, se necessário, renunciar ao trabalho (no caso de profissional da contabilidade externo) ou desligar-se da organização empregadora (no caso de profissional da contabilidade interno).

100.10 As NBCs PA 290 e 291 contêm disposições que o profissional da contabilidade deve obedecer se ele encontrar um desvio de disposição sobre independência. Se o profissional da contabilidade identificar um desvio de qualquer outra disposição das normas profissionais, ele deve avaliar a importância do desvio e seu impacto na habilidade dele seguir os princípios éticos. O profissional da contabilidade deve tomar quaisquer ações que estejam disponíveis, o mais rápido possível, para resolver satisfatoriamente os efeitos do desvio. O profissional da contabilidade deve determinar se reporta ou não o desvio, por exemplo, àqueles que possam ter sido afetados por ele, órgão profissional, regulador competente ou autoridade de supervisão.

100.11 Quando o profissional da contabilidade encontrar circunstâncias não usuais nas quais a aplicação de requisito específico resultaria em resultado desproporcional ou resultado que pode não ser de interesse público, recomenda-se que o profissional da contabilidade consulte o órgão profissional ou o órgão regulador competente.

Ameaças e salvaguardas

100.12 Ameaças podem ser criadas por ampla gama de relações e circunstâncias. Quando um relacionamento ou circunstância cria uma ameaça, essa ameaça pode comprometer o cumprimento dos princípios éticos por profissional da contabilidade. Uma circunstância ou relacionamento podem criar mais de uma ameaça, e uma ameaça pode afetar o cumprimento de mais de um princípio ético. As ameaças se enquadram em pelo menos uma das categorias a seguir:

(a) ameaça de interesse próprio é a ameaça de que um interesse financeiro ou outro interesse influenciará de forma não apropriada o julgamento ou o comportamento do profissional da contabilidade;

(b) ameaça de autorrevisão é a ameaça de que o profissional da contabilidade não avaliará apropriadamente os resultados de julgamento dado ou serviço prestado anteriormente por ele, ou por outra pessoa física ou jurídica a ele ligada direta ou indiretamente, na qual o profissional da contabilidade confia para formar um julgamento como parte da prestação do serviço;

(c) ameaça de defesa de interesse do cliente é a ameaça de que o profissional da contabilidade promoverá ou defenderá a posição de seu cliente ou empregador a ponto em que a sua objetividade fique comprometida;

(d) ameaça de familiaridade é a ameaça, devido a relacionamento longo ou próximo com o cliente ou empregador, de o profissional da contabilidade tornar-se solidário aos interesses dele ou aceitar seu trabalho sem muito questionamento; e

(e) ameaça de intimidação é a ameaça de que o profissional da contabilidade será dissuadido de agir objeti-

vamente em decorrência de pressões reais ou aparentes, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre o profissional da contabilidade.

As NBCs PG 200 e 300 explicam como essas categorias de ameaças podem ser criadas por profissional da contabilidade externo e profissional da contabilidade interno, respectivamente. Os profissionais da contabilidade de externos também podem aplicar a NBC PG 300 para circunstâncias específicas.

100.13 Salvaguardas são ações ou outras medidas que podem eliminar ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável, e se enquadram em duas categorias amplas:

(a) salvaguardas criadas pela profissão, pela legislação ou por regulamento; e

(b) salvaguardas no ambiente de trabalho.

100.14 As salvaguardas criadas pela profissão, pela legislação ou por regulamento incluem:

(a) requisitos educacionais, de treinamento e de experiência para ingressar na profissão;

(b) requisitos de desenvolvimento profissional contínuo;

(c) regulamentos de governança corporativa;

(d) normas profissionais;

(e) monitoramento profissional ou regulatório e procedimentos disciplinares;

(f) revisão externa por terceiro, legalmente autorizado, dos relatórios, de documentos, das comunicações ou das informações produzidas pelo profissional da contabilidade.

100.15 As NBCs PG 200 e 300 discutem as salvaguardas no ambiente de trabalho para profissional da contabilidade externo e para profissional da contabilidade interno, respectivamente.

100.16 Determinadas salvaguardas podem aumentar a probabilidade de identificar ou evitar comportamento antiético. Essas salvaguardas, que podem ser criadas pela profissão, pela legislação ou por regulamento ou por organização empregadora, incluem:

(a) sistemas de reclamações eficazes e bem divulgados e monitorados pela organização empregadora, pela classe ou por órgão regulador, que permitem que colegas, empregadores e membros da sociedade chamem atenção para comportamentos não profissionais ou antiéticos;

(b) obrigação explicitamente declarada de comunicar desvios de exigências éticas.

Conflitos de interesse

100.17 O profissional da contabilidade pode defrontar-se com um conflito de interesse quando empreender uma atividade profissional.

Um conflito de interesse cria uma ameaça para outros princípios éticos. Tais ameaças podem ser cria-

das quando: o profissional da contabilidade empreende uma atividade profissional relacionada a uma questão particular para duas ou mais partes cujos interesses a respeito daquela questão estão em conflito; ou os interesses do profissional da contabilidade a respeito daquela questão particular e os interesses de uma parte para quem o contador profissional empreende uma atividade profissional relacionada àquela questão estão em conflito.

100.18 As NBCs PG 200 e 300 discutem conflitos de interesse para profissional da contabilidade externo e para profissional da contabilidade interno, respectivamente.

Solução de conflitos éticos

100.19 O profissional da contabilidade pode ter que resolver um conflito para cumprir com os princípios éticos.

100.20 Ao iniciar uma solução formal ou informal de conflito, os seguintes fatores, individualmente ou conjuntamente com outros fatores, podem ser relevantes para o processo de solução:

(a) fatos pertinentes;

(b) assuntos éticos envolvidos;

(c) princípios éticos relacionados com o assunto em questão;

(d) procedimentos internos estabelecidos; e

(e) cursos de ação alternativos.

Tendo considerado os fatores pertinentes, o profissional da contabilidade deve avaliar o curso de ação apropriado, ponderando as consequências de cada curso de ação possível. Se o assunto permanecer não resolvido, o profissional da contabilidade pode querer consultar outras pessoas apropriadas dentro da firma ou da organização empregadora para ajudar a chegar a uma solução.

100.21 Quando um assunto envolver conflito com uma organização, ou dentro dela, o profissional da contabilidade deve avaliar se devem ser consultados os responsáveis pela governança da organização, como o conselho de administração ou o comitê de auditoria.

100.22 Pode ser útil para o profissional da contabilidade documentar a essência do assunto, os detalhes de quaisquer discussões mantidas e as decisões tomadas em relação a esse assunto.

100.23 Se um conflito significativo não puder ser resolvido, o profissional da contabilidade pode considerar obter assessoria profissional do órgão profissional competente ou de consultores jurídicos.

O profissional da contabilidade pode geralmente obter orientação sobre assuntos éticos sem violar o sigilo profissional se o assunto for discutido com o Conselho Federal ou Regional de Contabilidade sem a identificação do cliente ou com consultor jurídico sob a proteção

de sigilo legal. Inúmeros são os casos em que o profissional da contabilidade pode considerar obter assessoria jurídica.

Por exemplo, o profissional da contabilidade pode ter identificado uma fraude, cuja comunicação pode violar a responsabilidade do profissional da contabilidade de respeitar o sigilo profissional. O profissional da contabilidade pode considerar obter assessoria jurídica nesse caso para avaliar se há exigência de comunicação.

100.24 Se, depois de esgotar as possibilidades pertinentes, o conflito ético permanecer não resolvido, o profissional da contabilidade, quando possível, recusar-se-á em continuar associado com o assunto que cria o conflito. O profissional da contabilidade deve avaliar se, nas circunstâncias, é apropriado retirar-se da equipe de trabalho, da designação específica ou renunciar ao trabalho, à empresa ou à organização empregadora.

100.25 Ao se comunicar com os responsáveis pela governança de acordo com as disposições desta Norma, o profissional da contabilidade ou a firma deve determinar, considerando a natureza e a importância das circunstâncias particulares e o assunto a ser comunicado, as pessoas apropriadas na estrutura de governança da entidade que devem ser comunicadas. Se o profissional da contabilidade ou a firma se comunica com um subgrupo da governança, por exemplo, o comitê de auditoria ou um indivíduo, o profissional da contabilidade ou a firma deve determinar se a comunicação com todos os responsáveis pela governança também é necessária para que sejam adequadamente informados.

Seção 110 - Integridade

110.1 O princípio de integridade impõe a todos os profissionais da contabilidade a obrigação de serem diretos e honestos em todos os relacionamentos profissionais e comerciais. Integridade implica, também, negociação justa e veracidade.

110.2 O profissional da contabilidade não deve conscientemente participar dos relatórios, documentos, comunicações ou outras informações nas quais ele acredita que as informações:

- (a) contém declaração materialmente falsa ou enganosa;
- (b) contém declarações ou informações fornecidas de maneira leviana; ou
- (c) omitem ou ocultam informações que devem ser incluídas em casos em que essa omissão ou ocultação seja enganosa.

Quando o profissional da contabilidade tomar ciência de que esteve associado com essas informações, ele deve tomar providências para desvincular-se dessas informações.

110.3 O profissional da contabilidade não será con-

siderado como tendo infringido o item 110.2 se ele fornecer relatório modificado em relação ao assunto contido no item 110.2.

Seção 120 - Objetividade

120.1 O princípio da objetividade impõe a todos os profissionais da contabilidade a obrigação de não comprometer seu julgamento profissional ou do negócio em decorrência de comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros.

120.2 O profissional da contabilidade pode ser exposto a situações que podem prejudicar a objetividade. É impraticável definir e avaliar todas essas situações. O profissional da contabilidade não deve prestar um serviço profissional se uma circunstância ou relacionamento distorcerem ou influenciarem o seu julgamento profissional com relação a esse serviço.

Seção 130 - Competência e zelo profissionais

130.1 O princípio da competência e zelo profissionais impõe a todos os profissionais da contabilidade as seguintes obrigações:

- (a) manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível necessário para que clientes ou empregadores recebam serviço profissional adequado;
- (b) agir diligentemente de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis na prestação de serviços profissionais.

130.2 A prestação de serviço profissional adequado requer o exercício de julgamento fundamentado ao aplicar o conhecimento e a habilidade profissionais na prestação desse serviço. A competência profissional pode ser dividida em duas fases distintas:

- (a) atingir a competência profissional; e
- (b) manter a competência profissional.

130.3 A manutenção da competência profissional adequada requer a consciência permanente e o entendimento dos desenvolvimentos técnicos, profissionais e de negócios pertinentes. Os desenvolvimentos técnicos contínuos permitem que o profissional da contabilidade desenvolva e mantenha a capacitação para o desempenho adequado no ambiente profissional.

130.4 Diligência abrange a responsabilidade de agir de forma cuidadosa, exaustiva e tempestiva, de acordo com a tarefa requisitada.

130.5 O profissional da contabilidade deve tomar as providências adequadas para assegurar que os que estão trabalhando sob sua autoridade tenham treinamento e supervisão apropriados.

130.6 Quando apropriado, o profissional da contabilidade deve informar os clientes, empregadores ou outros usuários de seus serviços profissionais sobre as limitações inerentes dos serviços.

Seção 140 - Sigilo profissional

140.1 O princípio do sigilo profissional impõe a todos os profissionais da contabilidade a obrigação de abster-se de:

(a) divulgar fora da firma ou da organização empregadora informações sigilosas obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais, sem estar prévia e especificamente autorizado pelo cliente, por escrito, a menos que haja um direito ou dever legal ou profissional de divulgação; e

(b) usar, para si ou para outrem, informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais para obtenção de vantagem pessoal.

140.2 O profissional da contabilidade deve manter sigilo, inclusive no ambiente social, permanecendo alerta à possibilidade de divulgação involuntária de informações sigilosas de seus clientes, especialmente a colega de trabalho próximo ou a familiar próximo ou imediato.

140.3 O profissional da contabilidade deve manter sigilo das informações divulgadas por cliente potencial ou empregador.

140.4 O profissional da contabilidade deve manter sigilo das informações dentro da firma ou organização empregadora.

140.5 O profissional da contabilidade deve tomar as providências adequadas para assegurar que o pessoal da sua equipe de trabalho, assim como as pessoas das quais são obtidas assessoria e assistência, também, respeitem o dever de sigilo do profissional da contabilidade.

140.6 A necessidade de cumprir o princípio do sigilo profissional permanece mesmo após o término das relações entre o profissional da contabilidade e seu cliente ou empregador. Quando o profissional da contabilidade mudar de emprego ou obtiver novo cliente, ele pode usar sua experiência anterior. Contudo, ele não deve usar ou divulgar nenhuma informação confidencial obtida ou recebida em decorrência de relacionamento profissional ou comercial.

140.7 A seguir, são apresentadas circunstâncias nas quais os profissionais da contabilidade são ou podem ser solicitados a divulgar informações confidenciais ou nas quais essa divulgação pode ser apropriada:

(a) a divulgação é permitida por lei e autorizada pelo cliente ou empregador, por escrito;

(b) a divulgação é exigida por lei;

(c) há dever ou direito profissional de divulgação, quando não proibido por lei.

140.7-A O auditor independente, quando solicitado, por escrito e fundamentadamente, pelo Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade, deve exibir as informações obtidas durante o seu trabalho, incluindo a fase de pré-contratação dos serviços, a documentação, os papéis de trabalho e os relatórios.

140.8 Ao decidir sobre a divulgação de informações sigilosas, os fatores pertinentes a serem considerados incluem:

(a) se os interesses de terceiros, incluindo partes cujos interesses podem ser afetados, podem ser prejudicados se o cliente ou empregador consentir com a divulgação das informações pelo profissional da contabilidade;

(b) se todas as informações relevantes são conhecidas e comprovadas, na medida praticável. Quando a situação envolver fatos não comprovados, informações incompletas ou conclusões não comprovadas, deve ser usado o julgamento profissional para avaliar o tipo de divulgação que deve ser feita, caso seja feita;

(c) o tipo de comunicação que é esperado e para quem deve ser dirigida; e

(d) se as partes para quem a comunicação é dirigida são as pessoas apropriadas para recebê-la.

Seção 150 - Comportamento profissional

150.1 O princípio do comportamento profissional impõe a todos os profissionais da contabilidade a obrigação de cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que o profissional da contabilidade sabe ou deveria saber possa desacreditar a profissão. Isso inclui ações que um terceiro com experiência, conhecimento e bom senso concluiria, ponderando todos os fatos e circunstâncias específicas disponíveis para o profissional da contabilidade naquele momento, que poderiam afetar adversamente a boa reputação da profissão.

150.2 Na divulgação comercial das pessoas e na promoção do seu trabalho, os profissionais da contabilidade não devem desprestigiar a profissão. Os profissionais da contabilidade devem ser honestos e verdadeiros e:

(a) não fazer declarações exageradas sobre os serviços que podem oferecer, as qualificações que têm ou a experiência que obtiveram; ou

(b) não fazer referências depreciativas ou comparações infundadas com o trabalho de outros profissionais da contabilidade.

Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação e revoga as Resoluções CFC nºs 781/95, 961/03, 965/03, 976/03, 1.023/05, 1.042/05, 1.100/07, publicadas no DOU, Seção I, de 10/4/95, 4/6/03, 17/6/03, 3/9/03, 9/5/05, 22/9/05 e 30/8/07, respectivamente.

Esta Norma revoga também os itens 1.1, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7, 1.10, 1.11 e 1.12, permanecendo em vigor apenas o item 1.9, da NBC P I - Normas Profissionais de Auditor Independente, aprovada pela Resolução CFC nº 821/97, publicada no DOU, Seção I, de 21/1/98.

Imunidade tributária de livros, jornais e papel

A seguinte SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 51, de 20 de fevereiro de 2014 (DOU de 10 de março), analisa a imunidade tributária de que gozam os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, tendo em vista o Simples Nacional:

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: Consulta conhecida em parte. Imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão.

Inaplicabilidade às publicações em meio eletrônico ou digital.

É de natureza objetiva a imunidade de que gozam os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, alcançando, em nível federal, exclusivamente, os impostos sobre o comércio exterior e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Ressalte-se que essa imunidade não se aplica a publicações eletrônicas ou digitais.

Cumprе salientar que as receitas consideradas imunes não são excluídas da base de cálculo do Simples Nacional, devendo ser computadas para fins de determinação da alíquota a ser adotada pela optante, bem como para cálculo do valor a ser recolhido mensalmente, cabendo, ademais, desconsiderar o percentual do tributo sobre o qual recai a respectiva imunidade.

Outrossim, o ingresso no Simples Nacional não é obrigatório, mas sim uma opção do contribuinte, a qual implica a aceitação da base de cálculo, das alíquotas e

dos percentuais fixados pela Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como a não utilização de qualquer valor a título de incentivo fiscal. Portanto, não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma daquele regime especial de tributação, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, excetuadas aquelas expressamente previstas ou autorizadas pela referida Lei Complementar.

Destarte, é inaplicável às empresas optantes pelo Simples Nacional a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação de livros e sobre a receita bruta decorrente de sua venda no mercado interno, destinada pela Lei nº 10.865, de 2004, para os não optantes.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 150, VI, "d"; Lei Complementar nº 123, de 2006, arts. 1º, 2º, 12, 18, 24 e 40; Resolução CGSN nº 94, de 2011, arts. 30, 36 e 113; Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro), arts. 211-A, 211-B, 235 e 245-A; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), art. 18, I; Pareceres Normativos CST nº 389 e nº 1.018, de 1971.

Monitoramento de veículo e carga

Estabelecida redução de base de cálculo do ICMS/RS incidente nas prestações onerosas de serviço de comunicação na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículo e carga, de forma que a carga tributária passe de 12% para 5%, segundo o DECRETO nº 51.246, de 5.3.2014 (DOE de 6 do mesmo mês):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no disposto no Convênio ICMS 139/06, ratificado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 07/01/75, conforme Ato Declaratório CONFAZ nº 02/07, publicado no Diário Oficial da União de 08/01/07, fica introduzida a seguinte alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4234 - No art. 24 do Livro I, o inciso VI passa a vigorar com a seguinte reda-

ção, mantida a redação de suas notas:

"VI - os percentuais a seguir indicados nas prestações de serviço de comunicação onerosas, na modalidade de monitoramento e rastreamento de veículo e carga:

- a) 20% (vinte por cento), no período de 1º de março de 2014 a 31 de março de 2015;
- b) 48% (quarenta e oito por cento), a partir de 1º de abril de 2015."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2014.

Moratória e remissão de débitos de entidades sem fins lucrativos

Regulamentando a moratória e a remissão de débitos para com a Fazenda Nacional no âmbito do Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus), foi baixada a seguinte PORTARIA CONJUNTA nº 3, de 26.2.2014, publicada no DOU de 28 do mesmo mês:

A Procuradora-Geral da Fazenda Nacional e o Secretário da Receita Federal do Brasil, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 257, de 23 de junho de 2009, e o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 43 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, resolvem:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As entidades que tiverem deferido o pedido de adesão ao Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus), de que tratam os arts. 23 a 43 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, poderão beneficiar-se da moratória e da remissão de débitos para com a Fazenda Nacional, na forma e nas condições disciplinadas nesta Portaria.

CAPÍTULO II DA MORATÓRIA Seção I

Dos Débitos Objeto da Moratória

Art. 2º A moratória alcança as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 30 de setembro de 2013, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos na condição de contribuinte ou responsável.

§ 1º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados por meio da entrega das respectivas declarações, originais ou retificadoras, até a data do pedido de moratória.

§ 2º As dívidas parceladas serão automaticamente incluídas na moratória.

§ 3º Na hipótese do § 2º, caso a entidade queira manter-se no parcelamento, deverá manifestar-se

expressamente por meio do Anexo I.

§ 4º Serão incluídas na moratória as dívidas referentes à contribuição social instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Seção II Dos Débitos em Discussão Administrativa ou Judicial

Art. 3º Para inclusão na moratória dos débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, estejam ou não submetidos a causa legal de suspensão de exigibilidade, as entidades deverão desistir, de forma expressa e irrevogável, da ação judicial ou da impugnação ou recursos administrativos, inclusive relativos a créditos informados na Declaração de Compensação prevista no § 1º do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, não homologada e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem os processos administrativos ou as ações judiciais.

§ 1º O disposto no caput aplica-se, inclusive, a ação judicial em curso na qual o sujeito passivo requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos.

§ 2º A desistência de impugnação ou recurso administrativos deverá ser efetuada mediante petição dirigida ao Delegado da Receita Federal de Julgamento ou ao Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, conforme o caso, na forma do Anexo II.

§ 3º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recurso administrativo interpostos ou de ação judicial se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos nos processos administrativos ou na ação.

§ 4º As desistências de ações judiciais deverão ser comprovadas no ato do requerimento da moratória de que trata o art. 4º desta Portaria, mediante apresentação da 2ª (segunda) via da correspondente petição requerendo a extinção dos processos judiciais, com resolução do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 do CPC, ou de certidão do Cartório que ateste a situação das respectivas ações.

§ 5º Caso exista depósito vinculado à ação judicial,

a entidade deverá requerer a sua transformação em pagamento definitivo.

§ 6º Caso exista depósito vinculado à impugnação ou recurso administrativos, haverá automática transformação em pagamento definitivo.

Seção III

Do Requerimento de Moratória

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias após o deferimento do pedido de adesão ao Prosus, a entidade de saúde privada filantrópica e a entidade de saúde sem fins lucrativos poderão protocolizar requerimentos de moratória na unidade de atendimento da RFB de seu domicílio tributário.

§ 1º Os requerimentos de moratória deverão ser precedidos de adesão da entidade ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), a ser realizada no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da RFB, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

§ 2º Os requerimentos de moratória deverão ser formalizados em modelo próprio, na forma do Anexo III para débitos junto à RFB, e do Anexo IV para débitos junto à PGFN, que deverão ser apresentados em formato digital, assinados eletronicamente e autenticados com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001.

§ 3º No ato de apresentação dos Anexos de que trata o § 2º, será formalizado um processo eletrônico no âmbito de cada órgão, cujos números serão informados à entidade.

§ 4º No ato de apresentação dos requerimentos de moratória, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos em formato digital, observado o disposto no § 2º:

I - cópia da Portaria do Ministério da Saúde deferindo o pedido de adesão ao PROSUS;

II - autorização do gestor local do SUS para a retenção mensal, pela União, para fins de pagamento das obrigações tributárias correntes, de valores do Fundo Nacional de Saúde que lhe seriam destinados para fins de repasse à entidade de saúde privada filantrópica ou à entidade de saúde sem fins lucrativos que requereu adesão ao Prosus;

III - quando se tratar de débitos objeto de discussão judicial, os documentos de que trata o § 4º do art. 3º;

IV - quando se tratar de débitos objeto de discussão administrativa, o Anexo II de que trata o § 2º do art. 3º;

V - o Anexo I de que trata o § 3º do art. 2º, caso a entidade não queira incluir débitos remanescentes de parcelamento ativo no pedido de moratória.

Art. 5º A concessão da moratória está sujeita à regularidade fiscal da entidade no período compreendido entre outubro de 2013 e o mês do requerimento.

Art. 6º As decisões sobre os pedidos de moratória serão proferidas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos requerimentos de que trata o art. 4º.

Parágrafo único. As decisões proferidas sobre os pedidos de moratória estarão disponíveis no e-CAC, nos endereços www.pgfn.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br, por meio de consulta aos processos eletrônicos de que trata o § 3º do art. 4º.

Seção IV

Do Prazo e dos Efeitos da Moratória

Art. 7º A moratória será concedida pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, ficando suspensa a exigibilidade dos débitos por ela abrangidos, assim como os respectivos prazos prescricionais.

§ 1º Os efeitos da moratória concedida ocorrerão a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do pedido.

§ 2º A concessão da moratória não gera direito adquirido, tampouco implica a liberação dos bens e direitos da entidade de saúde privada filantrópica ou da entidade de saúde sem fins lucrativos ou de seus controladores, administradores, gestores e representantes legais que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos débitos tributários e não tributários.

Art. 8º A partir da concessão da moratória, o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelas entidades de que trata esta Portaria será operacionalizado mediante retenção de cotas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) que seriam destinadas ao gestor local do SUS para posterior repasse à entidade respectiva, conforme autorizado pelo gestor local do SUS.

Art. 9º Mensalmente, a entidade deverá apurar e informar ao gestor local do SUS o valor das obrigações tributárias do mês corrente e os demais dados necessários ao preenchimento dos documentos de arrecadação para a retenção dos recursos do FNS.

§ 1º As retenções poderão ocorrer, dentro do mês, em data anterior ao vencimento da obrigação, de acordo com o calendário de repasse das cotas do FNS.

§ 2º Enquanto não operacionalizada a retenção, o recolhimento das obrigações deverá ser promovido pela entidade de saúde, por intermédio de documento de arrecadação próprio.

§ 3º No mês em que o valor da retenção a que se refere o caput não for suficiente para solver o montante dos tributos correntes, a entidade deverá promover o recolhimento do saldo remanescente, até o vencimento da respectiva obrigação, por intermédio de documento de arrecadação próprio.

§ 4º O fornecimento das informações de que trata o caput não exime a entidade da apresentação das obrigações acessórias a que estiver obrigada.

§ 5º Após o processamento da Declaração de Débitos e Crédito Tributários Federais (DCTF) e da Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), os valores retidos serão confrontados com os valores devidos, podendo eventual diferença ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, compensada ou restituída.

Art. 10. A partir do mês seguinte ao da data da publicação do deferimento do pedido de adesão à moratória, na forma do parágrafo único do art. 6º, o não recolhimento das obrigações tributárias correntes ou da parcela não retida no FNS, inclusive das retenções legais na condição de responsável tributário na forma da lei, e dos débitos lançados de ofício pela RFB, no prazo do vencimento, implicará a revogação da moratória.

§ 1º Para os fins do caput, consideram-se não recolhidas as obrigações tributárias correntes que forem parceladas.

§ 2º Na hipótese deste artigo, a revogação da moratória será comunicada no processo eletrônico a que se refere o § 3º do art. 4º, podendo a entidade, no prazo de 10 (dez) dias contado da data da ciência da revogação da moratória, apresentar recurso administrativo contra a revogação.

§ 3º O recurso, que deverá ser juntado ao processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º por meio do e-CAC, será apreciado pelo titular da Delegacia da Receita Federal do Brasil, ou da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária, ou da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes do domicílio tributário do sujeito passivo, conforme o caso, e terá efeito suspensivo.

§ 4º Enquanto o recurso estiver pendente de apreciação, a entidade deverá continuar cumprindo as obrigações de que trata o art. 9º.

§ 5º A entidade será cientificado da decisão em recurso administrativo por meio do processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º.

§ 6º A decisão será definitiva na esfera administrativa.

Art. 11. A exclusão da entidade do Prosus importa em revogação da moratória concedida.

Parágrafo único. A revogação de que trata o caput será comunicada por meio do processo eletrônico de que trata o § 3º do art. 4º.

Art. 12. A revogação da moratória autoriza o imediato restabelecimento da cobrança de toda a dívida tributária e não tributária remanescente, com todos os seus acréscimos legais.

CAPÍTULO III DA REMISSÃO

Art. 13. O montante recolhido anualmente a título de tributos correntes implicará remissão, no mesmo valor, das dívidas incluídas na moratória.

§ 1º O período anual considerado para os fins deste artigo tem início com a produção dos efeitos da moratória, observado o disposto no art. 7º desta Portaria.

§ 2º Considera-se ocorrida a remissão no mês seguinte ao término do período anual de recolhimento a que faz menção o caput.

§ 3º Para fins de cálculo do montante a ser remitido, não serão considerados os juros ou a correção monetária incidentes sobre os valores recolhidos a título de obrigação tributária corrente.

Art. 14. A remissão será feita na seguinte ordem:

I - débitos inscritos em Dívida Ativa da União; e

II - débitos no âmbito da RFB;

§ 1º No âmbito de cada órgão serão remetidos primeiramente os débitos mais antigos.

§ 2º Não incidirão juros de mora sobre os débitos a serem remetidos.

Art. 15. As informações referentes às remissões poderão ser consultadas no e-CAC, no sítio eletrônico da PGFN ou da RFB na Internet, nos endereços www.pgfn.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br.

Parágrafo único. As informações sobre a remissão de débitos no âmbito da RFB estarão disponíveis no processo eletrônico a que se refere o § 3º do art. 4º.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os pagamentos efetuados antes ou após a edição da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, em nenhuma hipótese autoriza a repetição de valores.

Art. 17. Não serão objeto da moratória as dívidas vencidas antes de 30 de setembro de 2013:

I - não confessadas até a data do pedido de adesão à moratória;

II - objeto de processos administrativos ou judiciais para os quais não houve desistência;

III - apuradas em lançamento de ofício pela RFB após a concessão da moratória;

IV - objeto de declaração de compensação não homologada após a concessão da moratória; e

V - objeto de parcelamento para o qual não houve desistência.

Art. 18. Ao final do prazo de concessão da moratória, os débitos não remetidos terão sua cobrança restabelecida com os devidos acréscimos legais.

Art. 19. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Nota da Redação: Ver os anexos em nosso site.

Produção, comercialização, registro e fiscalização de vinho colonial

A LEI nº 12.959, de 19.3.2014 (DOU de 20 do mesmo mês), altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A. O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é a bebida elaborada de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura desenvolvida por aquele que atenda às condições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observados os requisitos e limites estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve ser elaborado com o mínimo de 70% (setenta por cento) de uvas colhidas no imóvel rural do agricultor familiar e na quantidade máxima de 20.000 l (vinte mil litros) anuais.

§ 2º A elaboração, a padronização e o envasilhamento do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural do agricultor familiar, adotando-se os preceitos das Boas Práticas de Fabricação e sob a supervisão de responsável técnico habilitado.

§ 3º A comercialização do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverá ser realizada diretamente com o consumidor final, na sede do imóvel rural onde foi produzido, em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

§ 4º Deverão constar do rótulo do vinho de que trata o caput deste artigo:

I - a denominação de "vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural", "vinho colonial" ou "produto colonial";

II - a indicação do agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, com endereço do imóvel rural onde foi produzido;

III - o número da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP fornecida por entidade autorizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

IV - outras informações exigidas ou autorizadas nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 5º (VETADO)."

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 27.

§ 1º

§ 2º O registro de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural fica condicionado a comprovação periódica dos requisitos estabelecidos no art. 2º-A desta Lei." (NR)

Art. 3º O art. 43 da Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. O registro do estabelecimento e do produto, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização do vinho e dos derivados da uva e do vinho sob os aspectos higiênicosanitários e de qualidade serão executados em conformidade com as normas e prescrições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

§ 1º As exigências para o registro de estabelecimento produtor de vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ser adequadas às dimensões e finalidades do empreendimento, e seus procedimentos deverão ser simplificados.

§ 2º A inspeção e a fiscalização da elaboração do vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deverão ter natureza prioritariamente orientadora, observando-se o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Relatório de atividades poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

Regulamentado o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – de acordo com a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 3, de 28.2.2014, publicada no DOU de 6.3.2014:

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando as disposições do art. 17-C, parágrafo 1º, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e suas alterações, que instituiu a obrigatoriedade de entrega de relatório das atividades exercidas no ano anterior ao sujeito passivo da TCFA;

Considerando o disposto na Lei nº 5.172, de outubro de 1966, na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, na Lei Complementar 140, de 8 de dezembro 2011, no Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1.990 e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;

Considerando os arts. 58, 62, 63 e 98 do ANEXO I da Portaria GM/MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar o modelo e escopo de serviços do relatório do Art. 17-C, parágrafo 1º, da Lei nº 6.938, de 1981;

Considerando o processo administrativo nº 02001.005174/2012-26, que dispõe sobre a edição de instrução normativa específica para o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, resolve:

Art. 1º Regular o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP, nos termos desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para os fins previstos nesta instrução normativa, entende-se por:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA: o cadas-

tro que contém o registro das pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, exerçam atividades nos termos do inciso I do art. 17 da Lei nº 6.938, de 1981;

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP: o cadastro que contém o registro das pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

III - campo: a entrada para a captação de dados presente nos formulários do sistema informatizado do RAPP;

IV - formulário: o conjunto de campos específicos para a captação de dados de uma mesma temática, presente no sistema informatizado do RAPP; e

V - Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP: relatório previsto pelo parágrafo primeiro do art. 17-C da Lei nº 6.938, de 1981, instituído a partir da edição da Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete ao Ibama, por intermédio de seu Presidente:

I - aprovar e aditar os Acordos de Cooperação Técnica, ou outros instrumentos de cooperação institucional previstos na legislação, para o intercâmbio, integração e gestão de dados e informações referentes ao RAPP, com órgãos e entidades da Administração Pública federal, distrital e estadual; e

II - aprovar a criação, alteração e exclusão de formulários constituintes do RAPP, assim como as regras de exigibilidade, observando padrões e critérios tecnicamente definidos, visando:

a) colaborar com as atividades de monitoramento e fiscalização; e

b) gerar, integrar e disseminar, de forma sistemática, dados, informações e conhecimentos para aprimorar a gestão ambiental.

Art. 4º Compete à Diretoria de Qualidade Ambiental - Diqua:

I - gerenciar o RAPP no âmbito do Ibama; e

II - aprovar os procedimentos decorrentes desta Instrução Normativa, como Normas de Execução, Manuais e outros documentos de padronização.

Art. 5º Compete à Coordenação Geral de Gestão da Qualidade Ambiental-Cgqua:

I - aprovar as estratégias para o gerenciamento do RAPP no âmbito do Ibama e orientar a sua execução, visando:

a) obter, processar e avaliar os dados e informações ambientais; e

b) estabelecer procedimentos de auditoria e avaliação dos dados e informações coletados.

Art. 6º Compete à Coordenação de Avaliação da Qualidade Ambiental e Prognósticos - Coaqp:

I - promover a implementação dos Acordos de Cooperação Técnica e demais instrumentos de cooperação institucional referentes ao RAPP, junto às Unidades da Federação e às instituições da Administração Pública;

II - propor revisões normativas referentes ao RAPP;

III - requerer, analisar o desenvolvimento e homologar artefatos de programação computacional, referentes à estrutura e aos serviços prestados pelo RAPP no âmbito do Ibama;

IV - propor revisões técnicas que impliquem na criação, alteração e exclusão de formulários, alteração de regras e exigibilidades referentes ao RAPP;

V - avaliar as demandas técnicas e normativas referentes ao RAPP oriundas das demais unidades do Ibama ou de entes da Administração Pública interessados, de acordo com as competências previstas no Regimento Interno do Ibama; e

VI - controlar o acesso de servidores públicos responsáveis por auditoria, consulta de dados ou outros atos referentes ao RAPP, no âmbito do Ibama, de acordo com as competências previstas no Regimento Interno do Ibama.

Art. 7º Compete às Superintendências, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

I - acompanhar a execução dos Acordos de Cooperação Técnica e demais instrumentos de cooperação institucional referentes ao RAPP;

II - propor junto ao Ibama a criação de mecanismos, fóruns, câmaras técnicas e instâncias de harmonização técnico normativa do RAPP; e

III - executar normas e procedimentos de uniformização decorrentes desta Instrução Normativa.

Art. 8º Compete aos Setores de Cadastro, no âmbito das Superintendências:

I - analisar solicitações de pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao RAPP, conforme orientações emanadas da Diqua;

II - realizar auditoria dos dados do RAPP, conforme orientações emanadas pela Diqua;

III - comunicar ao setor competente, para apuração, a ocorrência de infrações administrativas, nos termos das normativas vigentes;

IV - habilitar o acesso ao RAPP para os demais servidores da respectiva Superintendência e os servidores das demais Unidades do Ibama no Estado, conforme regras emanadas da Diqua; e

V - emitir notificações administrativas, concernentes às atividades de auditoria, conforme orientações emanadas pela Diqua.

CAPÍTULO III DA COLETA, TRATAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Art. 9º Os dados e informações coletados ou integrados ao RAPP têm o objetivo de gerar informação para o Ibama, para os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama e para os demais órgãos e entidades da Administração Pública interessados em desenvolverem ações de monitoramento, controle e demais atividades relacionadas a meio ambiente.

Parágrafo único. Os dados e informações exigidos, assim como as formas e metodologias para sua medição e registro, são estabelecidos de acordo com a atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais, com o porte (no caso de pessoas jurídicas), com as características produtivas, com os volumes de geração e emissão de poluentes, efluentes líquidos, emissões atmosféricas e resíduos sólidos ou outro critério técnico.

Art. 10. A inserção, alteração ou exclusão de formulários e campos de captação de dados e informações no RAPP e as mudanças nas regras de funcionamento decorrerão:

I - de iniciativa da Coaqp/Cgqua/Diqua;

II - de solicitação de outras unidades do Ibama interessadas no intercâmbio ou captação, tratamento e utilização de dados e informações ambientais em cooperação ou de forma integrada;

III - de solicitação de entes do Sisnama interessados no intercâmbio ou captação, tratamento e utilização de dados e informações ambientais em cooperação ou de forma integrada; e

IV - de solicitação de outros órgãos e entidades da Administração Pública interessados.

§ 1º No caso dos incisos III e IV deste artigo deverá existir Acordo de Cooperação Técnica assinado com o Ibama, ou outro instrumento de cooperação institucional previsto na Lei Complementar 140, de 2011.

§ 2º Em qualquer caso, antes da aprovação do Presidente do Ibama, as alterações propostas serão avaliadas pela Coaqp/Cgqua/Diqua, mediante consulta, quando pertinente, às demais unidades do Ibama ou aos órgãos e entidades interessados, no âmbito dos instrumentos de cooperação institucional formalizados.

Art. 11. A disponibilização dos dados e informações obtidos via RAPP coletados por sistema corporativo do Ibama ocorrerá em estrita observância à Política de Segurança da Informação, Informática e Comunicações do Ibama, nos termos da Portaria nº 18, de 28 de dezembro de 2012.

CAPÍTULO IV

DO PREENCHIMENTO E ENTREGA DO RAPP

Art. 12. São obrigados ao preenchimento e entrega do RAPP as pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente, a atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais presentes no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, identificadas a partir da inscrição no CTF-APP.

§ 1º Os dados e informações a serem declarados são exigidos a partir de formulários eletrônicos, na forma dos Anexos A a X desta Instrução.

§ 2º A definição dos formulários eletrônicos obrigatórios para cada atividade identificada via CTF-APP se dá na forma dos Anexos de I a XXVII desta Instrução.

§ 3º Quando pertinente, será exigida a indicação de responsável técnico, inclusive com registro no CTF/AIDA, para o preenchimento de dados e informações no RAPP, como comprovação de capacidade ou responsabilidade técnica.

Art. 13. O preenchimento e entrega do RAPP deverá ser feito a partir de plataforma eletrônica acessível via rede mundial de computadores, através do endereço eletrônico: www.ibama.gov.br.

§ 1º Para acessar, preencher e entregar o RAPP a pessoa física ou jurídica deverá estar devidamente inscrita no CTF-APP.

§ 2º No ato da entrega do RAPP será gerada, de forma automática, chave eletrônica que representará o comprovante de sua efetivação.

§ 3º O banco de dados referente ao RAPP será também composto por dados e informações declarados em outros sistemas oficiais de controle, monitoramento e gestão ambiental.

§ 4º Para a implantação do procedimento previsto no parágrafo anterior, quando o sistema ou plataforma de coleta de dados não for gerenciado pelo Ibama, deve haver instrumento de cooperação

institucional, previsto na Lei Complementar 140, de 2011, assinado com o órgão ou entidade responsável.

Art. 14. O período regular de preenchimento e entrega do RAPP é de 1º de fevereiro a 31 de março de cada ano.

§ 1º As informações a serem prestadas no período indicado no caput deste artigo se referem ao período compreendido entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro do ano anterior.

§ 2º Em caráter excepcional e transitório, o RAPP referente ao exercício de 2013, Relatório 2013 (2014/2013), será admitido no período de 01 de abril até 31 de maio de 2014.

Art. 15. A situação de Encerramento de Atividades no CTFAPP, de ofício ou no interesse da pessoa inscrita, torna os seus responsáveis e sucessores legais ambientalmente responsáveis pelo preenchimento e entrega do RAPP no ano subsequente, referente às atividades exercidas antes da data de encerramento.

Art. 16. Caso a pessoa física ou jurídica constatare que cometeu erros, omissões ou inexatidões no preenchimento de RAPP já entregue, deverá apresentar declaração retificadora.

§ 1º A entrega de RAPP retificado tem a mesma natureza da entrega originariamente apresentada, substituindo-a integralmente e, portanto, deve conter todas as informações anteriormente declaradas com as alterações e exclusões necessárias, bem como as informações adicionais, se for o caso.

§ 2º Para realizar a retificação, a pessoa física ou jurídica deverá acessar o sistema e cancelar o comprovante (chave) de entrega do Relatório. Após esse procedimento, deverá realizar imediatamente as correções e complementações dos dados e entregar novamente o Relatório, gerando nova chave de entrega.

§ 3º A possibilidade de retificação do RAPP pode ser suspensa, a qualquer momento, no caso em que os Relatórios entregues estiverem em processo de auditoria.

CAPÍTULO V DAS SANÇÕES

Art. 17. A pessoa física ou jurídica que deixar de entregar o RAPP está sujeita à multa de natureza tributária prevista no § 2º do art. 17-C, da Lei nº 6.938, de 1981 e art. 8º, § 1º da Instrução Normativa Ibama nº 17, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 18. A pessoa física ou jurídica que deixar de entregar o RAPP está sujeita às sanções de natureza ambiental previstas no art. 81, do Decreto nº 6.514/2008, independentemente da multa de que trata o art. 17 desta IN.

Art. 19. A pessoa física ou jurídica que apresentar no RAPP informações total ou parcialmente falsas está

sujeita às sanções de natureza ambiental previstas no art. 82, do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e às sanções criminais previstas no art. 69-A, da Lei nº 9.605, de 1998.

Art. 20. Para as multas de natureza ambiental, mencionadas nos arts. 18 e 19 desta Instrução Normativa, serão observados os procedimentos previstos na Instrução Normativa Ibama nº 10, de 07 de dezembro de 2012. Para as multas de natureza tributária do art. 17 e as sanções criminais do art. 19 serão aplicadas as normas do Código Tributário Nacional e do Código de Processo Penal e seus respectivos regulamentos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. A Instrução Normativa Ibama nº 06, de 15 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

V - licenças ambientais das atividades desenvolvidas, quando exigível.

Art. 22. A Instrução Normativa Ibama nº 08, de 03 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os fabricantes nacionais e os importadores de pilhas e baterias e dos produtos que as incorporem deverão declarar, no Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - RAPP do Ibama, as informações presentes no ANEXO I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os fabricantes nacionais e os importadores devem se inscrever no Cadastro Téc-

nico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF-APP, conforme categoria e descrição de atividades, nos termos da normativa vigente."

.....

Art. 3º

§ 1º O laudo físico-químico deverá ser anexado por meio eletrônico no ato do preenchimento dos formulários específicos do RAPP para importadores e fabricantes nacionais de pilhas e baterias, conforme ANEXO I;

.....

Art. 4º O Plano de Gerenciamento de Pilhas e Baterias exigido no artigo 3º, inciso III, da Resolução Conama nº 401/2008 deverá ser apresentado ao Ibama somente por meio de formulário específico no RAPP para importadores e fabricantes nacionais de pilhas e baterias, constando as informações presentes no ANEXO I desta Instrução Normativa.

.....

Art. 7º

Parágrafo único. As empresas recicladoras de pilhas e baterias usadas ou inservíveis devem declarar no RAPP, por meio de formulário específico para pilhas e baterias, as informações descritas no ANEXO I desta Instrução Normativa.

.....

Art. 23. Fica revogada a Instrução Normativa Ibama nº 31, de 03 de dezembro de 2009.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Nota da Redação: Os anexos referidos acima estão transcritos em nosso site.

Compensação de créditos do PIS/Pasep e Cofins

O ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 12, de 25.3.2014 (DOU de 27 do mesmo mês), trata do preenchimento da DCTF quanto aos créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, apurados a partir de janeiro de 2014:

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 312 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no Ato Declaratório Executivo Corec nº 1, de 30 de janeiro de 2014, declara:

Art. 1º A pessoa jurídica que houver solicitado a compensação dos créditos da não cumulatividade da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), apurados a partir de janeiro de 2014, com débitos próprios, relativos a tributos administrados pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio de Declaração de Compensação (DCOMP) elaborada na versão 6.0 do programa Pedido de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), aprovada pelo Ato Declaratório Executivo Corec nº 1, de 30 de janeiro de 2014, deverá informar esses valores na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) na versão "DCTF Mensal 2.5" sem efetuar a vinculação ao número da DCOMP.

Parágrafo único. Na adoção do procedimento de que trata o caput, a RFB efetuará a vinculação automática dos créditos aos saldos a pagar dos débitos declarados na DCTF.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Obrigatoriedade de nota fiscal de consumidor eletrônica

Determinada a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica nas operações promovidas pelo comércio no Rio Grande do Sul, nos prazos assinalados. A primeira data de início da obrigatoriedade é 1º de setembro de 2014, para contribuintes enquadrados na modalidade geral que promovam operações de comércio atacadista e varejista.

Neste sentido foi assinado o seguinte DECRETO nº 51.245, de 5.3.2014, publicado no DOE de 6 do mesmo mês:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no disposto no Ajuste SINIEF 7/05, publicado no Diário Oficial da União 05/10/05, ficam introduzidas as seguintes alterações no

Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4231 - Ficam acrescentadas siglas na tabela EXPRESSÕES ABREVIADAS E SIGLAS UTILIZADAS NESTE REGULAMENTO, constante do SUMÁRIO, com a seguinte redação:

"NFC-e "DANFE-NFC-e	Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica" Documento Auxiliar da NFC-e"
------------------------	---

ALTERAÇÃO Nº 4232 - No Livro II:

a) no art. 26-A, ficam revogadas as notas 02 e 03 do § 2º;

b) o art. 26-C passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-C. Em substituição à Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, e ao Cupom Fiscal emitido por ECF, poderá ser emitida a NFC-e, sendo obrigatória sua emissão conforme calendário previsto no Apêndice XLIV.

NOTA - Deverão ser observadas, pelo contribuinte credenciado à emissão de NFC-e, as instruções baixadas pela Receita Estadual.

§ 1º Nas operações de saída a varejo, em substituição aos documentos referidos no "caput" deste artigo, fica facultada a emissão de NF-e.

§ 2º O contribuinte sujeito a obrigatoriedade prevista no "caput" deste artigo poderá:

a) emitir Cupom Fiscal ou Nota Fiscal de Venda a Consumidor, por ECF que já possua autorização de uso, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar das respectivas datas de início da obrigatoriedade prevista no Apêndice XLIV;

b) converter equipamentos EFC para viabilizar a sua utilização para a impressão do DANFE-NFC-e;

c) emitir Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2, para documentar as operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias sem destinatário certo, desde que seja utilizada NF-e para documentar a saída das mercadorias do estabelecimento e o retorno das não entre-

gues.

NOTA - Ver emissão de documento fiscal nas saídas de mercadorias para realização de vendas fora do estabelecimento, arts. 26-A, § 1º, "b", 34, § 4º, e 60, I.

§ 3º A NFC-e que documentar operação de venda realizada por estabelecimento que promova operações de comércio atacadista e varejista deverá conter o nome e o número de inscrição do destinatário no CNPJ ou no CPF.

§ 4º A NFC-e que documentar as operações realizadas pelo estabelecimento consumidor final deverá conter o seu número de inscrição no CPF.

NOTA 01 - Ver outras obrigações do contribuinte, art. 212, XIII.

NOTA 02 - O estabelecimento fica dispensado de incluir o CPF no documento fiscal, caso o consumidor não queira informá-lo, exceto nas operações de venda realizadas por estabelecimento que promova operações de comércio atacadista e varejista, previstas no § 3º.

§ 5º O empreendedor individual ou o microempreendedor individual, que atendam ao disposto no art. 7º da Resolução CGSN nº 10, de 28.06.2007, do Comitê Gestor do Simples Nacional, ficam dispensados da emissão da NFC-e;

a) nas operações com venda de mercadorias ou prestações de serviços para consumidor final pessoa física;

b) nas operações com venda de mercadorias para pessoa jurídica, desde que o destinatário emita nota

fiscal relativa à entrada."

c) no "caput" do art. 32, é dada nova redação à nota 01:

"NOTA 01 - Ver: emissão de documento fiscal nas hipóteses de reajustamento e de regularização, art. 10; emissão em substituição à NF-e, art. 26-A, VIII, "a", nota 02; emissão da NFC-e, art. 26-C; hipóteses de dispensa de emissão, art. 44; hipótese de obrigatoriedade de uso de EFC, art. 180."

d) no art. 178, fica acrescentada nota ao § 3º com a seguinte redação:

"NOTA - O disposto neste parágrafo não se aplica aos equipamentos necessários para a emissão da NF-e ou da NFC-e, bem como àqueles necessários para impressão dos respectivos documentos auxiliares."

ALTERAÇÃO Nº 4233 - Fica acrescentado o Apêndice XLIV com a seguinte redação:

**"APÊNDICE XLIV
CALENDÁRIO DE OBRIGATORIEDADE
DE EMISSÃO DA NFC-e REFERIDO NO
LIVRO II, ART. 26-C**

NOTA 01 - Para fins da definição do limite de faturamento previsto neste Apêndice considera-se:

a) a soma do faturamento de todos os estabelecimentos do contribuinte localizados neste Estado, no ano imediatamente anterior;

b) para o contribuinte que iniciou suas atividades no ano imediatamente anterior, os valores previstos serão reduzidos, proporcionalmente, ao número de meses correspondentes ao período de atividade no referido ano.

NOTA 02 - A redução do faturamento em ano civil posterior não desobriga o contribuinte da emissão da NFC-e.

ITEM	CONTRIBUINTES	DATA DE INÍCIO DA OBRIGATORIEDADE
I	Contribuintes enquadrados na modalidade geral que promovam operações de comércio atacadista e varejista (ATACAREJO)	01/09/2014
II	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 10.800.000,00	01/11/2014
III	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 7.200.000,00	01/06/2015
IV	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 3.600.000,00 e estabelecimentos que iniciarem suas atividades a partir de 1º de janeiro de 2016	01/01/2016
V	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 1.800.000,00	01/07/2016
VI	Contribuintes com faturamento superior a R\$ 360.000,00	01/01/2017
VII	Todos os contribuintes que promovam operações de comércio varejista	01/01/2018

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Veículos para transporte de mercadorias

Reduzida a alíquota de ICMS/RS dos veículos para transporte de mercadorias que especifica, de 17% para 12%, segundo o DECRETO nº 51.266, de 10.3.2014 (DOE de 11 do mesmo mês):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 9º da Lei nº 14.388, de 30/12/13, fica introduzida a seguinte alteração

no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4235 - No Apêndice I, fica acrescentado o item XXXVII à Seção II com a seguinte redação:

ITEM	MERCADORIAS
"XXXVII	Veículos para transporte de mercadorias, classificados na posição 8704 da NBM/SH-NCM"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de dezembro de 2013.

Crédito fiscal a produtos de informática

Atualizados e acrescentados novos itens na lista dos produtos de informática e automação, sujeitos à redução de base de cálculo do ICMS/RS nas saídas internas e ao crédito fiscal presumido concedido aos fabricantes, conforme o seguinte DECRETO nº 51.244, de 5.3.2014 (DOE de 6 do mesmo mês):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 58, da Lei nº 8.820, de 27/01/89, ficam introduzidas as seguintes

alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4229 - No Apêndice XIII é dada nova redação aos itens XVII, XLVI e LI, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA NBM/SH-NCM
"XVII	Cabeças de impressão	8443.99.12"
"XLVI	Circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos, montados, destinados aos aparelhos da subposição 8517.6, e placas para aparelho de telefonia.	8517.70.10"
"LI	Mesas operadoras para aparelhos de telecomunicações e gabinetes	8517.70.91"

ALTERAÇÃO Nº 4230 - No Apêndice XXXIX é dada nova redação ao item X e ficam acrescentados os itens XXVI a LIX, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA NBM/SH-NCM
"X	Aparelhos de radiotelecomando, aparelhos receptores de controle remoto e controles remotos, baseados em técnica digitais	8526.92.00"
"XXVI	Mecanismos completos de impressora matricial	8443.99.21
XXVII	Mecanismos completos de impressora térmica	8443.99.41
XXVIII	Gaveta depositária de numerário, própria para caixa registradora	8473.29.90
XXIX	Partes e acessórios das máquinas da posição 8472	8473.40.90
XXX	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, que possam ser utilizados indiferentemente com as máquinas ou aparelhos de duas ou mais das posições 8469 a 8472	8473.50.10
XXXI	Conversores estáticos de corrente contínua, baseados em técnica digital	8504.40.30
XXXII	Terminais telefônicos dedicados de centrais automáticas de comutação e para redes de comunicação de dados	8517.18.91
XXXIII	Comutadores de pacotes ("switches"), próprios para interconexão de redes	8517.62.39
XXXIV	Aparelhos emissores com receptor incorporado, digitais, de frequência superior a 15GHz	8517.62.79
XXXV	Antenas parabólicas sólidas e vazadas para uso em enlaces digitais ponto-a-ponto, telecomando, telemetria, dados redes WAN e WLAN	8517.70.29
XXXVI	Antenas, refletores e partes acessórios de antenas para telecomunicações	8517.70.29
XXXVII	Aparelhos de radionavegação	8526.91.00
XXXVIII	Antenas para rádio difusão e TV	8529.10.19
XXXIX	Centrais de alarme para proteção contra roubo e incêndio, baseadas em técnicas digital	8531.10.90
XL	Unidades de controle de painel de LED, baseadas em técnica digital	8531.90.00
XLI	Dispositivos fotossensíveis semicondutores, para módulos, painéis ou iluminação de LED	8541.40.21
XLII	Eletrificadores de cerca, baseado em técnica digital	8543.70.92

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA NBM/SH-NCM
XLIII	Aparelhos eletrônicos para bloqueio de motor de veículo, baseado em técnica digital	8543.70.99
XLIV	Aparelhos para autenticação e transmissão de documento fiscal eletrônico	8543.70.99
XLV	Aparelhos para coleta de dados com função de controle de acesso e de frequência baseados em microprocessador	8543.70.99
XLVI	Aparelhos para coleta e concentração de dados de processos industriais, baseados em técnica digital	8543.70.99
XLVII	Aparelhos para travamento automático de portas de veículos automotores, baseados em técnica digital	8543.70.99
XLVIII	Lâmpadas de diodos emissores de luz (LED)	8543.70.99
XLIX	Sensor de detecção de presença por infravermelho, baseado em técnica digital	8543.70.99
L	Sensor de ultrassom para alarme automotivo, baseado em técnica digital	8543.70.99
LI	Partes e acessórios de contadores de eletricidade, baseados em técnicas digitais	9028.90.10
LII	Outros aparelhos e instrumentos para medida ou controle da tensão, intensidade, resistência ou da potência	9030.39.90
LIII	Analisadores digitais de transmissão	9030.40.30
LIV	Instrumentos e aparelhos para medição de grandezas elétricas, com função de monitoramento remoto, baseados em técnica digital	9030.89.90
LV	Aparelhos digitais, de uso automotivo, para medida e indicação de múltiplas grandezas	9031.80.40
LVI	Aparelhos para medição de parâmetro de lavouras, baseados em técnica digital	9031.80.99
LVII	Aparelhos para medição de parâmetros de solo, baseados em técnica digital	9031.80.99
LVIII	Medidores eletrônicos de sinais elétricos, baseados em técnica digital	9031.80.99
LIX	Acionador eletrônico digital (temporizador)	9032.89.90"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2014.

Diferimento do ICMS na importação

O DECRETO nº 51.296, de 17.3.2014 (DOE de 18 do mesmo mês), trata de exceção à condição de inexistência de similar fabricado neste Estado para a aplicação do diferimento do pagamento do ICMS/RS, nas importações de mercadorias para a fabricação de elevadores:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Fica introduzida a seguinte alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4237 - No Apêndice XVII, a alínea "b" do item LXVII passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) as mercadorias não possuam similar fabricado no Estado, o que será comprovado mediante atestado

emitido pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS.

NOTA - O disposto nesta alínea não se aplica na hipótese em que a mercadoria similar à importada seja fabricada neste Estado exclusivamente por estabelecimentos cuja atividade esteja enquadrada na mesma Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do importador, o que será comprovado mediante atestado emitido pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Saídas promovidas por microprodutor rural

Acrescentado item na relação dos produtos alcançados pelo Programa da Agroindústria Familiar, previsto na legislação do ICMS/Rio Grande do Sul e estabelecidas condições sobre a matéria, de acordo com a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 16, de 10.3.2014 (DOE de 11, republicada no DOE de 17 do mesmo mês):

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 6º, VI, da Lei Complementar nº 13.452, de 26/04/10, introduz as seguintes alterações no Capítulo XXIV do Título I da Instrução Normativa DRP nº 45/98, de 26/10/98 (DOE 30/10/98):

1. No item 4.1, é dada nova redação ao "caput" e fica acrescentada a alínea "x", conforme segue:

"4.1 - As saídas promovidas por microprodutor rural e vinculadas ao Programa da Agroindústria Familiar, referidas no RICMS, Livro I, art. 1º, XVIII, "c", alcançam exclusivamente os seguintes produtos, desde que devidamente acondicionados e rotulados, registrados no órgão de vigilância sanitária competente quando alimentares e portando o selo de identificação do programa, exceto quando este for dispensado pela Secretaria de Desenvol-

vimento Rural Pesca e Cooperativismo."

"x) artesanato com matéria-prima produzida no meio rural:

1. artesanato com fibras vegetais;
2. artesanato com madeira e derivados;
3. artesanato com elementos naturais;
4. artesanato com pele e couro.;

2. Fica acrescentado o subitem 4.1.1, com a seguinte redação:

"4.1.1. O microprodutor rural que promover saídas de artesanato deve estar devidamente cadastrado na Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS como artesão familiar rural ou agricultor familiar artesão."

3. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Redução do ICMS de estruturas pré-fabricadas

Concedida redução de base de cálculo de ICMS/RS, com manutenção dos créditos fiscais relativos às entradas, nas saídas internas promovidas por estabelecimento fabricante de estruturas pré-fabricadas de concreto, de acordo com o seguinte DECRETO nº 51.298, de 17.3.2014 (DOE de 18):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 58 da Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, ficam introduzidas as seguintes alterações no Livro I do Regulamento do ICMS, aprovada pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4239 - O inciso LXXII do art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

"LXXII - 70,588% (setenta inteiros e quinhentos e oitenta e oito milésimos por cento), nas saídas internas, promovidas por estabelecimento fabricante, de postes de concreto, classificados nos códigos 6810.91.00 e 6810.99.00

da NBM/SH-NCM, de estruturas pré-fabricadas de concreto, classificadas no código 6810.91.00 da NBM/SH-NCM, e de torres e pórticos, de ferro fundido, ferro ou aço, classificados no código 7308.20.00 da NBM/SH-NCM.

NOTA - Ver benefício do não estorno do crédito fiscal, art. 35, XXVIII."

ALTERAÇÃO Nº 4240 - A nota do inciso XXVIII do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

"NOTA - O dispositivo mencionado refere-se a postes e estruturas pré-fabricadas de concreto e torres e pórticos, de ferro fundido, ferro ou aço."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Valor da Unidade Padrão de Capital

Divulgado pelo Banco Central do Brasil o valor da Unidade Padrão de Capital (UPC), a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho, por intermédio do seguinte COMUNICADO nº 25.386, de 6 de março de 2014 (DOU- Seção 3 de 10 do mesmo mês):

"Com base no que determina o art. 3º do Decreto nº 94.548, de 2 de julho de 1987, e na forma do art. 15 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e do art. 7º da Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993, comunica-

mos que o valor da Unidade Padrão de Capital (UPC) a vigorar no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 será de R\$22,40 (vinte e dois reais e quarenta centavos)."

Diferimento do ICMS na importação de fios têxteis

Acréscito item em dispositivo do Regulamento do ICMS/RS, referente a mercadorias com diferimento do pagamento do imposto na importação, conforme o seguinte DECRETO nº 51.292, de 13 de março de 2014 (DOE de 14 do mesmo mês):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Com fundamento no inciso III do art. 25

da Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, fica introduzida a seguinte alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4236 - No Apêndice XVII, fica acrescentado o item LXXV com a seguinte redação:

ITEM	MERCADORIAS
"LXXV	Linho penteado, fibras artificiais de raio viscose e fibras sintéticas acrílicas ou modacrílicas, classificados nos códigos 5301.29.10, 5503.30.00, 5504.10.00 e 5506.30.00, da NBM/SH-NCM, importados por estabelecimento fabricante de fios têxteis. NOTA - Este diferimento fica condicionado a que o desembaraço aduaneiro ocorra neste Estado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nota eletrônica nas saídas de arroz em casca

A obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica por produtor rural nas saídas internas de arroz em casca, prevista no Regulamento do ICMS/RS, aplica-se exclusivamente nas decorrentes de vendas, segundo o DECRETO nº 51.309, de 20.3.2014 (DOE de 21 do mesmo mês):

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Fica introduzida a seguinte alteração no Livro II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4241 - No inciso XVII do art. 26-A, o número 2 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. a partir de 1º de junho de 2014, nas saídas internas, decorrentes de vendas;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Importação de zinco em lingotes

O seguinte DECRETO nº 51.297, de 17.3.2014 (DOE de 18 do mesmo mês), dispõe sobre a concessão de diferimento do pagamento do ICMS/RS na importação de zinco eletrolítico em lingotes:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado, DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no inciso III do art. 25 da Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, fica

introduzida a seguinte alteração no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 37.699, de 26/08/97:

ALTERAÇÃO Nº 4238 - No Apêndice XVII, fica acrescentado o item LXXVI com a seguinte redação:

ITEM	MERCADORIAS
"LXXVI	Zinco eletrolítico em lingotes, classificado no código 7901.11.11 da NBM/SH-NCM NOTA - Este diferimento fica condicionado a que o desembaraço aduaneiro ocorra neste Estado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Exames para exercício da profissão de vigilante

Estabelecidos procedimentos para o credenciamento, fiscalização da aplicação e correção dos exames psicológicos realizados por psicólogos credenciados, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante.

Trata da matéria a INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 78, de 10.2.2014, publicada no DOU de 5.3.2014 e abaixo reproduzida.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso IV do artigo 25 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, publicada na Seção I do DOU nº 01, de 2 de janeiro de 2012,

Considerando o disposto no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, nos artigos 12, inciso VII, 36, 37 e 43, todos do Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, no art. 16, inciso V, da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e art. 155, inciso V e §§ 1º e 2º da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012;

Considerando o disposto no artigo 11-A da Lei nº 10.826/2003, que prevê a necessidade de disciplinar a forma e as condições para o credenciamento pela Polícia Federal de profissionais responsáveis pela comprovação da aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo; e

Considerando o disposto no artigo 13 da Lei nº 4.119/1962, que regulamenta a profissão de psicólogo, resolve:

Art. 1º Expedir a presente Instrução Normativa com a finalidade de estabelecer procedimentos para o credenciamento e fiscalização da aplicação e correção dos exames realizados por psicólogos, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme previsão da Lei nº 10.826/2003, e para exercer a profissão de vigilante.

CAPÍTULO I DA APTIDÃO PSICOLÓGICA PARA O MANUSEIO DE ARMA DE FOGO E PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE VIGILANTE

Art. 2º A aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, de que trata o artigo 4º, inciso III, da Lei nº 10.826/2003 e os artigos 12, inciso VII, 36, 37 e 43, todos do Decreto nº 5.123/2004, deverá ser atestada em laudo psicológico conclusivo, conforme modelo do Anexo II, emitido por psicólogo da Polícia Federal ou por esta credenciado.

§ 1º A comprovação da aptidão psicológica será exigida nos procedimentos de aquisição, registro, renovação de registro, transferência, porte de arma de fogo, credenciamento de armeiros e instrutores de armamento e tiro.

§ 2º A avaliação para a aptidão psicológica deverá ter sido realizada em período não superior a 01 (um) ano do respectivo requerimento.

§ 3º O laudo de que trata o caput deverá considerar o interessado como APTO ou INAPTO para o manuseio de arma de fogo, sem mencionar os nomes dos instrumentos psicológicos utilizados e as características de personalidade aferidas.

§ 4º Quando o interessado for considerado INAPTO, o psicólogo credenciado deverá remeter cópia do laudo psicológico em envelope lacrado para a unidade da Polícia Federal com atribuição na circunscrição.

§ 5º Em caso de inaptidão psicológica, o interessado poderá ser submetido a novo teste em período não inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 3º Para o exercício da profissão de vigilante, o interessado deverá ser considerado APTO em exame de aptidão psicológica aplicado por psicólogo credenciado pela Polícia Federal.

Art. 4º Os psicólogos observarão as características de personalidade definidas para o usuário de arma de fogo e para o vigilante, conforme os Anexos V e VI.

Art. 5º A bateria de instrumentos de avaliação psicológica utilizados na aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de arma de fogo e dos vigilantes deverá contar com, no mínimo:

- I - 01 teste projetivo;
- II - 01 teste expressivo;
- III - 01 teste de memória;
- IV - 01 teste de atenção difusa e concentrada; e
- V - 01 entrevista semi-estruturada.

§ 1º Os testes psicológicos utilizados devem ser reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, sendo sua comercialização e uso restritos a psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia, conforme art. 18 da Resolução CFP nº 002/2003.

§ 2º Os instrumentos de avaliação psicológica deverão ser aplicados e corrigidos de acordo com as nor-

mas técnicas previstas nos respectivos manuais.

§ 3º Os instrumentos de avaliação psicológica poderão ser aplicados de forma individual ou coletiva, podendo cada psicólogo aplicar, no máximo, 10 (dez) testes individuais por dia e atender, no máximo, 2 (dois) turnos de 15 (quinze) pessoas por dia.

§ 4º A entrevista semi-estruturada não será aplicada aos integrantes das instituições referidas no artigo 36 do Decreto 5.123/2004.

Art. 6º Para realização do exame de aptidão, o psicólogo credenciado não poderá cobrar valor que exceda o valor médio dos honorários profissionais cobrados para realização de avaliação psicológica para o manuseio de arma de fogo constante da tabela do Conselho Federal de Psicologia, conforme § 1º do art. 11-A da Lei nº 10.826/2003.

CAPÍTULO II

DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO PSICOLÓGICA

Art. 7º O ambiente para a aplicação dos testes de aptidão psicológica atenderá aos normativos em vigor do Conselho Federal de Psicologia, e deverá possuir, no mínimo, sala de espera, sala de aplicação de testes e banheiro.

§ 1º A sala de aplicação de testes deverá possuir as seguintes condições, as quais são fundamentais para minimizar ou evitar interferência no desempenho do candidato:

I - ambiente iluminado, por luz natural ou artificial, preferencialmente sem incidência de sombras e/ou ofuscação;

II - ambiente com sistema de ventilação natural ou artificial;

III - temperatura confortável em relação ao clima local;

IV - ambiente higienizado em conformidade com as orientações do órgão de vigilância sanitária local; e

V - salas de teste com baixo nível de ruídos, para evitar interferência ou interrupção na execução das tarefas dos candidatos.

§ 2º Para cada interessado, o mobiliário da sala de testes deve ser composto por uma mesa com no mínimo 2500 cm² (dois mil e quinhentos centímetros quadrados), feita de material liso, e uma cadeira com encosto, que não seja acoplada à mesa.

§ 3º O ambiente físico de uma sala de testes deve ter, no mínimo, 4m² (quatro metros quadrados), se o atendimento for individual, e 2m² (dois metros quadrados) por candidato, se o atendimento for coletivo.

Art. 8º Os psicólogos credenciados somente poderão realizar testes de aptidão psicológica para os fins previstos nesta Instrução Normativa em locais previa-

mente autorizados pela Polícia Federal.

§ 1º O local de aplicação dos testes de aptidão psicológica será vistoriado e terá o funcionamento autorizado por ocasião do procedimento de credenciamento, sendo que a avaliação desse local será realizada mediante registro de fotos do ambiente e do mobiliário ou por meio de visitas ao local, a critério do Chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ da circunscrição.

§ 2º Excepcionalmente, caso haja a necessidade de realizar atendimento em local diverso do indicado por ocasião do credenciamento, o psicólogo solicitará autorização específica à DELEAQ, devendo o requerimento ser instruído com fotos do ambiente e do mobiliário.

CAPÍTULO III

DO CREDENCIAMENTO DO PSICÓLOGO

Art. 9º O interessado em exercer a atividade de psicólogo, para os fins previstos nesta Instrução Normativa, deverá solicitar o seu credenciamento em uma unidade da Polícia Federal, mediante preenchimento de formulário próprio - Anexo I e apresentação dos seguintes documentos e requisitos:

I - foto 3x4 recente;

II - original e cópia, ou cópia autenticada de documento de identidade e do CPF;

III - comprovante de inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Psicologia e certidão negativa de infrações éticas do respectivo Conselho;

IV - documentos que comprovem que dispõe de ambiente e mobiliário adequado para a aplicação dos testes (planta baixa ou croquis e fotografias);

V - original e cópia, ou cópia autenticada dos documentos que autorizam o funcionamento do local onde serão aplicados os testes (alvará de localização e funcionamento e alvará da vigilância sanitária);

VI - comprovante de que possui pelo menos dois anos de efetivo exercício na profissão de psicólogo;

VII - certificado que ateste sua aptidão para a aplicação dos instrumentos psicológicos previstos nos incisos I e II do art. 5º desta IN; e

VIII - comprovação de idoneidade, com a apresentação das certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.

Parágrafo único. Para fins de aferição da idoneidade, não constituem obstáculo ao credenciamento o indiciamento em inquérito ou a instauração de processo criminal por crimes culposos; a condenação criminal, quando obtida a reabilitação criminal fixada em

sentença; a condenação criminal, quando decorrido período de tempo superior a cinco anos contados da data de cumprimento ou extinção da pena; e a instauração de termo circunstanciado, a ocorrência de transação penal ou suspensão condicional do processo.

Art. 10. O credenciamento como psicólogo é pessoal e intransferível, e terá validade de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por igual período, sucessivamente, preenchidos os requisitos do art. 9º desta IN.

CAPÍTULO IV

DO DESCRENCIAMENTO DO PSICÓLOGO

Art. 11. O psicólogo poderá ser descredenciado nas seguintes hipóteses:

I - por solicitação própria e escrita à Polícia Federal, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - atuação em local não autorizado pela Polícia Federal;

III - redução dos testes não prevista pelos manuais;

IV - utilização de cópias reprográficas de testes psicológicos ou originais com baixa qualidade de impressão e instruções diferentes das estabelecidas na respectiva normatização;

V - utilização de testes psicológicos não homologados pelo Conselho Federal de Psicologia;

VI - infringência das normas previstas no Código de Ética Profissional do Psicólogo;

VII - aplicação das avaliações psicológicas em desacordo com o previsto nos respectivos manuais;

VIII - utilização do emblema da Polícia Federal em documentos, anúncios, placas ou quaisquer outros meios de divulgação, sem a autorização do Diretor-Geral da Polícia Federal, nos termos do Decreto nº 98.380/1989;

IX - prática de infração vedada, prevista nesta IN; e

X - ausência de idoneidade, por estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal.

§ 1º Com exceção do inciso I, o descredenciamento se dará por meio de procedimento administrativo no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 9.784/1999.

§ 2º O procedimento de descredenciamento de psicólogo poderá ser iniciado de ofício, no caso em que a autoridade policial responsável pelo serviço de armas tomar ciência de infração às disposições desta IN.

§ 3º O psicólogo credenciado poderá ter seu credenciamento suspenso durante a instrução do processo a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 4º O psicólogo descredenciado poderá requerer novo credenciamento, atendidos os requisitos e procedimentos constantes desta IN, decorrido o prazo mí-

nimo de 01 (um) ano do descredenciamento.

Art. 12. O psicólogo deverá manter arquivo ou banco de dados em seu local de trabalho, no qual conste lista com os nomes dos interessados submetidos à avaliação psicológica, os instrumentos psicológicos utilizados e laudos emitidos, pelo período mínimo exigido pelo Conselho Federal de Psicologia.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 13. Os requerimentos para obtenção do credenciamento de psicólogo serão submetidos ao seguinte processamento pela DELEAQ:

I - autuação, cadastro no sistema de controle de procedimentos e verificação da regularidade dos documentos apresentados pelo requerente;

II - elaboração de informação circunstanciada contendo a verificação nos bancos de dados corporativos quanto à pessoa do interessado; e

III - encaminhamento ao chefe da DELEAQ para decisão, devendo ser consignado de forma fundamentada os motivos da aptidão ou inaptidão, decidindo pelo deferimento ou indeferimento do requerimento.

§ 1º Após a decisão sobre o credenciamento decorrente do inciso III, o Chefe da DELEAQ tomará as seguintes providências:

I - em caso de deferimento, expedirá a portaria e certificado de credenciamento, conforme formulários específicos - Anexos III e IV, além de comunicação à Divisão Nacional de Armas - DARM para divulgação no site da Polícia Federal; e

II - em caso de indeferimento, cientificará o interessado para eventual interposição de recurso.

Art. 14. As notificações e comunicações mencionadas nesta IN dirigidas aos interessados poderão ser realizadas por quaisquer meios válidos que assegurem a ciência do ato, lavrando-se nos autos a certidão respectiva.

Art. 15. Compete ao Chefe da DELEAQ, no âmbito da área de atuação de cada Superintendência:

I - decidir sobre o credenciamento de psicólogos; e

II - decidir sobre o descredenciamento em procedimento eventualmente instaurado em desfavor do credenciado.

Art. 16. Compete ao Superintendente Regional da Polícia Federal o julgamento de eventual recurso interposto contra decisão do Chefe da DELEAQ.

Art. 17. O interessado, ou seu procurador legalmente constituído, poderá recorrer da decisão administrativa, no prazo de 10 (dez) dias, para impugnar nulidades, ilegalidade e/ou mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade policial

que proferiu a decisão, a qual poderá exercer juízo de retratação ao seu critério, no prazo de 5 (cinco) dias, ou, se acaso não reconsiderá-la, encaminhar o recurso para análise e julgamento à autoridade superior competente.

§ 2º O recurso deverá ser juntado aos autos do procedimento principal para remessa à autoridade superior.

§ 3º O recurso administrativo tramitará, no máximo, até o Superintendente Regional.

§ 4º O prazo para interposição de recurso administrativo contar-se-á da ciência da decisão, certificando-se nos autos o contato realizado com o interessado.

Art. 18. Aplicam-se a esta Instrução Normativa os preceitos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 19. A fiscalização da aplicação e correção, bem como do local de realização dos exames de aptidão psicológica, poderá ser feita em caráter extraordinário, sem aviso prévio, pela Polícia Federal.

§ 1º Eventuais irregularidades detectadas ensejarão a instauração de procedimento de descredenciamento do psicólogo pelo chefe da DELEAQ.

§ 2º A fiscalização quanto a eventuais impropriedades relativas à aplicação e correção dos exames de aptidão psicológica será realizada por servidor da Polícia Federal, acompanhado de psicólogo da Polícia Federal ou de outro órgão público.

§ 3º A fiscalização quanto a eventuais impropriedades relativas ao local de realização dos exames de aptidão psicológica deverá ser realizada por servidor da Polícia Federal.

§ 4º Os usuários dos serviços dos psicólogos credenciados podem denunciar à Polícia Federal qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços de exame de aptidão psicológica.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Ficam instituídos, no âmbito da Polícia Federal, os seguintes formulários e documentos:

I - Anexo I - REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PSICÓLOGO;

II - Anexo II - LAUDO PSICOLÓGICO;

III - Anexo III - CERTIFICADO;

IV - Anexo IV - PORTARIA DE CREDENCIAMENTO DE PSICÓLOGO;

V - Anexo V - EXTRATO DOS INDICADORES PSICOLÓGICOS DO PORTADOR DE ARMA DE FOGO; e

VI - Anexo VI - EXTRATO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO DO VIGILANTE.

Art. 21. Os credenciamentos já realizados permanecerão válidos, mantidas as datas de validade originárias.

Art. 22. Até seis meses após a data da publicação desta Instrução Normativa, também serão aceitos, para o exercício da profissão de vigilante, laudos psicológicos expedidos por psicólogos não credenciados pela Polícia Federal, desde que regularmente inscritos no Conselho de Psicologia.

Art. 23. Compete à Diretoria Executiva - DIREX/DPF a elaboração de expedientes que esclareçam eventuais questões quanto à execução desta Instrução Normativa.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se a Instrução Normativa nº 70/2013-DG/DPF.

ANEXO I REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PSICÓLOGO

Senhor Chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ,

_____, RG nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____,

_____, endereço comercial _____,

_____, fone comercial () _____, email _____,

profissional: _____, venho por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria o credenciamento junto à Polícia Federal, na qualidade de psicólogo, conforme disposto na Lei nº 10.826/2003.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Local e data.

Assinatura

ANEXO II
LAUDO PSICOLÓGICO

IDENTIFICAÇÃO DA CLÍNICA:

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____

Responsável Técnico: _____

CPF do Responsável Técnico: _____

IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO

Nome: _____ Sexo: _____

Estado civil: _____ Escolaridade: _____

Idade: _____ CPF: _____

Profissão: _____ Data da avaliação: ____/____/____

O candidato acima relacionado foi submetido à avaliação psicológica, sendo considerado:

() APTO ao manuseio de arma de fogo

() APTO ao manuseio da arma de fogo e ao exercício da profissão de vigilante

() INAPTO

Local e data

Nome do psicólogo: _____

Nº CRP: _____ CPF: _____

Assinatura do Psicólogo

ANEXO III
CERTIFICADO

O Chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ, _____ no uso de suas atribuições legais, confere o presente Certificado a Nome do Credenciado, CPF 000.000.000-00, pelo seu credenciamento como Psicólogo, nos termos da Portaria nº ____/____-DG/DPF Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____

Chefe da DELEAQ

Validade: 4 anos

ANEXO IV

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO _____

PORTARIA Nº ____/20 ____-DELEAQ/SR/DPF/____, DE ____ DE ____ DE 20 ____

O Chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE _____, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução Normativa nº ____-DG/20, de ____ de ____ de 20, resolve:

Art. 1º Credenciar o(a) senhor(a) _____, portador do RG nº _____, expedida por _____, CPF nº _____, como Psicólogo, com autorização para aplicar testes de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo, nos termos do inciso IV, do artigo 12 do Decreto 5.123/2004, de 1º de julho de 2004, e do capítulo II da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e para avaliar vigilantes de empresas de segurança privada e transporte de valores, nos termos do art. 7º, § 2º da Lei 10.826/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de validade de 4 (quatro) anos.

Delegado de Polícia Federal

DELEAQ/SR/DPF/____

ANEXO V
EXTRATO DOS INDICADORES PSICOLÓGICOS
DO PORTADOR DE ARMA DE FOGO

I. MARCO LEGAL

Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, define crimes e dá outras providências.

Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004

Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.

2. DESCRIÇÃO

Trata-se da aptidão psicológica do interessado no manuseio de arma de fogo a ser comprovada por meio da submissão à bateria de instrumentos de avaliação composta por testes projetivo, expressivo, de atenção e de memória, bem como à entrevista semi-estruturada.

3. DOS INDICADORES PSICOLÓGICOS AO PORTADOR DE ARMA DE FOGO

3.1. Atenção necessária

Concentrada e difusa.

3.2. Memória necessária

Auditiva e visual.

3.3. Indicadores psicológicos necessários

Adaptação, autocrítica, auto-estima, auto-imagem, controle, decisão, empatia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico.

3.4. Indicadores psicológicos restritivos

Conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade.

4. FONTE

4.1. Pesquisa realizada em parceria firmada entre o Conselho Federal de Psicologia e a Polícia Federal que teve como objetivo levantar os indicadores para a avaliação psicológica para manuseio de arma de fogo.

ANEXO VI
EXTRATO DO PERFIL PROFISSIONAL DO VIGILANTE

I. MARCO LEGAL

Lei nº 7.102, de 20.06.1983

Dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores e dá outras providências.

Decreto 89.056/1983

Regulamenta a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que "dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências".

Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012

Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.

2. DESCRIÇÃO

A Lei nº 7.102, de 20.06.1983 dispõe sobre as atividades desenvolvidas pelo vigilante:

"Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga. (...)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do caput deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de

prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.

(...)

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do caput e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10."

3. ATIVIDADES PRÓPRIAS DA FUNÇÃO

Vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio; Transporte de valores: atividade de transporte de numerário, bens ou valores, mediante a utilização de veículos, comuns ou especiais;

Escolta armada: atividade que visa garantir o transporte de qualquer tipo de carga ou de valor, incluindo o retorno da equipe com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e

Segurança pessoal: atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários.

4. CONDIÇÕES GERAIS DE EXERCÍCIO

Nos termos dos artigos 10 e 15 da Lei nº 7.102/83, vigilante é o empregado contratado, por empresa especializada ou possuidora de serviço orgânico de segurança, para realizar a vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos e privados, segurança pessoal, transporte de valores ou escolta armada.

Podem trabalhar em equipe ou individualmente, em períodos diurnos, noturnos e em rodízio de turnos ou escalas. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante.

As condições de trabalho variam conforme o estabelecimento a ser protegido e demais variáveis próprias das atividades de segurança pessoal, transporte de valores e escolta armada.

5. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

Nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/1983, o vigilante deve ter no mínimo 21 anos e instrução correspondente à quarta série do primeiro grau, além de ser obrigatório treinamento em empresa de curso de formação autorizada pela Polícia Federal, onde recebem capacitação para o exercício da atividade de vigilante e manuseio de arma de fogo.

6. RECURSOS UTILIZADOS PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES

Uniforme;

Viatura;

Circuito Fechado de TV;

Arma de fogo;

Macacão térmico, máscara de proteção;

Detector de Metais - Pórtico e Bastão Eletrônico;

Algemas;

Aparelho telefônico, rádio transmissor HT;

Bastão tonfa de defesa;

Colete balístico;

Binóculo e apito;

Maca e prancha;

Protetor auricular;

Bota e sapato de segurança, coturno e outros.

7. RESPONSABILIDADES ENVOLVIDAS NAS ATIVIDADES

Lidar com informações sigilosas;

Utilizar equipamentos;

Controlar o trâmite de documentos;

Zelar pela integridade física das pessoas;

Lidar com numerários;

Proteger instalações;

Operar armamento; e

Utilizar circuito interno de TV.

8. ACIDENTES QUE PODEM OCORRER NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Acidente de trânsito envolvendo viatura; e

Acidente na utilização/manuseio de armas de fogo.

9. DOENÇAS MAIS RECORRENTES NO DESEMPENHO DA ATIVIDADE

Estresse;

Problemas psicológicos;

Alcoolismo;

Depressão;

Problemas ortopédicos (coluna/joelho/ombro);

Renais;

Varizes;

Doenças Respiratórias;

Doenças da pele; e

Tendinite.

10. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Realizar a vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos e privados (a exemplo: empresas e órgãos públicos, comércios, indústrias, escolas, hospitais e residências).

Para o desenvolvimento desta atividade os vigilantes podem vir a adotar as seguintes medidas, por exemplo: identificar pessoas; realizar rondas internas; controlar entrada e saída de pessoas, veículos, numerários e bens; realizar a abertura e fechamento do estabelecimento protegido.

Realizar a segurança de pessoas, garantindo a integridade física da pessoa protegida.

Realizar o transporte de valores, bens e numerários de instituições financeiras (inclusive para abastecimento e recolhimento de numerário de terminais de auto-atendimento), estabelecimentos comerciais, industriais e de empresas e órgãos públicos.

Realizar a escolta armada de cargas e valores.

Operar veículos comuns e especiais.

Operar equipamentos de comunicação e informática.

Conferir bens, valores e numerários recebidos ou entregues.

11. DOS INDICADORES PSICOLÓGICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

Atenção necessária

Difusa e concentrada.

Memória necessária

Visual e auditiva.

Indicadores necessários

Adaptação, atenção, autocontrole, afetividade, autocritica, concentração, controle emocional, decisão, empatia, energia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, memória, meticulosidade, percepção, prudência, relacionamento interpessoal, resistência à frustração, segurança, senso crítico, sociabilidade.

Indicadores restritivos

Reações relacionadas aos transtornos: mentais causados por uma condição médica geral; relacionados a substâncias; somatoformes; factícios; dissociativos; do humor; de ansiedade; da personalidade;

Preconceito, fanatismo.

12. FONTE

PASSOS, Gilson & PASSOS Ludmila. O Perfil do Vigilante - A Partir de uma Análise de Função. Gráfica e Papelaria Distrital Ltda. Brasília, 1994.

DSM-IV-Tr - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Trad. Claudia Dornelles; 4ª ed. Ver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: www.mteco.gov.br. Acesso em 02.10.2013

Vigilante de Seguridad. Ocupaciones. Material de orientación profesional. Junta de Andalucía. Servicio Andaluz de Empleo. Consejería de Empleo. España. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/servicioandaluzdeempleo/web/websae/portal/es/empleo/buscarTrabajo/eligeProfesion/galeriaPDFs/Detalle/011019VigSeg.pdf>. Acesso em 01.10.2013

SETOR DE PSICOLOGIA DA DIVISÃO NACIONAL DE ARMAS DA POLÍCIA FEDERAL. Pesquisa para atualização do perfil profissiográfico do vigilante, Distrito Federal, 2013.

Alteradas disposições sobre código sindical

Nova redação a dispositivos da Portaria nº 186, de 29 de janeiro de 2014 (texto em nosso site), do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da concessão, alteração, cancelamento e gerenciamento do código sindical, de acordo com a seguinte PORTARIA nº 373, de 21 de março de 2014 (DOU de 24 do mesmo mês):

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 588 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º A Portaria n.º 186, de 29 de janeiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação, com alteração do caput do art. 3º e acrescentando o art. 4º-A:

"Art. 3º Quando da alteração dos representantes legais, a entidade sindical deverá informar ao Ministério do Trabalho e Emprego no CNES até cento e vinte

dias após o início do mandato o seu novo quadro de dirigentes, sob pena de suspensão do seu código sindical.

.....
Art. 4º-A O disposto nesta Portaria se aplica à concessão, alteração, cancelamento e gerenciamento do código sindical relativo às colônias, federações e confederação de pescadores, servindo o Cadastro Especial de Colônias de Pescadores - CECP como fonte de informações necessárias para esse fim."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Avaliação médica pericial das funções da visão

A RESOLUÇÃO nº 396, de 18 de março de 2014 (DOU de 19 do mesmo mês). aprova o Manual Técnico de Procedimentos de Avaliação Médica Pericial das Funções da Visão, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011; e Resolução nº 70/INSS/PRES, de 06 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, considerando as mudanças na gestão de Benefícios por Incapacidade, bem como a necessidade de atualização e normatização de procedimentos técnicos da Perícia Médica em avaliações das funções da

visão, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual Técnico de Procedimentos de Avaliação Médica Pericial das Funções da Visão.

Art. 2º As atualizações e posteriores alterações do Manual serão objeto de Despacho Decisório pela Diretoria de Saúde do Trabalhador.

Art. 3º O Manual anexo será publicado em Boletim de Serviço e no Portal do INSS.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e revoga a Orientação Interna nº 96/DIRBEN/INSS, de 25 de maio de 2004.

Suspenso ato sobre transferências da contribuição sindical

Por intermédio da seguinte PORTARIA nº 376, de 21 de março de 2014 (DOU de 24 do mesmo mês), é determinada a suspensão dos efeitos da Portaria MTE nº 188/14 (edição anterior, página 57), que tratava sobre as transferências de valores dos recursos da arrecadação da Contribuição Sindical entre as entidades sindicais e a Conta Especial Emprego Salário estabelecidas nos artigos 590 e 591 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (inexistência de entidade sindical representativa):

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO no uso das atribuições que lhes confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria nº 188, de

29 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2014, Seção I, pag. 118.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Autorização para trabalho aos domingos e feriados

A seguinte PORTARIA nº 375, de 21 de março de 2014 (DOU de 24 do mesmo mês), dispõe sobre subdelegação de competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego para decidir sobre os pedidos de autorização para o trabalho aos domingos e nos dias feriados civis e religiosos:

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, usando da competência que lhe foi atribuída pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, pelo art. 913 da Consolidação das Leis do Trabalho e pelo artigo 1º do Decreto nº 83.842, de 14 de agosto de 1979, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Superintendentes Regionais do Trabalho e Emprego para decidir sobre os pedidos de autorização para o trabalho aos domingos e nos dias feriados civis e religiosos.

Art. 2º Os pedidos de autorização de que trata o artigo 1º, deverão ser protocolizados nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e serão instruídos com os seguintes documentos:

a) laudo técnico elaborado por instituição Federal, Estadual ou Municipal, indicando as necessidades de ordem técnica e os setores que exigem a continuidade do trabalho, com validade de 04 (quatro) anos;

b) acordo coletivo de trabalho ou anuência expressa de seus empregados, manifestada com a assistência da respectiva entidade sindical; e

c) escala de revezamento, observado o disposto na Portaria Ministerial nº 417, de 10 de junho de 1966.

Art. 3º O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego poderá deferir o pedido formulado, independentemente de inspeção prévia, após verificar a regularidade das condições de trabalho nos estabelecimentos pela análise da documentação apresentada, e pela extração de dados do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT, da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -

CAGED.

§ 1º Em caso de existência de irregularidades nos atributos jornada ou descanso ou normas de segurança e saúde no trabalho apuradas nos últimos cinco anos no SFIT, o pedido será sobrestado, condicionando-se posterior decisão à realização de inspeção no empregador, a fim de se verificar se ainda persistem as irregularidades anteriormente apontadas.

§ 2º A Superintendência do Trabalho e Emprego, por intermédio de seu órgão de fiscalização do trabalho, incluirá as empresas que obtiverem autorização nos termos do caput do presente artigo, no planejamento de fiscalização, efetuando o cancelamento da respectiva autorização em caso de constatação das irregularidades mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Não será deferido o pedido de que trata o caput quando se tratar de empresa com histórico de reincidência em irregularidades nos atributos jornada, descanso ou normas de segurança e saúde do trabalho, apuradas nos últimos cinco anos nos termos do § 1º.

Art. 4º As autorizações serão concedidas pelo prazo de até 02 (dois) anos, renováveis por igual período.

Parágrafo Único. Os pedidos de renovação deverão ser formalizados com antecedência mínima de 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do art. 2º e do art. 3º.

Art. 5º As portarias de autorização e as de renovação deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Portaria nº 3.118, de 03 de abril de 1989.

Seguro garantia para parcelamento de débitos em dívida ativa e do FGTS

A seguinte PORTARIA nº 164, de 27.2.2014 (DOU de 5.3.2014), trata da regulamentação do oferecimento e da aceitação do seguro garantia judicial para execução fiscal e seguro garantia parcelamento administrativo fiscal para débitos inscritos em dívida ativa da União (DAU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, no art. 656, § 2º, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil - CPC), e no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, resolve:

Do objeto, dos conceitos e do âmbito de aplicação do seguro garantia

Art. 1º O seguro garantia para execução fiscal e o seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visam garantir o pagamento de débitos inscritos em dívida ativa, respectivamente, em execução fiscal ou em parcelamento administrativo, na forma e condições descritas nesta Portaria.

Art. 2º Aplicam-se ao seguro garantia previsto no art. 1º as seguintes definições:

I - Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de seguro garantia;

II - Expectativa de sinistro: verificação pelo segurado da possibilidade de ocorrência de sinistro;

III - Indenização: pagamento, por parte das seguradoras, das obrigações cobertas pelo seguro, a partir da caracterização do sinistro;

IV - Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora em função da cobertura do seguro e que deverá constar da apólice;

V - Saldo devedor remanescente do parcelamento: dívida remanescente após a rescisão do parcelamento, devidamente atualizada pelos índices legais aplicáveis aos créditos inscritos em dívida ativa da União (DAU);

VI - Segurado: a União, representada neste ato pela PGFN;

VII - Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante a PGFN;

VIII - Seguro garantia judicial para execução fiscal: modalidade destinada a assegurar o pagamento de valores que o tomador necessite realizar no trâmite de processos de execução fiscal;

IX - Seguro garantia parcelamento administrativo fiscal: modalidade destinada a assegurar o pagamento do saldo devedor remanescente, decorrente da rescisão do parcelamento administrativo de dívidas inscritas em DAU;

X - Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro;

XI - Tomador: devedor de obrigações fiscais que deve prestar garantia no processo de execução fiscal ou em parcelamento administrativo.

Das condições de aceitação do seguro garantia

Art. 3º A aceitação do seguro garantia de que trata o art. 1º, prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação aplicável, fica condicionada à observância dos seguintes requisitos, que deverão estar expressos nas cláusulas da respectiva apólice:

I - no seguro garantia judicial para execução fiscal, o valor segurado deverá ser igual ao montante original do débito executado com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em DAU;

II - no seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, o valor segurado inicial deverá ser idêntico ao montante da dívida consolidada a ser parcelada, devidamente corrigida, sem considerar para esse fim eventuais descontos legais previstos na norma de parcelamento;

III - previsão de atualização do débito pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em DAU;

IV - manutenção da vigência do seguro, mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas, com base no art. 11, § 1º, da Circular nº 477 da SUSEP e em renúncia aos termos do art. 763 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil - CC) e do art. 12 do Decre-

to-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;

V - referência ao número da inscrição em dívida ativa, bem como ao número do processo judicial ou processo administrativo de parcelamento;

VI - a vigência da apólice será:

a) de, no mínimo, 2 (dois) anos no seguro garantia judicial para execução fiscal;

b) igual ao prazo de duração do parcelamento no seguro garantia parcelamento administrativo fiscal;

VII - estabelecimento das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro nos termos do art. 10 desta Portaria;

VIII - endereço da seguradora;

IX - eleição do foro da Seção Judiciária ou da Subseção Judiciária, quando houver, da Justiça Federal com jurisdição sobre a unidade da PGFN competente para a cobrança do débito inscrito em dívida ativa para dirimir questões entre a seguradora (União) e a empresa seguradora, sendo inaplicável a cláusula compromissória de arbitragem.

§ 1º No caso dos créditos previdenciários inscritos antes da Lei nº 11.457, de 2007, o valor do seguro garantia judicial para execução fiscal deverá ser igual ao montante do débito inscrito em dívida ativa, acrescido dos honorários advocatícios, tudo devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em DAU.

§ 2º Não se aplica o acréscimo de 30% ao valor garantido, constante no § 2º do art. 656 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (CPC).

§ 3º Além dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contrato de seguro garantia não poderá conter cláusula de desobrigação decorrente de atos exclusivos do tomador, da seguradora ou de ambos.

§ 4º No seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, a PGFN poderá aceitar apólices com prazo de duração inferior ao do parcelamento, sendo que até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, o tomador deverá renovar o seguro garantia ou apresentar nova garantia suficiente e idônea, sob pena de sinistro.

Art. 4º Por ocasião do oferecimento da garantia, o tomador deverá apresentar a seguinte documentação:

I - apólice do seguro garantia ou, no caso de apólice digital, cópia impressa da apólice digital recebida;

II - comprovação de registro da apólice junto à SUSEP;

III - certidão de regularidade da empresa seguradora perante a SUSEP.

§ 1º A idoneidade a que se refere o caput do art. 3º será presumida pela apresentação da certidão da SUSEP, referida no inciso III deste artigo, que ateste a regularidade da empresa seguradora.

§ 2º No caso do inciso I, deverá o procurador conferir a validade da apólice com a que se encontra registrada no sítio eletrônico da SUSEP no endereço www.susep.gov.br/servico ao cidadão/consulta de apólice seguro garantia.

Art. 5º O seguro garantia judicial para execução fiscal somente poderá ser aceito se sua apresentação ocorrer antes de depósito ou da efetivação da constrição em dinheiro, decorrente de penhora, arresto ou outra medida judicial.

Parágrafo único. Excluindo-se o depósito e a efetivação da constrição em dinheiro decorrente de penhora, arresto ou outra medida judicial, será permitida a substituição de garantias por seguro garantia judicial para execução fiscal, desde que atendidos os requisitos desta Portaria.

Art. 6º Após a aceitação do seguro garantia, sua substituição somente deverá ser demandada caso o seguro deixe de satisfazer os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Art. 7º É admissível a aceitação de seguro garantia judicial para execução fiscal em valor inferior ao montante devido.

Parágrafo único. A aceitação do seguro garantia judicial para execução fiscal nos termos do caput:

I - não permite a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa de débitos e;

II - não afasta a adoção de providências com vistas à cobrança da dívida não garantida, tais como, a inclusão ou manutenção do devedor no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) ou a complementação da garantia.

Art. 8º No caso do seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, com o fito de registrar a expectativa do sinistro, a PGFN divulgará mensalmente, em seu sítio na internet, no endereço www.pgfn.gov.br, a relação dos contribuintes com parcela em atraso.

Art. 9º O tomador que solicitar parcelamento de débitos ajuizados, garantidos por seguro garantia judicial para execução fiscal, deverá oferecer em sua substituição outra garantia, suficiente e idônea, no ato do pedido de parcelamento.

§ 1º Até a assinatura do termo de parcelamento, deverá o tomador manter vigente a apólice do seguro garantia judicial para execução fiscal.

§ 2º A suficiência e a idoneidade da garantia prestada pelo tomador deverão ser apreciadas pelo

Procurador da Fazenda responsável pelo processo de parcelamento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do oferecimento da garantia na unidade da PGFN.

§ 3º Se a norma de parcelamento não exigir apresentação de garantia ou exigir apenas a sua manutenção, a análise da suficiência e idoneidade da garantia oferecida em substituição ao seguro garantia será feita pelo Procurador da Fazenda responsável pela execução fiscal, devendo a nova garantia ser apresentada no bojo do processo de execução fiscal.

§ 4º Havendo mais de um débito a ser parcelado, a exigência do caput deste artigo será restrita aos débitos garantidos por seguro garantia judicial para execução fiscal.

§ 5º No caso do caput deste artigo, o seguro garantia parcelamento administrativo fiscal poderá substituir mais de um seguro garantia judicial para execução fiscal.

Art. 10. Fica caracterizada a ocorrência de sinistro, gerando a obrigação de pagamento de indenização pela seguradora:

I - no seguro garantia judicial para execução fiscal:

a) com o não pagamento pelo tomador do valor executado, quando determinado pelo juiz, independentemente do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação judicial em curso na qual se discuta o débito, após o recebimento dos embargos à execução ou da apelação, sem efeito suspensivo;

b) com o não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, renovar o seguro garantia ou apresentar nova garantia suficiente e idônea.

II - no seguro garantia parcelamento administrativo fiscal:

a) com a rescisão do parcelamento, motivada pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no respectivo requerimento de adesão;

b) com o não cumprimento da obrigação de até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, renovar o seguro garantia ou apresentar nova garantia suficiente e idônea.

Art. 11. Ciente da ocorrência do sinistro, a unidade da PGFN responsável reclamará à seguradora, no prazo de 30 (trinta) dias, observando os seguintes procedimentos:

I - no seguro garantia judicial para execução fiscal, deverá ser solicitada ao juízo a intimação da seguradora para pagamento da dívida executada, devidamente atualizada, em 15 (quinze) dias, sob pena de contra ela prosseguir a execução nos próprios autos, conforme o disposto no inciso II, do art. 19,

da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;

II - no seguro garantia parcelamento administrativo fiscal, deverá a seguradora ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da indenização correspondente ao valor do saldo remanescente do parcelamento, atualizado até o mês do pagamento, pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em DAU.

§ 1º No caso do inciso II, a comunicação deverá ser acompanhada, sempre que relevante para a caracterização do sinistro e para a apuração de valores de indenização, da seguinte documentação:

I - cópia do pedido de adesão ao parcelamento;

II - cópia da documentação comprobatória da rescisão do parcelamento pelo tomador;

III - demonstrativo da dívida remanescente da rescisão do parcelamento a ser paga pela seguradora.

§ 2º A seguradora poderá solicitar documentação ou informação complementar à constante do § 1º, que deverá ser prestada pela unidade da PGFN, no prazo de 15 (quinze) dias.

Disposições finais e transitórias

Art. 12. As disposições referentes ao seguro garantia judicial para execução fiscal aplicam-se aos débitos inscritos em dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) objeto de execução fiscal ajuizada pela PGFN, incluídas as contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

§ 1º No âmbito do FGTS, o seguro garantia parcelamento administrativo fiscal aplica-se apenas ao parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa originários de contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 2001, não se aplicando àqueles decorrentes do não recolhimento das contribuições previstas nos arts. 15 e 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 2º Como índice de juros e atualização monetária do valor segurado, ao longo da vigência da apólice, aplicam-se as disposições do art. 22 da Lei nº 8.036, de 1990.

Art. 13. Ao entrar em vigor, as disposições desta Portaria serão aplicadas desde logo aos seguros garantia pendentes de análise.

Parágrafo único. O seguro garantia formalizado com base na Portaria PGFN nº 1.153, de 13 de agosto de 2009, continuará por ela regido.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogada a Portaria PGFN nº 1.153, de 13 de agosto de 2009.

Contribuição previdenciária: industrialização por encomenda

A seguinte SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 56, de 20 de fevereiro de 2014 (DOU de 10 de março), dispõe acerca da contribuição previdenciária sobre a receita bruta na industrialização por encomenda:

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias
EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA.

A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) prevista nos artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, aplica-se às empresas fabricantes dos produtos classificados no capítulo 61 (vestuário e seus acessórios, de malha) da TIPI, a partir de 1º de dezembro de 2011, e às empresas fabricantes dos produtos classificados no código 52.08 e no capítulo 60 (tecidos de malha) da TIPI, a partir de 1º de agosto de 2012.

Na hipótese de a empresa se dedicar a outras ativi-

dades não abarcadas pela substituição, a receita oriunda dessas outras atividades não deve ser igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total.

Se a industrialização foi efetuada sob encomenda de terceiros, mediante a remessa de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, o executor da encomenda deverá recolher a CPRB desde que a operação resulte nos produtos discriminados no Anexo I da Lei nº 12.546, de 2011.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º a 9º; RIPI/2010, art. 9º, inc. IV; Lei nº 8.212, de 1991, art. 22; Decreto nº 7.828, art. 3º, § 7º e art. 5º, § 1º; IN RFB nº 1.436, de 2013, art. 5º e Anexo II.

Comercialização da produção rural por cooperativa

Esclarecendo dispositivos referentes a contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta decorrente da comercialização da produção rural, na sub-rogação por cooperativa, a Coordenação-Geral de Tributária da Secretaria da Receita Federal expediu a seguinte SOLUÇÃO DE CONSULTA nº 52, de 20 de fevereiro de 2014 (DOU de 10 de março):

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias
EMENTA: CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE A RECEITA BRUTA DECORRENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL. COOPERATIVA. SUB-ROGAÇÃO. GFIP

A sociedade cooperativa é responsável pela arrecadação, mediante desconto, e pelo recolhimento das contribuições do produtor rural pessoa física - contribuinte individual e do produtor rural pessoa física - segurado especial incidentes sobre a comercialização da produção, quando adquirir ou comercializar o produto rural recebido em consignação, independente-

mente dessas operações terem sido realizadas diretamente com o produtor ou com intermediário pessoa física. Nesse caso, a sociedade cooperativa também é responsável pela informação em GFIP do valor da receita da comercialização da produção auferida pelo produtor rural pessoa física - contribuinte individual e do produtor rural pessoa física - segurado especial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 971, de 2009, arts. 3º, § 5º, 57, IV, 78, V, 80, III, 166, III, 176 e 184, I, III, IV e §§ 5º e 7º. Item 6.5 do Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4.

FGTS: crédito nas contas vinculadas

Competência do depósito	Crédito em	Taxa de juros remuneratórios	Coefficiente de JAM
01/2014	10/03/2014	3% a.a.	0,003004
		4% a.a.	0,003812
		5% a.a.	0,004613
		6% a.a.	0,005407

Fonte: Edital Eletrônico da Caixa Econômica Federal

Cadastro de empreendimentos econômicos solidários

Instituído o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, na área do Ministério do Trabalho e Emprego, que tem por finalidade o reconhecimento público desses empreendimentos de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

Trata da matéria a PORTARIA nº 374, de 21 de março de 2014, assim publicada no DOU de 24 do mesmo mês:

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 7.358 de 17 de novembro de 2010 e a Portaria/GM nº 30, de 20 de março de 2006, resolve instituir o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, de acordo com as seguintes condições e procedimentos:

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1º O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

Art. 2º São objetivos do Cadastro:

I - dar reconhecimento público aos Empreendimentos Econômicos Solidários para acesso às políticas públicas;

II - favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;

III - fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais, territoriais e municipais, a fim de facilitar processos de comercialização;

IV - constituir uma base nacional de informações dos Empreendimentos Econômicos Solidários;

V - subsidiar a formulação de políticas públicas;

VI - subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à Economia Solidária.

Art. 3º O Cadastro constitui requisito obrigatório para inclusão no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, e para comprovação de formalização e acesso às políticas nacionais de Economia Solidária.

Parágrafo Único. O CADSOL estará disponível para uso de outros órgãos governamentais da União, Estados, Distrito Federal e municípios para reconhecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

CAPÍTULO II

Diretrizes do Cadastro

Art. 4º São diretrizes do Cadastro:

I - transparência dos procedimentos de cadastramento;

II - participação e controle social do processo de cadastramento;

III - racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos do cadastramento;

IV - integração e articulação dos processos, procedimentos e dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária com as demais políticas públicas de fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários;

V - razoabilidade quanto às exigências.

Art. 5º O CADSOL conterá as seguintes informações do Empreendimento Econômico Solidário:

I - identificação e endereço;

II - número de inscrição no CNPJ (quando for o caso) ou CPF do dirigente;

III - ano de início das atividades;

IV - forma de organização;

V - identificação da atividade econômica (CNAE-Ecosol);

VI - quantidade de participantes;

VII - informações sobre instâncias de participação coletiva;

VIII - informação sobre motivação para criação do EES;

IX - identificação do responsável pelas informações.

CAPÍTULO III

Dos Beneficiários e Exigências para o Cadastro

Art. 6º São aptas a requisitarem o Cadastro como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações que possuam concomitantemente as seguintes características: organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes

sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

§ 1º Para efeitos desta Portaria, os Empreendimentos Econômicos Solidários podem assumir diferentes formas societárias, ou mesmo não formalizados desde que contemplem as características do caput.

§ 2º Não serão considerados Empreendimentos Econômicos Solidários aqueles cujo objeto social seja a intermediação de mão-de-obra subordinada.

CAPÍTULO IV

Do processo de Cadastramento

Art. 7º O cadastramento dos Empreendimentos Econômicos Solidários será feito de acordo com os seguintes procedimentos:

I - o Empreendimento Econômico Solidário solicitará cadastramento por meio do preenchimento das informações previstas no Art. 6º em formulário eletrônico disponibilizado na página da SENAES/MTE (<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>), de acordo com o manual de orientações do CADSOL;

II - o formulário preenchido será de domínio público para consulta ficando facultado a qualquer entidade juridicamente formalizada ou pessoa física devidamente identificada o envio de informações aos Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou as Comissões Estaduais de Cadastro consideradas relevantes para análise do pedido;

III - os Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou as Comissões Estaduais de Cadastro realizarão a análise e definição da condição do Empreendimento Econômico Solidário no Cadastro de acordo com as informações constantes no formulário e dos critérios estabelecidos no Art. 7º;

IV - a condição de "Empreendimento Econômico Solidário Cadastrado" somente será atribuída após aprovação pelo Conselho Estadual ou Comissão Estadual de Cadastro;

V - o Empreendimento Econômico Solidário Cadastrado terá direito à emissão de documento de cadastro aprovado;

VI - as decisões dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou as Comissões Estaduais de Cadastro poderão caber recursos somente ao Conselho Nacional de Economia Solidária;

VII - o cadastro do Empreendimento Econômico Solidário terá validade de dois anos, devendo ocorrer a atualização das informações para a renovação do mesmo;

VIII - o cronograma do processo de cadastramento será estabelecido anualmente pelo Manual de Orienta-

ções do CADSOL.

Parágrafo Único. Aqueles Empreendimentos Econômicos Solidários que já estiverem validados na base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até a data desta portaria passam a ser considerados automaticamente cadastrados no Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL e sua condição de permanência do cadastro deverá ocorrer de acordo com o disposto nesta Portaria e no Manual de Orientações do CADSOL.

CAPÍTULO V

Da Gestão do CADSOL

Art. 8º A gestão do CADSOL será feita pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou Comissões Estaduais de Cadastro, Conselhos Municipais de Economia Solidária e Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 9º São atribuições do Conselho Nacional de Economia Solidária:

I - propor os objetivos, as diretrizes, a estrutura e diretrizes metodológicas e de gestão do CADSOL;

II - analisar os recursos de cadastramento;

III - avaliar os resultados e propor medidas para o aperfeiçoamento; e

IV - divulgar e promover a adesão ao CADSOL.

Parágrafo Único. Para subsidiar os trabalhos do Conselho Nacional de Economia Solidária fica constituída a Comissão Nacional do CADSOL.

Art. 10. São atribuições dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária ou Comissões Estaduais do CADSOL:

I - promover a divulgação do CADSOL;

II - acompanhar a implantação do CADSOL e propor medidas para o seu aperfeiçoamento;

III - analisar e deliberar sobre as solicitações de cadastro de acordo com esta Portaria e Manual de Orientações do CADSOL;

IV - encaminhar os recursos ao Conselho Nacional de Economia Solidária; e

V - promover a adesão ao CADSOL.

Parágrafo Único. Nas unidades da Federação onde não houver Conselho Estadual a Superintendência Regional do Trabalho e o Fórum Estadual de Economia Solidária instituirão a Comissão Estadual do CADSOL.

Art. 11. Os Conselhos Municipais de Economia Solidária desempenharão as atribuições dos Conselhos Estaduais de Economia Solidária exclusivamente nos limites municipais e encaminharão os recursos, quando for o caso, para o Conselho Estadual de Economia Solidária ou Comissão Estadual do CADSOL.

Art. 12. São atribuições da Secretaria Nacional de Economia Solidária:

I - disponibilizar o formulário eletrônico do CADSOL;

II - manter e disponibilizar sistema de gestão das informações do CADSOL;

III - realizar a análise de consistência estatística da base de informações e elaborar orientações metodológicas;

IV - elaborar anualmente, ouvido o Conselho Nacional, o Manual de Orientações do CADSOL;

V - orientar as Superintendências Regionais de Tra-

balho e Emprego; e

VI - promover a articulação do CADSOL ao Sistema Nacional de Informações (SIES), Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS) e as demais ações da política de economia solidária.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fiscalização indireta na Inspeção do Trabalho

Novas disposições que disciplinam a forma de atuação da Inspeção do Trabalho, a elaboração do planejamento da fiscalização e a avaliação de desempenho funcional dos Auditores Fiscais do Trabalho, especialmente na fiscalização indireta, constam na seguinte PORTARIA nº 287, de 27.2.2014 (DOU de 28 do mesmo mês):

O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 1º da Portaria nº 546, de 11 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º.

II - fiscalização indireta: é aquela que envolve apenas análise documental, a partir de notificações aos empregadores, por via postal, ou outro meio de comunicação, mediante a comprovação do recebimento, para apresentação de documentos ou para comprovação de cumprimento de obrigações, nas unidades descentralizadas do MTE ou através de envio ele-

trônico de informações, em data e horário definidos, e demanda para sua execução a designação de AFT, pela chefia técnica imediata ou superior, por meio de OS;" (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 7º da Portaria nº 148, de 25 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º.

IV - quando se tratar de Notificação para Apresentação de Documentos - NAD e de Notificação para Comprovação do Cumprimento de Obrigações Trabalhistas, decorrentes das modalidades de fiscalização indireta ou mista." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prorrogação consulta pública de norma regulamentadora

A seguinte PORTARIA nº 425, de 18 de março de 2014 (DOU de 19 do mesmo mês), trata da prorrogação do prazo da consulta pública do texto técnico básico de revisão do Anexo nº 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora nº 15, sobre segurança e saúde nas atividades e operações insalubres:

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, e em face do disposto nos arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e no art. 4º da Portaria MTE nº 1.127, de 02 de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo esta-

belecido na Portaria SIT nº 421, de 14 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2014, referente à consulta pública o texto técnico básico para revisão do Anexo 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Tabela única para atualização de débitos trabalhistas

ATÉ 30 DE ABRIL DE 2014 - PARA 1º DE MAIO DE 2014*

Mês/Ano	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
JAN	0,007117066	0,002745470	0,000847954	0,000258805	0,159410658	0,034711521	0,003358245	0,187860373
FEV	0,007117066	0,002745470	0,000847954	0,000222666	0,136470043	0,029792741	2,744561112	0,120338462
MAR	0,007117066	0,002745470	0,000847954	0,194706339	0,114086310	0,025256647	2,319020784	0,069648375
ABR	0,005773036	0,002024146	0,000606357	0,194920752	0,099629997	0,021771094	1,935582009	0,037786662
MAI	0,005773036	0,002024146	0,000606357	0,193412138	0,082366069	0,018252091	1,744396171	0,037786662
JUN	0,005773036	0,002024146	0,000606357	0,190741753	0,066725590	0,015496767	1,586680168	0,035857526
JUL	0,004549202	0,001563016	0,000451311	0,188349712	0,056537528	0,012964750	1,271072799	0,032713736
AGO	0,004549202	0,001563016	0,000451311	0,186134709	0,054864171	0,010452072	0,987164338	0,029527698
SET	0,004549202	0,001563016	0,000451311	0,183059312	0,051583463	0,008662417	0,762323052	0,026702566
OUT	0,003512892	0,001159499	0,000355346	0,179963932	0,048810998	0,006985257	0,561406436	0,023662000
NOV	0,003512892	0,001159499	0,000355346	0,176625707	0,044706904	0,005489397	0,407939569	0,020809076
DEZ	0,003512892	0,001159499	0,000355346	0,170999813	0,039619731	0,004325084	0,288459603	0,017840429
Mês/Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
JAN	0,014942984	0,002854155	0,000227201	0,008824243	2,308649723	1,753991396	1,600574847	1,457917761
FEV	0,012430339	0,002274590	0,000179237	0,006238859	2,261136463	1,732292698	1,588754514	1,441400750
MAR	0,011617139	0,001810835	0,000141802	0,004460789	2,219997686	1,715778331	1,578312366	1,434999218
ABR	0,010707041	0,001457178	0,000112711	0,003144723	2,170089957	1,701926353	1,568406345	1,422206471
MAI	0,009829286	0,001203484	0,000087904	0,002154362	2,097380082	1,690772328	1,558725103	1,415525192
JUN	0,009018521	0,001004493	0,000068312	0,001471157	2,031417911	1,680875334	1,548883497	1,409123544
JUL	0,008243620	0,000829817	0,000052516	2,754499988	1,974429939	1,670685821	1,538827261	1,402234366
AGO	0,007490795	0,000670884	0,040282017	2,622680100	1,917099091	1,660967500	1,528767968	1,394560102
SET	0,006691197	0,000544461	0,030210002	2,567951909	1,868435684	1,650609923	1,519242319	1,389351424
OUT	0,005729746	0,000434248	0,022440947	2,506808346	1,832890439	1,639754746	1,509470010	1,383110827
NOV	0,004783958	0,000347204	0,016436641	2,444352691	1,803067700	1,627678996	1,499642850	1,370920601
DEZ	0,003665306	0,000281616	0,012071564	2,374979539	1,777494881	1,614527058	1,476994615	1,362559934
Mês/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
JAN	1,352505409	1,279212109	1,252946471	1,224953159	1,191559230	1,138628547	1,118293298	1,087479289
FEV	1,345558291	1,276468977	1,251233533	1,221787508	1,185775020	1,137172966	1,116194852	1,084955682
MAR	1,334484737	1,273504260	1,250773248	1,220358468	1,180914376	1,136652379	1,115122104	1,084169659
ABR	1,319163966	1,270655450	1,248620626	1,218216843	1,176464985	1,134634998	1,112191480	1,081926825
MAI	1,311176281	1,269004475	1,246693238	1,215352258	1,171563165	1,133644193	1,109968213	1,081002568
JUN	1,303665861	1,265849977	1,244419684	1,212802946	1,166140611	1,131894284	1,107170394	1,078965481
JUL	1,299626622	1,263146843	1,242607961	1,210887322	1,161302625	1,129904522	1,103866521	1,076879565
AGO	1,295825964	1,261195773	1,239582141	1,207679725	1,154990601	1,127703246	1,101031365	1,074997245
SET	1,292020963	1,258647013	1,235337522	1,204690887	1,150345506	1,125446725	1,097228372	1,072384915
OUT	1,288522624	1,257341892	1,233330892	1,202340311	1,146488718	1,123505308	1,094342591	1,070756295
NOV	1,285610715	1,255689405	1,229748634	1,199021420	1,142816847	1,122621842	1,092049287	1,068752384
DEZ	1,283047187	1,254188141	1,227382241	1,195859567	1,140798083	1,120977202	1,089946780	1,067383998
Mês/Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JAN	1,065761908	1,050577793	1,033678759	1,026401512	1,019380511	1,007214293	1,004304729	1,002389933
FEV	1,063434051	1,049517780	1,031780283	1,026401512	1,018652175	1,006344811	1,004304729	1,001262511
MAR	1,062667868	1,049262809	1,031315160	1,026401512	1,018118680	1,006344811	1,004304729	1,000725122
ABR	1,060678036	1,048833836	1,029834258	1,025589245	1,016886214	1,005271181	1,004304729	1,000459000
MAI	1,059330567	1,047833155	1,029366926	1,025589245	1,016511122	1,005043037	1,004304729	1,000000000
JUN	1,057544375	1,047062517	1,028904947	1,025066461	1,014917701	1,004572896	1,004304729	-
JUL	1,056536439	1,045863957	1,028230428	1,024463053	1,013788341	1,004572896	1,004304729	-
AGO	1,054986664	1,043865997	1,027150893	1,023285251	1,012543924	1,004428259	1,004094873	-
SET	1,053442317	1,042225534	1,026948584	1,022355930	1,010446238	1,004304729	1,004094873	-
OUT	1,053071636	1,040176387	1,026948584	1,021638739	1,009433776	1,004304729	1,004015556	-
NOV	1,051870400	1,037576221	1,026948584	1,021156753	1,008808315	1,004304729	1,003092711	-
DEZ	1,051250162	1,035900135	1,026948584	1,020813760	1,008158053	1,004304729	1,002885114	-

*TR prefixada de 1º abril/2014 a 1º maio/2014 (Banco Central) = 0,04590%

A tabela completa encontra-se no site do TST (www.tst.jus.br), nos sites dos TRTs de todas as regiões, e em nosso site (www.mensariofiscal.com.br).

Fatores de atualização da Previdência Social

Fixados os fatores de atualização das contribuições previdenciárias para cálculo de pecúlio, apuração do salário-de-benefício e benefícios pagos com atraso, referentes ao mês de março, pela PORTARIA nº 101, de 13 de março de 2014 (DOU de 14 do mesmo mês):

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de março de 2014, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000537 - Taxa Referencial -TR do mês de fevereiro de 2014;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003839 - Taxa Referencial -TR do mês de fevereiro de 2014 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000537 - Taxa Referencial -TR do mês de fevereiro de 2014; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,006400.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição

para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de março, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,006400.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio <http://www.previdencia.gov.br>, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tabela de atualização monetária dos salários-de -contribuição para apuração do salário-de-benefício (Art.33, Decreto No 3.048/99) MARÇO/2014 - (Portaria Nº 101, de 13.03.2014)

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
jul/94	6.069397
ago/94	5.721528
set/94	5.425306
out/94	5.344603
nov/94	5.247008
dez/94	5.080864
jan/95	4.971978
fev/95	4.890310
mar/95	4.842370
abr/95	4.775042
mai/95	4.685088
jun/95	4.567698
jul/95	4.486052
ago/95	4.378345
set/95	4.334137
out/95	4.284014
nov/95	4.248666
dez/95	4.162019
jan/96	4.094461
fev/96	4.035542
mar/96	4.007091
abr/96	3.995504
mai/96	3.967720
jun/96	3.902174
jul/96	3.855141
ago/96	3.813573
set/96	3.813421
out/96	3.808470
nov/96	3.800109
dez/96	3.789499
jan/97	3.756442
fev/97	3.698013
mar/97	3.682547

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
abr/97	3.640319
mai/97	3.618967
jun/97	3.608143
jul/97	3.583061
ago/97	3.579839
set/97	3.579839
out/97	3.558842
nov/97	3.546783
dez/97	3.517587
jan/98	3.493482
fev/98	3.463008
mar/98	3.462315
abr/98	3.454370
mai/98	3.454370
jun/98	3.446443
jul/98	3.436820
ago/98	3.436820
set/98	3.436820
out/98	3.436820
nov/98	3.436820
dez/98	3.436820
jan/99	3.403466
fev/99	3.364771
mar/99	3.221727
abr/99	3.159175
mai/99	3.158228
jun/99	3.158228
jul/99	3.126339
ago/99	3.077408
set/99	3.033424
out/99	2.989478
nov/99	2.934025
dez/99	2.861626

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
jan/00	2.826856
fev/00	2.798313
mar/00	2.793006
abr/00	2.787988
mai/00	2.784368
jun/00	2.765837
jul/00	2.740352
ago/00	2.679789
set/00	2.631888
out/00	2.613853
nov/00	2.604217
dez/00	2.594100
jan/01	2.574534
fev/01	2.561980
mar/01	2.553299
abr/01	2.533034
mai/01	2.504731
jun/01	2.493758
jul/01	2.457873
ago/01	2.418691
set/01	2.397117
out/01	2.388042
nov/01	2.353910
dez/01	2.336156
jan/02	2.331958
fev/02	2.327536
mar/02	2.323354
abr/02	2.320801
mai/02	2.304668
jun/02	2.279367
jul/02	2.240384
ago/02	2.195379
set/02	2.144763

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
out/02	2.089597
nov/02	2.005179
dez/02	1.894538
jan/03	1.844731
fev/03	1.805550
mar/03	1.777291
abr/03	1.748270
mai/03	1.741131
jun/03	1.752876
jul/03	1.765232
ago/03	1.768770
set/03	1.757871
out/03	1.739605
nov/03	1.731984
dez/03	1.723711
jan/04	1.713430
fev/04	1.699831
mar/04	1.693228
abr/04	1.683631
mai/04	1.676756
jun/04	1.670076
jul/04	1.661767
ago/04	1.649724
set/04	1.641517
out/04	1.638731
nov/04	1.635950
dez/04	1.628783
jan/05	1.614895
fev/05	1.605742
mar/05	1.598708
abr/05	1.587122
mai/05	1.572809
jun/05	1.561876

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
jul/05	1.563596	set/07	1.449832	nov/09	1.290059	jan/12	1.135335
ago/05	1.563127	out/07	1.446216	dez/09	1.285304	fev/12	1.129574
set/05	1.563727	nov/07	1.441891	jan/10	1.282226	mar/12	1.125186
out/05	1.560786	dez/07	1.435717	fev/10	1.271041	abr/12	1.123164
nov/05	1.551786	jan/08	1.421924	mar/10	1.262206	mai/12	1.116021
dez/05	1.543451	fev/08	1.412180	abr/10	1.253307	jun/12	1.09917
jan/06	1.537302	mar/08	1.405015	mai/10	1.244224	jul/12	1.07039
fev/06	1.531482	abr/08	1.397886	jun/10	1.238897	ago/12	1.02299
mar/06	1.527968	mai/08	1.388996	jul/10	1.240261	set/12	1.097361
abr/06	1.523853	jun/08	1.375788	ago/10	1.241130	out/12	1.090490
mai/06	1.522027	jul/08	1.363382	set/10	1.242000	nov/12	1.082803
jun/06	1.520051	ago/08	1.355520	out/10	1.235329	dez/12	1.076987
jul/06	1.521116	set/08	1.352679	nov/10	1.224067	jan/13	1.069076
ago/06	1.519444	out/08	1.350653	dez/10	1.211588	fev/13	1.059330
set/06	1.519748	nov/08	1.343933	jan/11	1.204362	mar/13	1.053850
out/06	1.517321	dez/08	1.338846	fev/11	1.193146	abr/13	1.047564
nov/06	1.510824	jan/09	1.334974	mar/11	1.186738	mai/13	1.041420
dez/06	1.504505	fev/09	1.326485	abr/11	1.178957	jun/13	1.037788
jan/07	1.495235	mar/09	1.322385	mai/11	1.170529	jul/13	1.034890
fev/07	1.487944	abr/09	1.319746	jun/11	1.163895	ago/13	1.036237
mar/07	1.481720	mai/09	1.312527	jul/11	1.161340	set/13	1.034582
abr/07	1.475229	jun/09	1.304999	ago/11	1.161340	out/13	1.02796
mai/07	1.471404	jul/09	1.299242	set/11	1.156483	nov/13	1.025540
jun/07	1.467588	ago/09	1.296261	out/11	1.151302	dez/13	1.020032
jul/07	1.463053	set/09	1.295224	nov/11	1.147629	jan/14	1.012740
ago/07	1.458386	out/09	1.293155	dez/11	1.141125	fev/14	1.006400

Tabela de atualização monetária das parcelas relativas a benefícios pagos com atraso (Art. 175, Decreto nº 3.048/99)

MARÇO/2014 - (Portaria nº 101, de 13.3.2014)

MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)	MÊS	FATOR SIMPLIFICADO (MULTIPLICAR)
jul/94	6.067582	jun/99	3.157283	mai/04	1.676756	abr/09	1.319746
ago/94	5.719817	jul/99	3.125404	jun/04	1.670076	mai/09	1.312527
set/94	5.423684	ago/99	3.076488	jul/04	1.661767	jun/09	1.304699
out/94	5.343005	set/99	3.032517	ago/04	1.649724	jul/09	1.299242
nov/94	5.245440	out/99	2.988584	set/04	1.641517	ago/09	1.296261
dez/94	5.079345	nov/99	2.933148	out/04	1.638731	set/09	1.295224
jan/95	4.970491	dez/99	2.860770	nov/04	1.635950	out/09	1.293155
fev/95	4.888847	jan/00	2.826011	dez/04	1.628783	nov/09	1.290059
mar/95	4.840922	fev/00	2.797476	jan/05	1.614895	dez/09	1.285304
abr/95	4.773614	mar/00	2.792171	fev/05	1.605742	jan/10	1.282226
mai/95	4.683688	abr/00	2.787154	mar/05	1.598708	fev/10	1.271041
jun/95	4.566333	mai/00	2.783536	abr/05	1.587122	mar/10	1.262206
jul/95	4.484711	jun/00	2.765010	mai/05	1.572809	abr/10	1.253307
ago/95	4.377036	jul/00	2.739532	jun/05	1.561876	mai/10	1.244224
set/95	4.332841	ago/00	2.678987	jul/05	1.563596	jun/10	1.238897
out/95	4.282733	set/00	2.631101	ago/05	1.563127	jul/10	1.240261
nov/95	4.223693	out/00	2.613071	set/05	1.551727	ago/10	1.241130
dez/95	4.160775	nov/00	2.603438	out/05	1.557886	set/10	1.242000
jan/96	4.093236	dez/00	2.593324	nov/05	1.551786	out/10	1.235329
fev/96	4.034335	jan/01	2.573764	dez/05	1.543451	nov/10	1.224067
mar/96	4.005893	fev/01	2.561214	jan/06	1.537302	dez/10	1.211588
abr/96	3.994310	mar/01	2.552535	fev/06	1.531482	jan/11	1.204362
mai/96	3.966544	abr/01	2.532277	mar/06	1.527968	fev/11	1.193146
jun/96	3.901007	mai/01	2.503982	abr/06	1.523853	mar/11	1.186738
jul/96	3.853988	jun/01	2.493013	mai/06	1.522027	abr/11	1.178957
ago/96	3.812433	jul/01	2.457139	jun/06	1.520051	mai/11	1.170529
set/96	3.812280	ago/01	2.417967	jul/06	1.521116	jun/11	1.163895
out/96	3.807331	set/01	2.396400	ago/06	1.519444	jul/11	1.161340
nov/96	3.798973	out/01	2.387328	set/06	1.519748	ago/11	1.161340
dez/96	3.788366	nov/01	2.353207	out/06	1.517321	set/11	1.156483
jan/97	3.755319	dez/01	2.335457	nov/06	1.510824	out/11	1.151302
fev/97	3.696908	jan/02	2.331261	dez/06	1.504505	nov/11	1.147629
mar/97	3.681446	fev/02	2.326840	jan/07	1.495235	dez/11	1.141125
abr/97	3.639231	mar/02	2.322659	fev/07	1.487944	jan/12	1.129574
mai/97	3.617885	abr/02	2.320107	mar/07	1.481720	fev/12	1.125186
jun/97	3.607064	mai/02	2.309979	abr/07	1.475229	mar/12	1.123164
jul/97	3.581990	jun/02	2.278686	mai/07	1.471404	abr/12	1.123164
ago/97	3.578769	jul/02	2.239715	jun/07	1.467588	mai/12	1.16021
set/97	3.578769	ago/02	2.194723	jul/07	1.463053	jun/12	1.09917
out/97	3.557778	set/02	2.144122	ago/07	1.458386	jul/12	1.07039
nov/97	3.545723	out/02	2.088973	set/07	1.449832	ago/12	1.02299
dez/97	3.516536	nov/02	2.004580	out/07	1.446216	set/12	1.097361
jan/98	3.492438	dez/02	1.893972	nov/07	1.441891	out/12	1.090490
fev/98	3.461972	jan/03	1.844179	dez/07	1.435717	nov/12	1.082803
mar/98	3.461280	fev/03	1.805010	jan/08	1.421924	dez/12	1.076987
abr/98	3.453337	mar/03	1.776760	fev/08	1.412180	jan/13	1.069076
mai/98	3.453337	abr/03	1.747747	mar/08	1.405015	fev/13	1.059330
jun/98	3.445413	mai/03	1.740611	abr/08	1.397886	mar/13	1.053850
jul/98	3.435793	jun/03	1.752351	mai/08	1.388996	abr/13	1.047564
ago/98	3.435793	jul/03	1.764704	jun/08	1.375788	mai/13	1.041420
set/98	3.435793	ago/03	1.768241	jul/08	1.363382	jun/13	1.037788
out/98	3.435793	set/03	1.757345	ago/08	1.355520	jul/13	1.034890
nov/98	3.435793	out/03	1.739085	set/08	1.352679	ago/13	1.036237
dez/98	3.435793	nov/03	1.731466	out/08	1.350653	set/13	1.034582
jan/99	3.402449	dez/03	1.723195	nov/08	1.343933	out/13	1.031796
fev/99	3.363765	jan/04	1.713940	dez/08	1.338846	nov/13	1.025540
mar/99	3.220764	fev/04	1.699831	jan/09	1.334974	dez/13	1.020032
abr/99	3.158231	mar/04	1.693228	fev/09	1.326485	jan/14	1.012740
mai/99	3.157283	abr/04	1.683631	mar/09	1.322385	fev/14	1.006400

Taxas referencial e básica financeira

Período	TR (%)	TBF (%)	Comunicado nº
01.04.2014 a 01.05.2014	0,0459	0,7362	25.553
31.03.2014 a 01.05.2014	0,0489	0,7993	25.549
30.03.2014 a 30.04.2014	0,0265	0,7667	25.549
29.03.2014 a 29.04.2014	0,0000	0,7282	25.549
28.03.2014 a 28.04.2014	0,0036	0,7336	25.539
27.03.2014 a 27.04.2014	0,0553	0,7557	25.526
26.03.2014 a 26.04.2014	0,0652	0,8157	25.518
25.03.2014 a 25.04.2014	0,0825	0,7931	25.511
24.03.2014 a 24.04.2014	0,0691	0,8296	25.498
23.03.2014 a 23.04.2014	0,0347	0,7750	25.498
22.03.2014 a 22.04.2014	0,0061	0,7361	25.498
21.03.2014 a 21.04.2014	0,0200	0,7601	25.491
20.03.2014 a 20.04.2014	0,0852	0,7858	25.481
19.03.2014 a 19.04.2014	0,0852	0,8458	25.471
18.03.2014 a 18.04.2014	0,1394	0,8704	25.461
17.03.2014 a 17.04.2014	0,1205	0,8414	25.451
16.03.2014 a 16.04.2014	0,1102	0,8210	25.451
15.03.2014 a 15.04.2014	0,0829	0,7835	25.451
14.03.2014 a 14.04.2014	0,0487	0,7991	25.439
13.03.2014 a 13.04.2014	0,0999	0,8907	25.432
12.03.2014 a 12.04.2014	0,1141	0,8950	25.423
11.03.2014 a 11.04.2014	0,1303	0,8512	25.413
10.03.2014 a 10.04.2014	0,1070	0,8878	25.405
09.03.2014 a 09.04.2014	0,0817	0,8423	25.405
08.03.2014 a 08.04.2014	0,0534	0,8038	25.405
07.03.2014 a 07.04.2014	0,0868	0,7974	25.398
06.03.2014 a 06.04.2014	0,0775	0,8381	25.392
05.03.2014 a 05.04.2014	0,1158	0,8366	25.374
04.03.2014 a 04.04.2014	0,1080	0,8188	25.374
03.03.2014 a 03.04.2014	0,0809	0,7815	25.374
02.03.2014 a 02.04.2014	0,0537	0,7441	25.374
01.03.2014 a 01.04.2014	0,0266	0,7068	25.374
01.03.2014 a 31.03.2014	0,0000	0,6695	25.374
01.03.2014 a 30.03.2014	0,0000	0,6695	25.374
01.03.2014 a 29.03.2014	0,0000	0,6695	25.374

Fonte: Banco Central do Brasil

Juros sobre parcelas do Refis

Mês de vencimento	Percentual devido (%)	Mês de vencimento	Percentual devido (%)	Mês de vencimento	Percentual devido (%)	Mês de vencimento	Percentual devido (%)	Mês de vencimento	Percentual devido (%)
Fevereiro 2000	110,2288	Dezembro	82,1040	Outubro	52,6664	Agosto	32,6250	Junho	15,4170
Março	109,1288	Janeiro 2003	81,1873	Novembro	51,8539	Setembro	32,1042	Julho	14,9170
Abril	108,3121	Fevereiro	80,2706	Dezembro	51,0414	Outubro	31,5834	Agosto	14,4170
Maio	107,3955	Março	79,3539	Janeiro 2006	50,2914	Novembro	31,0626	Setembro	13,9170
Junho	106,4788	Abril	78,4372	Fevereiro	49,5414	Dezembro	30,5418	Outubro	13,4170
Julho	105,6246	Maio	77,5205	Março	48,7914	Janeiro 2009	30,0210	Novembro	12,9170
Agosto	104,7705	Junho	76,6038	Abril	48,1122	Fevereiro	29,5002	Dezembro	12,4170
Setembro	103,9163	Julho	75,6872	Maio	47,4330	Março	28,9794	Janeiro 2012	11,9170
Outubro	103,1038	Agosto	74,7705	Junho	46,7538	Abril	28,4586	Fevereiro	11,4170
Novembro	102,2913	Setembro	73,8539	Julho	46,1288	Maio	27,9378	Março	10,9170
Dezembro	101,4788	Outubro	72,9372	Agosto	45,5038	Junho	27,4170	Abril	10,4170
Janeiro 2001	100,7080	Novembro	72,0205	Setembro	44,8788	Julho	26,9170	Maio	9,9170
Fevereiro	99,9371	Dezembro	70,6038	Outubro	44,3080	Agosto	26,4170	Junho	9,4170
Março	99,1663	Janeiro 2004	69,7705	Novembro	43,7372	Setembro	25,9170	Julho	8,9587
Abril	98,3954	Fevereiro	68,9372	Dezembro	43,1664	Outubro	25,4170	Agosto	8,5004
Maio	97,6246	Março	68,1039	Janeiro 2007	42,6247	Novembro	24,9170	Setembro	8,0421
Junho	96,8538	Abril	67,2914	Fevereiro	42,0830	Dezembro	24,4170	Outubro	7,5838
Julho	96,0621	Maio	66,4789	Março	41,5413	Janeiro 2010	23,9170	Novembro	7,1255
Agosto	95,2704	Junho	65,6664	Abril	40,9996	Fevereiro	23,4170	Dezembro	6,6672
Setembro	94,4787	Julho	64,8539	Maio	40,4579	Março	22,9170	Janeiro 2013	6,2505
Outubro	93,6454	Agosto	64,0414	Junho	39,9162	Abril	22,4170	Fevereiro	5,8338
Novembro	92,8121	Setembro	63,2289	Julho	39,3954	Maio	21,9170	Março	5,4171
Dezembro	91,9788	Outubro	62,4164	Agosto	38,8746	Junho	21,4170	Abril	5,0004
Janeiro 2002	91,1455	Novembro	61,6039	Setembro	38,3538	Julho	20,9170	Maio	4,5837
Fevereiro	90,3122	Dezembro	60,7914	Outubro	37,8330	Agosto	20,4170	Junho	4,1703
Março	89,4789	Janeiro 2005	59,9789	Novembro	37,3122	Setembro	19,9170	Julho	3,7503
Abril	88,6872	Fevereiro	59,1664	Dezembro	36,7914	Outubro	19,4170	Agosto	3,3336
Maio	87,8955	Março	58,3539	Janeiro 2008	36,2706	Novembro	18,9170	Setembro	2,9169
Junho	87,1038	Abril	57,5414	Fevereiro	35,7498	Dezembro	18,4170	Outubro	2,5002
Julho	86,2705	Maio	56,7289	Março	35,2290	Janeiro 2011	17,9170	Novembro	2,0835
Agosto	85,4372	Junho	55,9164	Abril	34,7082	Fevereiro	17,4170	Dezembro	1,6668
Setembro	84,6039	Julho	55,1039	Maio	34,1874	Março	16,9170	Janeiro 2014	1,2501
Outubro	83,7706	Agosto	54,2914	Junho	33,6666	Abril	16,4170	Fevereiro	0,8334
Novembro	82,9373	Setembro	53,4789	Julho	33,1458	Maio	15,9170	Março	0,4167

Fonte: Receita Federal

Acréscimos sobre contribuições previdenciárias em atraso

Competência	Coef. UFIR	Juros (%)	Competência	Juros (%)	Competência	Juros (%)	Competência	Juros (%)	Competência	Juros (%)
Jan/1994	0,00382673	296,88	Jan/1998	235,73	Jan/2002	156,88	Jan/2006	85,56	Jan/2010	38,66
Fev/1994	0,002733928	295,88	Fev/1998	233,53	Fev/2002	155,51	Fev/2006	84,14	Fev/2010	37,30
Mar/1994	0,00190716	294,88	Mar/1998	231,82	Mar/2002	154,03	Mar/2006	83,06	Mar/2010	36,48
Abr/1994	0,00135020	293,88	Abr/1998	230,19	Abr/2002	152,62	Abr/2006	81,78	Abr/2010	35,69
Mai/1994	0,00093628	292,88	Mai/1998	228,59	Mai/2002	151,29	Mai/2006	80,60	Mai/2010	34,83
Jun/1994	0,00064727	291,88	Jun/1998	226,99	Jun/2002	149,75	Jun/2006	79,43	Jun/2010	34,04
Jul/1994	0,000476112	290,88	Jul/1998	225,41	Jul/2002	148,31	Jul/2006	78,17	Jul/2010	33,24
Ago/1994	0,00034852	289,88	Ago/1998	223,92	Ago/2002	146,93	Ago/2006	77,11	Ago/2010	32,49
Set/1994	0,00025886	288,88	Set/1998	219,98	Set/2002	145,28	Set/2006	76,02	Set/2010	31,74
Out/1994	0,00019384	287,88	Out/1998	217,35	Out/2002	143,74	Out/2006	75,00	Out/2010	31,04
Nov/1994	0,0001510352	286,88	Nov/1998	214,95	Nov/2002	142,00	Nov/2006	74,00	Nov/2010	30,34
Dez/1994	0,000114775972	285,88	Dez/1998	212,77	Dez/2002	140,03	Dez/2006	72,92	Dez/2010	29,68
Jan/1995	-	322,43	Jan/1999	210,39	Jan/2003	138,20	Jan/2007	71,92	Jan/2011	28,84
Fev/1995	-	319,83	Fev/1999	207,06	Fev/2003	136,42	Fev/2007	70,87	Fev/2011	27,92
Mar/1995	-	315,57	Mar/1999	204,71	Mar/2003	134,55	Mar/2007	69,87	Mar/2011	27,08
Abr/1995	-	311,32	Abr/1999	202,69	Abr/2003	132,58	Abr/2007	68,84	Abr/2011	26,09
Mai/1995	-	307,28	Mai/1999	201,02	Mai/2003	130,72	Mai/2007	67,84	Mai/2011	25,13
Jun/1995	-	303,26	Jun/1999	199,36	Jun/2003	128,64	Jun/2007	66,84	Jun/2011	24,16
Jul/1995	-	299,42	Jul/1999	197,79	Jul/2003	126,87	Jul/2007	65,84	Jul/2011	23,09
Ago/1995	-	296,10	Ago/1999	196,30	Ago/2003	125,19	Ago/2007	64,84	Ago/2011	22,15
Set/1995	-	293,01	Set/1999	194,92	Set/2003	123,55	Set/2007	63,91	Set/2011	21,17
Out/1995	-	290,13	Out/1999	193,53	Out/2003	122,11	Out/2007	63,07	Out/2011	20,14
Nov/1995	-	287,35	Nov/1999	191,93	Nov/2003	120,84	Nov/2007	62,23	Nov/2011	19,18
Dez/1995	-	284,77	Dez/1999	190,47	Dez/2003	119,57	Dez/2007	61,30	Dez/2011	18,61
Jan/1996	-	282,42	Jan/2000	189,02	Jan/2004	118,49	Jan/2008	60,50	Jan/2012	17,86
Fev/1996	-	280,20	Fev/2000	187,57	Fev/2004	117,11	Fev/2008	59,66	Fev/2012	17,04
Mar/1996	-	278,13	Mar/2000	186,27	Mar/2004	115,93	Mar/2008	58,76	Mar/2012	16,33
Abr/1996	-	276,12	Abr/2000	184,78	Abr/2004	114,70	Abr/2008	57,88	Abr/2012	15,59
Mai/1996	-	274,14	Mai/2000	183,39	Mai/2004	113,47	Mai/2008	56,92	Mai/2012	14,95
Jun/1996	-	272,21	Jun/2000	182,08	Jun/2004	112,18	Jun/2008	55,85	Jun/2012	14,27
Jul/1996	-	270,24	Jul/2000	180,67	Jul/2004	110,89	Jul/2008	54,83	Jul/2012	13,58
Ago/1996	-	268,34	Ago/2000	179,45	Ago/2004	109,64	Ago/2008	53,73	Ago/2012	12,94
Set/1996	-	266,48	Set/2000	178,16	Set/2004	108,43	Set/2008	52,55	Set/2012	12,38
Out/1996	-	264,68	Out/2000	176,94	Out/2004	107,18	Out/2008	51,53	Out/2012	11,86
Nov/1996	-	262,88	Nov/2000	175,74	Nov/2004	105,70	Nov/2008	50,41	Nov/2012	11,33
Dez/1996	-	261,15	Dez/2000	174,47	Dez/2004	104,32	Dez/2008	49,36	Dez/2012	10,79
Jan/1997	-	259,48	Jan/2001	173,45	Jan/2005	103,10	Jan/2009	48,30	Jan/2013	10,24
Fev/1997	-	257,84	Fev/2001	172,19	Fev/2005	101,57	Fev/2009	47,50	Fev/2013	9,69
Mar/1997	-	256,18	Mar/2001	171,00	Mar/2005	100,16	Mar/2009	46,53	Mar/2013	9,08
Abr/1997	-	254,60	Abr/2001	169,66	Abr/2005	98,66	Abr/2009	45,69	Abr/2013	8,48
Mai/1997	-	252,99	Mai/2001	168,39	Mai/2005	97,07	Mai/2009	44,92	Mai/2013	7,87
Jun/1997	-	251,39	Jun/2001	166,89	Jun/2005	95,56	Jun/2009	44,16	Jun/2013	7,15
Jul/1997	-	249,80	Jul/2001	165,29	Jul/2005	93,90	Jul/2009	43,37	Jul/2013	6,44
Ago/1997	-	248,21	Ago/2001	163,97	Ago/2005	92,40	Ago/2009	42,68	Ago/2013	5,73
Set/1997	-	246,54	Set/2001	162,44	Set/2005	90,99	Set/2009	41,99	Set/2013	5,02
Out/1997	-	243,50	Out/2001	161,05	Out/2005	89,61	Out/2009	41,30	Out/2013	4,31
Nov/1997	-	240,53	Nov/2001	159,66	Nov/2005	88,14	Nov/2009	40,64	Nov/2013	3,60
Dez/1997	-	237,86	Dez/2001	158,13	Dez/2005	86,71	Dez/2009	39,91	Dez/2013	2,96

Fonte: Ministério da Previdência Social

PARA CALCULAR O VALOR DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS, PROCEDER DA SEGUINTES FORMAS:

VALOR ATUALIZADO = (valor originário da contribuição X coeficiente correspondente ao mês/ano da competência) X 0,9108 (UFIR vigente em 01/01/1997 - Lei nº 10.522/2002).

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA = valor atualizado - valor convertido em reais.

JUROS = valor atualizado X juros correspondentes ao mês/ano da competência.

Atenção: os juros da tabela devem ser aplicados sobre os meses de competência em atraso.

MULTA: Até ago/89 = valor atualizado X 50%. De set/89 a jul/91 = valor atualizado X 10%. De ago/91 a nov/91 = valor atualizado X 40%. De dez/91 a mar/97 = valor atualizado X 10%.

De abr/97 a nov/2008 = 4% no mês do vencimento, 7% no mês seguinte ao vencimento e 10% a partir do 2º mês seguinte ao vencimento (cobrados em dobro, se os débitos não forem informados na GFIP).

De dez/2008 em diante, multa de 0,33% por dia de atraso, até 20%.

Assinatura do Mensário Fiscal

- **VERSÃO IMPRESSA:** Revista mensal com as principais matérias publicadas no mês.
- **VERSÃO ON-LINE:** Acesso ilimitado ao site www.mensariofiscal.com.br atualizado diariamente.
- **BOLETIM INFORMATIVO SEMANAL:** Enviado por email com as últimas e mais relevantes alterações publicadas nos órgãos oficiais.
- **SUPOORTE TÉCNICO:** Por email, site (link fale conosco) ou fone.

Assinaturas

Assinatura Anual.....R\$ 824,00

Assinatura Semestral..R\$ 424,00

À vista com 12% de Desconto.

Faça seu pedido de assinatura através do site.

www.mensariofiscal.com.br

Mensário Fiscal

Publicação mensal especializada em assuntos fiscais

Fundada em 16 de junho de 1957

Reg. DNPI nº 006016545

PROPRIEDADE:

**EMPRESA JORNALÍSTICA
MENSÁRIO FISCAL LTDA.**

FUNDADOR:

FELISBERTO CLÁUDIO

SÓCIAS GERENTES:

IONE DE A. CLÁUDIO

YARA DE A. CLÁUDIO

RESPONSABILIDADE

JORNALÍSTICA:

IONE DE A. CLÁUDIO

YARA DE A. CLÁUDIO

Redação e Administração:

Rua Félix da Cunha nº 333

CEP 90570-001 - P. Alegre - RS

Telefone: (51) 3222.3646

Fax: (51) 3346.2507

E-mail: mensario@mensariofiscal.com.br

www.mensariofiscal.com.br

Produção Gráfica:

Dolika Afa Artes Gráficas Ltda.

Av. Cairu, 494 - Porto Alegre/RS

Assinaturas:

Semestral	R\$ 424,00
Anual	R\$ 824,00

Títulos da Dívida Agrária

Declarado o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária para o mês de abril, de acordo com a seguinte PORTARIA nº 153, de 1.4.2014 (DOU de 2 do mesmo mês):

O Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 475, de 30 de outubro de 2007 e o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto na Portaria MEFP nº 547, de 23 de julho de 1992, na Medida Provisó-

ria nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, e na Portaria nº 91, de 24 de abril de 1992, do Ministro de Estado da Agricultura e da Reforma Agrária, resolve:

Art. 1º Declarar o valor nominal reajustado dos Títulos da Dívida Agrária, a partir de janeiro de 1989, para o mês de abril de 2014:

Valor de Referência Base maio/92 Cruzeiros	Valor Nominal Reajustado Reais
79.297,75	94,01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Declarações na Receita Federal em Abril

<i>Data de Apresentação</i>	<i>Declarações, Demonstrativos e Documentos</i>	<i>Período de Apuração</i>
	<i>De interesse principal das pessoas jurídicas</i>	
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º a 31/março/2014
10	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	1º a 31/março/2014
14	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita. - Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins - Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda. - Contribuição Previdenciária sobre a Receita - Pessoas Jurídicas que desenvolvam as atividades relacionadas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011. (Consulte a Instrução Normativa nº 1.252, de 1º de março de 2012)	Fevereiro/2014
23	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - Mensal	Fevereiro/2014
	<i>De interesse principal das pessoas físicas</i>	
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º a 31/março/2014
30	DIRPF - Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física	Ano-calendário de 2013
30	Declaração Inicial e Intermediária de Espólio	Ano-calendário de 2013
30	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Março/2014

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

Fonte: Agenda Tributária da Receita Federal (ver matéria completa em nosso site)

OBRIGAÇÕES DO MÊS

Previdência Social e Trabalho

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – Empresas em geral:

até o **dia 17** deste mês, recolhimento da contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, nas seguintes alíquotas:

- **20%** sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços.

- **20%** sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês pelos serviços prestados sem vínculo empregatício, por segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos. No caso de frete, carroto ou transporte de passageiros e cargas efetuados por profissional autônomo, a contribuição de 20% incide sobre 20% do valor pago no mês. E recolhimento do valor retido do contribuinte individual a seu serviço (11% da sua remuneração).

- **15%** do valor da nota fiscal ou fatura na prestação de serviços por cooperados (cooperativas de trabalho).

- **1%, 2% ou 3%**, conforme o grau de risco, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas no mês aos segurados empregados e avulsos, para o financiamento das prestações por acidente de trabalho. Ver tabela no MF 599, páginas 42 a 67.

Sobre a receita bruta – Até o **dia 17** recolhimento da contribuição previdenciária relativa a março, sobre receita bruta (código DARF 2985 - Art. 7º, Lei nº 12.546) e (código DARF 2991 - Art. 8º, Lei nº 12.546).

Contribuição relativa ao desconto dos empregados:

A partir de 1º de janeiro de 2014 (ver MF 639, pág. 40)

SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA (%)
Até 1.317,07	8
De 1.317,08 a 2.195,12	9
De 2.195,13 até 4.390,24	11

As empresas com empregados sujeitos à **aposentadoria especial**, devem recolher com a contribuição patronal, um adicional de 12%, 9% ou 6% dependendo do risco ambiental do trabalho. Cooperativas também estão sujeitas ao adicional para aposentadoria especial.

E empresas contratantes de serviços mediante cessão de mão-de-obra (inclusive em regime de trabalho temporário) - até o **dia 17** deste mês, recolher, **em nome da empresa cedente da mão-de-obra**, os 11% retidos do valor bruto do documento (e adicional rela-

tivo à aposentadoria especial).

Rurais: até o **dia 17** deste mês, recolhimento da contribuição do produtor rural pessoa física, do segurado especial e do empregador rural pessoa jurídica, sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção.

Contribuintes Individuais: Recolhimento, até o **dia 15** deste mês, da contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativos, à alíquota de 20% sobre o total da remuneração auferida no mês ou 11% sobre o limite mínimo do salário de contribuição, se optou pela exclusão do direito à aposentadoria por tempo de contribuição. Contribuinte individual que presta serviço a uma ou mais empresas será descontado 11% do total da remuneração para recolhimento ao INSS, na GPS da empresa.

Domésticos: Até o **dia 15** deste mês, pagamento da contribuição do empregado doméstico (12% do empregador + 8%, 9% ou 11%, conforme o salário-de-contribuição do empregado).

Atenção: É vedada a utilização de GPS, de valor **inferior a R\$ 10,00**. Se no período de apuração resultar valor inferior a esse limite, adicioná-lo à contribuição de períodos subsequentes até atingir o limite (IN RFB nº 1.238)

Se não houver expediente bancário nas datas de vencimento das **contribuições de individuais e domésticos**, o prazo de recolhimento fica prorrogado para o **1º dia útil posterior**.

DEPÓSITO DO FGTS – Recolhimento na agência bancária, até o **dia 7** de cada mês (ou dia útil anterior), na GFIP – meio magnético, da importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida a cada empregado no mês anterior.

ADMISSÃO E DISPENSA DE EMPREGADOS – As empresas que dispensarem ou admitirem empregados devem fazer a respectiva comunicação até o **dia 7** do mês subsequente (ou dia útil anterior), mediante entrega por meio eletrônico do CAGED.

COPIA DAS GPS AOS SINDICATOS – Encaminhamento pelas empresas ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre seus empregados, até o **dia 10** de cada mês, cópia da Guia da Previdência Social relativa à competência anterior.

CADASTRAMENTO NO PIS – Os empregados admitidos devem ser cadastrados no Programa de Integração Social.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS - Recolhimento neste mês da contribuição sindical de 2014.

CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À COFINS

Discriminação	Alíquota	Código	Prazo de recolhimento
Faturamento mensal	3%	2172	Até o 25º dia do mês subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador (Ver Lei nº 11.933)
COFINS não-cumulativa (lucro real)	7,6%	5856	Até o 20º dia do mês subsequente (Lei nº 11.933)
Entidades financeiras e equiparadas	4%	7987	Art. 13 da Lei nº 10.865 (MF 522, página 65)
COFINS - Importação	7,6%	5629	
COFINS - Importação de Serviços	7,6%	5442	

CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP

Discriminação	Alíquota	Código	Prazo de recolhimento
Faturamento mensal	0,65%	8109	Até o 25º dia do mês subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador (Ver Lei nº 11.933, no MF 582 pág. 20)
Pessoas jurídicas de direito público	1%	3703	
Folha de salários do mês (entidades sem fins lucrativos)	1%	8301	
PIS não-cumulativo (Lei nº 10.637/02) - lucro real	1,65%	6912	Até o 20º dia do mês subsequente (Lei nº 11.933)
Entidades financeiras e equiparadas	0,65%	4574	
PIS/PASEP - Importação	1,65%	5602	
PIS/PASEP - Importação de Serviços	1,65%	5434	Art. 13 da Lei nº 10.865 (MF 522, página 65)